

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Glória Maria de Oliveira Baltazar

UM TREM NO CAMINHO DA DITADURA MILITAR:

Narrativas ressignificadas a partir dos depoimentos para a Comissão Municipal da
Verdade de Juiz de Fora

Juiz de Fora
Fevereiro de 2017

Glória Maria de Oliveira Baltazar

UM TREM NO CAMINHO DA DITADURA MILITAR:

Narrativas ressignificadas a partir dos depoimentos para a Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Comunicação do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Cláudia de Albuquerque Thomé.

Juiz de Fora

Fevereiro de 2017

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Baltazar, Glória Maria de Oliveira.

Um trem no caminho da ditadura militar : narrativas ressignificadas a partir dos depoimentos para a Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora / Glória Maria de Oliveira Baltazar. -- 2017.

181 f. : il.

Orientadora: Cláudia de Albuquerque Thomé

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Comunicação Social. Programa de Pós Graduação em Comunicação, 2017.

1. Narrativa. 2. Golpe Militar. 3. Memória. 4. Resistência. 5. Estrada de Ferro Leopoldina . I. Thomé, Cláudia de Albuquerque, orient. II. Título.

Glória Maria de Oliveira Baltazar

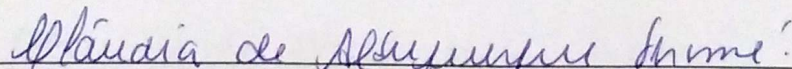
UM TREM NO CAMINHO DA DITADURA MILITAR:

Narrativas ressignificadas a partir dos depoimentos para a Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora

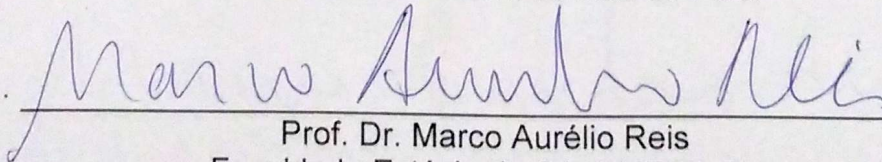
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Área de Concentração Comunicação e Sociedade, da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Aprovada em 17 / 2 / 2017

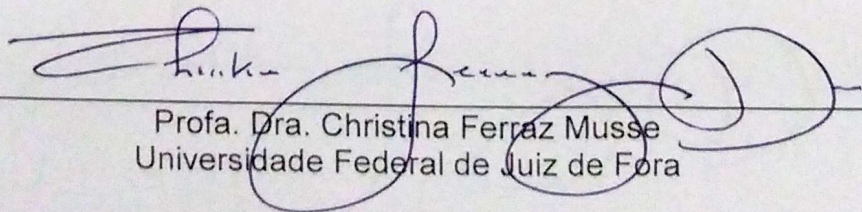
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Cláudia de Albuquerque Thomé (Orientadora)
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dr. Marco Aurélio Reis
Faculdade Estácio de Sá- UNESA-RJ



Profa. Dra. Christina Ferraz Musse
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dedico aos meus pais, Márcia e Adriano, que me incentivaram a perseguir meus sonhos mesmo quando eu achava que não era possível. Obrigada por sempre estarem presentes.

AGRADECIMENTO

Agradeço em primeiro lugar a Deus por me dar o privilégio de acordar todos os dias. Aos meus amados pais, Márcia e Adriano, que sempre me mostraram que o estudo mudaria minha vida e por serem minha base todos esses anos. À minha querida irmã, Adriana por ser uma grande aliada em todos os momentos. Seu amor me faz mais forte. Aos meus amigos/irmãos Paulo César e Cíntia, por serem anjos na minha vida. Sem dúvida, cada palavra de vocês me faz dar mais um passo adiante nos momentos difíceis. A todos os amigos que estiveram presentes e vibrando a cada vitória nesses dois anos. A Cláudia Thomé, minha orientadora que acreditou mais em mim do que eu mesma. Obrigada por ser paciente e tão generosa ao dividir seus conhecimentos. Ao grupo de pesquisa Mídia e Literatura que me acolheu de braços abertos e me mostrou como é prazeroso e divertido fazer pesquisa. Vocês não têm ideia de como me ajudaram. Obrigada ao personagem principal dessa dissertação Edson Nogueira da Silva e aos 36 depoentes da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora pela coragem de contar suas histórias. Sem vocês nada aqui seria possível. À Comissão Municipal da Verdade que me deu a oportunidade de fazer um trabalho que me tornou melhor como pessoa e profissional. A todos os professores do PPGCOM e da FACOM/UFJF pelos ensinamentos que começaram lá na graduação.

O silêncio não fala, ele significa. (ORLANDI, 2007, p.102)

RESUMO

O trabalho tem como principal objetivo entender a ressignificação das narrativas sobre o golpe de 1964 durante a ditadura militar (1964-1985) que vieram à tona nos depoimentos da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora com ênfase na resistência do sindicato dos ferroviários da Estação de Ferro Leopoldina. Procuramos contextualizar a significativa atuação dos Sindicalistas durante o regime tomando por base a história de Edson Nogueira da Silva que recebeu a ordem para realizar uma das primeiras tentativas de resistência ao golpe militar e atravessar o trem na frente das tropas que o Mourão levava de Juiz de Fora para o Rio de Janeiro. Esse fato permaneceu silenciado até a instalação da Comissão na cidade de Juiz de Fora e traz consigo outra possibilidade de entender como foi aquele período.

Para situar a questão, buscamos analisar o contexto da ditadura com Juiz de Fora, de onde partiu o golpe. As articulações entre militares, sociedade e imprensa. A pesquisa analisou o periódico mais importante da cidade naquela época, o Diário Mercantil, fazendo uma reflexão com outros jornais importantes no país na intenção de detectar o papel da imprensa no momento de repressão. Buscou-se arcabouço teórico nos principais autores de testemunho, memória, silenciamento e história oral para contribuir na reflexão sobre essas lembranças que voltam depois de cinco décadas carregadas de outros significados. Para a análise do depoimento de Edson Nogueira da Silva foram criadas categorias, de acordo com Luiz Gonzaga Motta, para compreender que narrativa é essa contada 50 anos depois do golpe militar.

PALAVRAS-CHAVES: Narrativa; Memória; Golpe Militar; Resistência; Estrada de Ferro Leopoldina

ABSTRACT

The work has as main objective the understanding of the re-signification of narratives about the coup of 1964 during a military dictatorship (1964-1985) that came to light in the testimony of the Juiz de Fora Truth Commission with emphasis on resistance from Railway Workers Union of the Iron Station of Leopoldina. It was tried to contextualize the important action of the syndicalists during the regime based on the story of Edison Nogueira da Silva who received an order to accomplish the first attempts of resistance to the military coup and to cross the train in front of the troops that Mourão took from Juiz de Fora to Rio de Janeiro. This fact remained silent until the installation of the Commission in the city of Juiz de Fora and brings another possibility to understand how that period was. Seeking to open a discussion, it was attempted to analyze the context of the dictatorship using Juiz de Fora, where the coup broke, as a parameter. The articulations between the military, society and the press. It will be analyzed the most important periodical of the city at that time, the *Diário Mercantil*, reflecting with other important newspapers in the country in order to detect the role of the press in the moment of repression. A theoretical framework was sought in the main authors of testimony, memory, silence and oral history to contribute to the reflection on the memories that come back after five decades loaded with other meanings. For an analysis of the deposition of Edson Nogueira da Silva, categories were created, according to Luiz Gonzaga Motta, who told a narrative 50 years after the military coup.

KEYWORDS: Narrative; Memory; Military coup; Resistance; Leopoldina Railway

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – General Olímpio Mourão Filho abraça o governador de Minas Gerais Magalhães Pinto após a intervenção Militar de 1964.....	20
Figura 2 – Unidades de repressão	25
Figura 3 – Lista dos depoentes da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora. Acervo da CMV-JF.....	32
Figura 4 – Blog da CMV-JF	35
Figura 5 – Capa do relatório da CMV-JF	36
Figura 6 – Jornal Correio da Manhã, 31 de março de 1964.....	40
Figura 7 – Jornal Correio da Manhã, 01 de abril de 1964.....	41
Figura 8 – Jornal O Globo, 31 de março de 1964.....	42
Figura 9 – Jornal o Globo, 01 de abril de 1964.....	43
Figura 10 – Jornal O Globo, 02 de abril de 1964.....	44
Figura 11 – Jornal O Globo, 02 de abril de 1964.....	44
Figura 12 – Jornal O Globo, 03 de abril de 1964.....	45
Figura 13 – Jornal O Globo, 04 de abril de 1964.....	46
Figura 14 – Jornal O Globo, 06 de abril de 1964.....	47
Figura 15 – Jornal Última Hora, 01 de abril de 1964.....	48
Figura 16 – Jornal Última Hora, 01 de abril de 1964.....	49
Figura 17 – Jornal Última Hora, 03 de abril de 1964.....	49
Figura 18 – Jornal Última Hora, 03 de abril de 1964.....	54
Figura 19 – Jornal Diário Mercantil, 1 de abril de 1964.....	55
Figura 20 – Jornal Diário Mercantil, 2 de abril de 1964.....	56
Figura 23 – Jornal Diários Associados, 3 de abril de 1964.....	57
Figura 24 – Jornal Diário mercantil, 4 de abril de 1964.....	57

Figura 25 – Jornal Diário mercantil, 4 de abril de 1964.....	57
Figura 26 – Jornal Diário mercantil, 4 de abril de 1964.....	58
Figura 27 – Jornal Diário mercantil, 5, 6 de abril de 1964.....	96
Figura 28 – Edson Nogueira da Silva em entrevista a CMV-JF	114
Figura 29 – Cia. E. F. Juiz de Fora Piau (1884-1888)	116
Figura 30 – Jornal O Globo de 21 de abril de 1955.....	116
Figura 31 – Jornal O Globo de 03 de setembro de 1958.....	116
Figura 32 – Jornal O Globo de 13 de março de 1959.....	117
Figura 33 – Jornal O Globo de 20 de dezembro de 1960.....	117
Figura 34 – Jornal O Globo de 28 de agosto de 1961.....	118
Figura 35 – Jornal O Globo de 31 de janeiro de 1961.....	118
Figura 36 – Jornal O Globo de 26 de agosto de 1961.....	118
Figura 37 – Jornal O Globo de 2 de agosto de 1963.....	120
Figura 38 – Documento da promotoria da auditoria da 4º Região Militar	121
Figura 39 – Testemunho de Antero de Souza	122
Figura 40 – Documento da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, Instituto de Estudo da Violência do Estado - IEVE Grupo Tortura Nunca Mais - RJ e PE dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964.....	122
Figura 41 – Documento do site Brasil Nunca Mais	123

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Categorias de análise narrativa	98
--	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	JUIZ DE FORA: DO GOLPE À COMISSÃO DA VERDADE	18
2.1	AS COMISSÕES DA VERDADE.....	28
2.2	A COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE DE JUIZ DE FORA.....	30
3	GOLPE MUDIÁTICO	38
3.1	O DIÁRIO MERCANTIL NO GOLPE DE 1964.....	50
3.2	NOTICIABILIDADE EM TEMPOS DE REPRESSÃO.....	59
4	TESTEMUNHOS E RESSIGNIFICAÇÃO DO PASSADO	65
4.1	TESTEMUNHOS: UM MOSAICO DE LEMBRANÇA E ESQUECIMENTO...68	
4.2	TRAUMA E NARRATIVA.....	76
4.3	CENSURA, SILÊNCIO E SILENCIAMENTOS.....	81
4.4	HISTÓRIA ORAL E NARRATIVAS.....	88
4.5	O DEPOIMENTO COMO NARRATIVA.....	92
5	NARRATIVAS DE RESISTÊNCIA AO GOLPE DE 1964	96
5.1	ANÁLISE CRÍTICA DA NARRATIVA: UM TESTEMUNHO DE RESISTÊNCIA AO GOLPE DE 1964.....	97
5.2	A ESTRADA DE FERRO LEOPOLDINA: UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA.....	113
5.3	UM TREM NO CAMINHO DA DITADURA MILITAR.....	117
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
	REFERÊNCIAS	128
	APÊNDICE	134
	APÊNDICE	135
	APÊNDICE	153
	ANEXO	155
	ANEXO	161

1- INTRODUÇÃO

A rememoração do golpe civil-militar de 1964, cinco décadas depois, propiciou a ressignificação de narrativas sobre aquele momento histórico, nas páginas de jornais, em trabalhos acadêmicos e sobretudo em depoimentos para as Comissões da Verdade em todo o país. Foram tempos sombrios e que deixaram muitas marcas, principalmente na memória daqueles que estavam presentes no dia 1º de abril e que sobreviveram aos chamados anos de chumbo. Depois de décadas de silenciamento, narrativas sobre a ditadura voltam a ganhar destaque, mas desta vez sob uma perspectiva diferente. As Comissões da Verdade instaladas país afora dão espaço para que as testemunhas sobreviventes contem o que antes estava guardado, subterrâneo, como diz Pierre Nora, e traga para a luz histórias que nunca haviam sido contadas.

A Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora, instalada em 2012, buscou trazer à superfície o que estava submerso, descortinar outras narrativas que estavam nos bastidores do golpe por meio dos depoimentos de suas vítimas. Esta pesquisa trabalha justamente esses depoimentos, em especial o de Edson Nogueira da Silva, ex-ferroviário e sindicalista, que revela a luta e a atuação do sindicato dos ferroviários da Estrada de Ferro Leopoldina, uma história de resistência ao golpe ainda pouco conhecida.

A pesquisa partiu dos seguintes pressupostos: 1) o país viveu um golpe civil-militar, nos termos de Carlos Fico, quando parte da sociedade foi às ruas legitimar a intervenção militar e a saída do então presidente João Goulart, o Jango; 2) O golpe também foi midiático, nos termos de Juremir Machado, uma vez que a maioria dos meios de comunicação repercutiu um discurso de forte oposição a Jango. 3) em meio à repressão e à censura muitas narrativas foram silenciadas e algumas permaneceram assim até a instalação das comissões da verdade.

A partir do exposto, a pesquisa começa com a hipótese de que os depoimentos são narrativas que ressignificam um período do passado, mesmo depois de cinco décadas, mostrando nuances e percepções ainda pouco conhecidas e carregadas de outros significados. Outro ponto importante da proposição é entender que narrativa é essa que nos traz detalhes sobre o que foi vivido há anos e que foi silenciado, vindo à tona agora pelo viés da memória e do esquecimento? Como o depoente se insere dentro da história? Quais são as intenções narrativas que cercam o testemunho?

Ao analisar o depoimento como narrativa que ressignifica aquele período histórico, esta dissertação identificou ainda o papel do sindicato dos ferroviários na resistência ao golpe de 1964.

Esta pesquisa tem como referencial teórico autores que se debruçaram sobre o campo da memória, da história oral, e das narrativas, como Andreas Hyussen, Beatriz Sarlo, Paul Thompson, Giorgio Agambem, Eni Orlandi, entre outros. No campo da narrativa, o referencial metodológico está embasado na teoria de Luiz Gonzaga Motta, através da qual foi possível criar categorias de análise para responder os principais questionamentos aqui expostos.

Antes de mergulhar nessa história de resistência ao golpe, contada no depoimento do sindicalista Edson Nogueira da Silva, buscou-se entender no capítulo 2 como era o cenário de Juiz de Fora em meados dos anos 60. As articulações dos generais antes do primeiro de abril e a decisão impulsiva do general Mourão Filho de partir da cidade mineira em direção à Guanabara, para deflagrar o golpe, começando uma ditadura que durou 21 anos. Cinco décadas depois do golpe instauram-se as Comissões da Verdade em todo o Brasil. A primeira delas, Comissão Nacional da Verdade (CNV) que surge em 16 de maio de 2012, em um movimento que deu voz a vítimas da ditadura e que tornou públicas histórias ainda não contadas sobre pessoas que foram torturadas, mortas, exiladas, como também de famílias destruídas.

Em Juiz de Fora, cidade de onde partiram as tropas em direção ao Rio de Janeiro, a Comissão Municipal da Verdade escreveu novos capítulos na história da ditadura no país, revelando aspectos ainda desconhecidos, como, por exemplo, relatos de torturas na cidade e a repressão feita a alguns grupos que levantavam a bandeira contra os militares, além de detalhes sobre a atuação do General Mourão e de histórias de perseguição que duraram até os anos 80, revelando os traumas e o clima de medo ainda vivido por muitos dos entrevistados da CMV-JF.

Apresenta-se também neste capítulo todo trabalho da Comissão Municipal da Verdade junto a outros órgãos da cidade, o número de depoentes, os trabalhos acadêmicos, os membros que atuaram durante dois anos, o relatório final, a divulgação pelas mídias sociais, o livro e o e-book lançados e disponíveis para todo o público.

Visto isso, aprofundam-se no capítulo 3 as discussões sobre a legitimidade do golpe pelos civis e pela mídia. A análise é fundamentada em quatro grandes jornais da época: O Globo, Correio da Manhã, Última Hora e Diário Mercantil. Mostra-se que O Globo e o Correio da Manhã eram favoráveis ao golpe militar e traziam essa opinião estampada em suas

manchetes. Contrário a esses periódicos estava o Última Hora, um dos poucos a fazer resistência ao golpe e a publicar notícias sobre Jango e as articulações das tropas militares que não estavam presentes nos outros jornais. Dedicou-se ainda um tópico especial para o Diário Mercantil, jornal local que era um representante importante de Juiz de Fora e, na intervenção militar, foi um dos legitimadores e apoiadores de Mourão Filho, colocando-o como salvador da pátria e a cidade como capital da revolução.

Os anos de chumbo trouxeram a censura e o silêncio. Discute-se no capítulo 4 a ressignificação do passado e a importância do testemunho em momentos simbólicos como esses cinquenta anos da ditadura. Este capítulo exigiu um pouco mais de embasamento para tratar questões como a importância do passado no entendimento do presente, em um trabalho de ressignificação das narrativas sobre o que foi vivido nos dias atuais. O testemunho como a forma de retratar o que era indizível décadas antes e como potencial articulador dessas ressignificações. Aborda-se ainda a importância da lembrança e do esquecimento quando falamos dentro desses testemunhos. A narrativa do trauma e suas complexidades são trazidas nesse trabalho por meio dos estudos de autores como Ricoeur.

Os silêncios e seus sentidos foram abordados como forma de entender como momentos traumáticos como a ditadura, mesmo quando chegam ao fim conseguem deixar um rastro de medo que mantém suas vítimas emudecidas por cinquenta anos. Dentro deste item, buscamos diferenciar o silêncio do silenciamento e mostrar como a censura foi decisiva para trazer uma atmosfera de medo e horror em que as pessoas preferiam guardar suas palavras com medo de que o período pudesse voltar. Neste capítulo trataremos também de conceitos importantes para a pesquisa, como os relativos à história oral e à narrativa. Foi importante entender como a memória coletiva está cercada pela narrativa individual dentro de cada depoimento.

Por fim, o capítulo 5 que traz a importância do depoimento como narrativa e discute as nuances que constroem a narrativa pessoal de cada indivíduo, mostrando que contar uma história é estar dentro daquela história. Por esse motivo, criaram-se categorias de análise baseadas nos estudos de Luiz Gonzaga Motta, para entender a narrativa do ex-ferroviário Edson Nogueira da Silva, contida no depoimento que ele deu à Comissão Municipal da Verdade de JF, depois de cinquenta anos, visto que todas as situações de memória, silenciamento, trauma e momentos históricos e a própria memória individual do personagem antes, durante e depois da ditadura constroem outras narrativas dentro da narrativa principal, que é a da ditadura militar.

A narrativa de Edson é cercada pela sua profissão de ferroviário. Em seu depoimento, Edson conta como foi a resistência do sindicato dos ferroviários e a morte do maquinista que atravessou o trem na frente das tropas do general Mourão naquele dia 1º de abril de 1964. O depoimento de Edson trouxe à superfície uma memória que estava soterrada, uma narrativa silenciada por tantos anos. O ex-ferroviário contou um fato vivido por ele, mas que também faz parte da história do país, episódio que estava silenciado: não há registros em livros ou jornais que tragam essa história de resistência e a tentativa de parar a ação dos militares até que Edson prestasse seu depoimento à Comissão de Juiz de Fora.

2. JUIZ DE FORA: DO GOLPE À COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE

No dia 31 de março de 1964, a cidade de Juiz de Fora ficaria marcada na história. A data, escolhida pelo General Olímpio Mourão Filho, comandante da 4^o região militar que tinha sua sede no bairro Mariano Procópio, mudou os rumos da participação da cidade mineira no cenário político do país.

Minas Gerais era considerada uma base sólida pela oposição. O apoio civil amparava as tropas rebeladas e dava a elas a força necessária para eclosão de uma campanha definitiva contra o Governo. Em nenhum outro Estado, generais e o governador tinham se aproximado tanto. Apesar de ser inexpressivo militarmente, o Estado dava aos militares a condição perfeita para as articulações frente ao então presidente João Goulart, o Jango.

O Governador da época era José de Magalhães Pinto que não escondia seu desejo de chegar à Presidência da República. Numa preparação de guerra, ele buscava a “restauração da ordem constitucional” mobilizando a polícia militar, estocando gasolina e buscando auxílio de Deus por meio do Arcebispo de Belo Horizonte “dele recebera a benção pessoal para “a causa de Minas contra o comunismo.” (GASPARI, 2002, p. 57)

Três dias antes de os militares partirem para o Rio, no dia 28 de março, Mourão e o Marechal Odílio Denys, então ex-ministro da guerra, se reuniram com o Governador mineiro, em Juiz de Fora, para discutir as ações que derrubariam o Presidente. Na reunião foi decidido que as tropas partiriam no dia 4 de abril de 1964, mas, apesar de concordar com a data, Mourão não esperaria até lá. Dias depois, outra reunião, desta vez em Belo Horizonte, discutiriam o movimento e os argumentos que motivariam a ação.

Em Juiz de Fora, o general Mourão Filho iniciava um solilóquio com seu diário. Às 2h30 da manhã ele registrou: “Acendi o cachimbo e pensei: ‘não estou sentindo nada e, no entanto, dentro de poucas horas deflagrarei um movimento que poderá ser vencido, porque sai pela madrugada e terá de parar no meio do caminho’”. Uma hora depois, despedia-se da vida: “Nunca abaixei minha crista para ninguém, nunca curvei minha espinha para fazer pedidos na carreira e nunca desviei ou deixei desviar um centil da Fazenda Nacional. Morro pobre, mas até a última hora posso andar de cabeça erguida. Viva o Brasil!” (GASPARI, 2002, p.65).

Apesar das articulações, Mourão tinha pressa. Seu prestígio frente aos comandantes militares já não era mais o mesmo. Ele sabia que tinha poucos meses de vida na atividade militar. Não havia outra saída, o golpe contra Jango tinha que ser fulminante e grande o suficiente para que ele ganhasse o status pelo fim da “era comunista”. Juiz de Fora era primordial para seus planos. Bem localizada, a cidade tinha uma proximidade com o Rio

de Janeiro que o deixaria horas à frente de outras tropas que pretendiam ir ao encalço do Presidente.

O movimento, denominado “Operação Popeye” em homenagem ao inseparável cachimbo que sempre estava nas mãos de Mourão Filho, reuniu uma tropa com cerca de 100 homens e então partiram em direção à Guanabara. No caminho percorreram espaços de grande representatividade para a cidade mineira, como o Rio Paraibuna e a Estrada União e Indústria. “No fim da tarde, a vanguarda da tropa mineira descera 25 quilômetros em direção ao Rio, deslocando-se pela estrada União e Indústria, e parara na localidade de Estação Paraibuna.” (GASPARI,2002, p.75)

Eu acho que Juiz de Fora foi muito importante para o Golpe Militar, porque daqui partiram os soldados que foram para o Rio de Janeiro improvisadamente e impetuosamente, em virtude do Olímpio Mourão Filho, que era um general muito impetuoso, e ele então resolveu fazer uma revolução por conta própria, porque não tinha ainda nenhum preparo para isso. Então Juiz de Fora foi importante porque foi o passo inicial para esse período negro da história brasileira. É importante também Juiz de Fora porque é a sede da 4ª Região Militar que tinha uma competência territorial muito grande: Minas Gerais, Goiás, Distrito Federal, parte de São Paulo, Espírito Santo. Então isso tudo era de competência da Justiça Militar de Juiz de Fora. Então por esse motivo nossa cidade teve essa péssima situação de ser importante para o Golpe Militar, porque daqui partiu e aqui muita gente foi julgada. (Winston Jones Paiva em depoimento a Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora¹)

Com a partida dos militares, Juiz de Fora seguia seu rumo num contexto diferente do qual estava acostumada. A cidade, antes acolhedora e símbolo de prosperidade, estava dividida entre os apoiadores do golpe militar e aqueles que faziam resistência. Respectivamente era a imprensa e a classe média contra os movimentos estudantis, sociais e sindicais.

[...] Em Juiz de Fora, num primeiro momento, ainda pré-Ato Institucional nº5, o que nos parece mais sintomático em termos de quebra de antigos modelos vigentes é a substituição das antigas oligarquias que tiveram o comando da cidade por praticamente um século, por *elites emergentes*, criadas à sombra do golpe e alimentadas pelo modelo econômico abraçado pela ditadura militar[...] (Musse, 2008, p.137).

¹ O depoimento de Winston Jones Paiva foi gravado nos estúdios da Faculdade de Comunicação na UFJF, no dia 26 de agosto de 2014, por Helena da Motta Salles e Cristina Guerra, transcrito por Marcelo Riceputi Alcântara.

A atmosfera mudou. A “Capital da Revolução” viu suas ruas serem tomadas por militares, assim como as redações de jornalismo e os sindicatos atuantes na cidade. Postos de gasolina foram interditados e proibidos de abastecer veículos que não pertencessem aos militares e prisões foram efetuadas como “forma de precaução”. Ainda certa de seu apoio a Mourão, a cidade não aceitava o fato de que o golpe estava dando as caras.



Figura 1: Escola Normal na década de 1960 General Olímpio Mourão Filho abraça o governador de Minas Gerais Magalhães Pinto após a intervenção Militar de 1964. Acervo: Jorge Couri in:

Na noite do dia 31, o general Mourão já era recebido na sede da Prefeitura (na esquina da Rua Halfeld com a Avenida Rio Branco) por uma parcela significativa da população, que o ovacionava, e pelo prefeito Adhemar Rezende de Andrade. Enquanto isso, outros juizes-foranos eram presos ou já estavam detidos sem sequer tomar conhecimento do que exatamente acontecia. (SANGLARD, 2015, p.49. in: Memórias da Repressão: relatório da Comissão Municipal de Juiz de Fora).

Destaque para os meios de comunicação, em especial o jornal *Diário Mercantil*, que terá um capítulo à parte nessa dissertação.

Nas memórias de seu diário (MOURÃO FILHO, 1978), o general Mourão afirma ter determinado que a Polícia Militar ocupasse também a estação telefônica, para facilitar o contato entre os militares, no que chamou de “Operação Silêncio”. Tal operação visava o controle dos veículos de comunicação, o que envolvia a ocupação do departamento dos

Correios e Telégrafos (DCT), da Central Telefônica Brasileira (CTB), de jornais, de emissoras de rádio e TV. (SANGLARD, 2015, p.48. in: Memórias da Repressão: relatório da Comissão Municipal de Juiz de Fora).

A repressão, que caminhava Brasil afora foi intensa na cidade. Cinco dias depois do golpe, os jornais noticiavam a “primeira leva” de presos para Belo Horizonte que foram interrogados no Departamento de Ordem Política e Social (Dops)

[...] ao adentrarem a unidade, os presos eram recebidos por uma espécie de “corredor polonês, em que os agentes da repressão se posicionavam em fileira e agrediam os detidos com socos e chutes.”(SANGLARD, 2015, p.50. in: Memórias da Repressão: relatório da Comissão Municipal de Juiz de Fora).

Alguns dos entrevistados pela Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora relataram, em depoimento, a violência com que eram tratados pelos militares. É a história de João Carlos Reis Horta, o “João Comunista” e integrante da Resistência Armada Nacional. Apesar de não ter sido agredido fisicamente, João foi levado pelo Dops e colocado em uma cela com fezes e ora, extremamente gelada, ora muito quente. A mudança repentina de temperatura dava um choque térmico em seu corpo que tinha que permanecer dia e noite completamente nu.

Chegando lá, tiraram a minha roupa, fiquei nu, abriram a porta da “geladeira”. Chegando aqui até lembrei, era menor que isso aqui, era um lugar todo preto, todo escuro, você ficava deitado, um mau cheiro danado, de fezes, de urina, porque os caras que ficavam lá faziam as necessidades ali mesmo, né. Aí eu fiquei lá: O que que será que esses caras vão fazer comigo aqui? E ele te deixavam lá e ligavam um som lá e de repente aquilo ia aumentando e você tampava... Mas não conseguia... Te azucrinava o ouvido. E chamava geladeira porque eles ligavam o ar frio, aquilo ia esfriando, esfriando. Você nu... Você tremia de frio ali. Daqui a pouco parava, ia esfriando, e vinha um calor desgraçado. Então, era um contraste violento. (João Carlos Reis Horta em depoimento à Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora²)

A repressão ganhou sua própria rota. Levados de Juiz de Fora para outras localidades, os presos ficavam detidos aguardando julgamento.

Segundo um levantamento feito pela Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora, no mês de abril daquele ano, 38 pessoas da cidade se encontravam detidas em alguma unidade policial ou militar por determinação do novo regime.

A cidade também recebia um grande número de presos de outras localidades como Goiás e Distrito Federal. “Assim, presos políticos das mais diversas regiões do país

² O depoimento de João Carlos Reis Horta foi gravado nos estúdios da Faculdade de Comunicação da UFJF, entrevistado pelo Comitê Memória, Verdade e Justiça. Transcrição e revisão: Fernanda Gutierrez.

passaram por Juiz de Fora, seja para participar das audiências, ou para cumprir pena na penitenciária de Linhares que foi transformada em prisão política entre 1967 e 1981.” (SANGLARD, 2015, p.50. in: Memórias da Repressão: relatório da Comissão Municipal de Juiz de Fora).

Para terem suas transferências e processos julgados em Minas, bastava que essas pessoas fossem consideradas comunistas ou representantes de uma ameaça em potencial para o governo. Foi o que aconteceu com a ex- presidenta, Dilma Rousseff, Fernando Pimentel, Lionel Brizola, dentre outros nomes importantes no cenário político e militante da época que passaram pela cidade.

[...] A Dilma teve aqui uma época, foi torturada lá no quartel, do Q.G.... Que eu sei daqui de Juiz de Fora, quando o... Penitenciária do Linhares, ela, naquela época, ficou só de presos políticos. Tinha um coronel, Half Greenwald, que já morreu, esse cara era um canalha, tá. Ele vivia bêbado. A mulher dele largou dele porque ele vivia bêbado, esse cara. Ele, volta e meia... Isso um cara da penitenciária, um agente penitenciário, falou comigo... Sabe o que esse cara fazia? Chegava lá de madrugada, dava tiros para cima, soltava os cachorros para ficar latindo lá em cima dos presos[...] (João Carlos Reis Horta em depoimento à Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora)

Inaugurada em 1966, a Penitenciária Regional José Edson Cavaliere (PJEC), criada pela lei 3.393, de 1º de julho de 1965, tornou-se mais conhecida como Penitenciária de Linhares Foi construída para receber presos comuns. “Já em 1967, começou a receber presos políticos, a partir da transferência de 16 militantes do Movimento Nacional revolucionário (MNR)[...]” (LACERDA, GUERRA, SANGLARD, PERLATTO, SALLES, p. 60, in: Memórias da Repressão: relatório da Comissão Municipal de Juiz de Fora).

A instauração do AI-5 em 1968 aumenta expressivamente o número de prisões na penitenciária que deixa de ser uma cadeia comum para se tornar um presídio político que passara a receber somente militantes e membros de organizações consideradas subversivas.

Censurados sobre qualquer informação externa e com os direitos cerceados, os presos tinham que seguir um regulamento que estabelecia várias proibições e punições. Dentre as interdições, não era permitido que presos de alas diferentes se comunicassem. Tudo dentro de Linhares tinha que ter a expressa permissão dos militares. “Isso tudo foi um somatório a tal ponto que chegou em momentos que nós não tínhamos condições nem de conversar um com o outro com medo de algum problema”.(Winston Jones Paiva em depoimento a Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora)

A prisão tornou-se um local de manifestações recorrentes dos presos que não aceitavam as imposições feitas a eles.

As punições estavam discriminadas em advertências, repreensões, recolhimento à cela em horas de recreação (por até 30 dias), isolamento contínuo em cela (de uma a quatro semanas). As penalidades somente poderiam ser aplicadas pelo diretor do estabelecimento, após ouvir o preso (declarações tomadas a termo ou escritas de próprio punho). (LACERDA, GUERRA, SANGLARD, PERLATTO, SALLES, 2015 p. 61, in: Memórias da Repressão: relatório da Comissão Municipal de Juiz de Fora).

Winston Jones Paiva foi advogado dos presos políticos da ditadura em Juiz de Fora, mas antes disso, foi perseguido e chegou a ir preso. Na época era estudante de direito e presidente do Diretório Central dos Estudantes, o DCE. Motivo pelo qual ele acredita que tenha sofrido represálias que culminou na sua prisão dez dias depois da instalação do golpe.

[...]eu fiquei sendo acompanhado constantemente, telefone grampeado e gente tomando conta. Eles tinham um carro muito interessante, era um carro Karmanguia amarelo. Eu morava em um sítio e ele ficava parado na estrada lá embaixo. Era um carro amarelo, quer dizer, tipo da coisa de FBI (risos). (Winston Jones Paiva em depoimento à Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora)

Outros depoentes relembram que a violência não era recorrente em Linhares, mas acontecia. Foi o caso do militante e defensor dos direitos humanos, Gilney Viana. Após quase oito anos preso em Linhares, ele relembra em depoimento os momentos de agressão que levava o reprimido à morte.

[...] tortura no sentido físico que você vai lá e faz uma coisa sistemática pra você obter informação ou pra você punir o cara por alguma coisa, isso não era habitual em Linhares, não era. O que existia era psicológico, psicológico, [mas] houve espancamento, pelo menos do Nilo Sérgio, que eu me lembro, que nós protestamos, fizemos uma manifestação, fomos punidos por causa da manifestação. E houve um outro caso lá, teve um caso lá, o cara já morreu, acho que chama Celso, acho que a PM bateu nele também. (Gilney Viana em depoimento à Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora³).

Ainda se fala que Linhares não foi palco de tortura na ditadura, mas, ao pensarmos que tortura pode ser avaliada de formas distintas, constatamos que em depoimento os sobreviventes da época relembram a humilhação. Uma marca não cicatrizada que não aparece sob a pele, ela está guardada na memória. “Não é em termos de pressão física. Pressão psicológica, né? Você vê, vai ser montado seu depoimento, isso só pode ser feito através de uma pressão psicológica muito grande. Acusar pessoas, ameaçar de choque

³ O depoimento de Gilney Viana foi gravado nos estúdios da Faculdade de Comunicação na UFJF

elétrico, isso, aquilo”. (Winston Jones Paiva em depoimento à Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora)

Não foi apenas a penitenciária de Linhares que foi usada como unidade de repressão em Juiz de Fora. De acordo com o relatório da CMV-JF, na cidade havia, pelo menos, quatro locais usados para receber os presos. São eles: 2º batalhão de Infantaria da Polícia Militar, 10º Regimento de Infantaria da Polícia Militar, Quartel general da 4º Região Militar e a Penitenciária de Linhares.

E lá na cadeia nós fomos fichados como criminosos, com identidade, com fotografia e tudo, porque era um esquema de humilhação. A algema e a fichação das pessoas como criminosos - nós éramos criminosos - fazia parte do esquema de humilhação e fazia parte também do esquema de humilhação a nudez. A nudez fazia muito parte da humilhação. (Itamar Bonfanti em depoimento à Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora⁴)

⁴ O depoimento de Itamar Bonfante foi gravado nos estúdios da Faculdade de Comunicação na UFJF, no dia 29 de julho de 2014, por Helena da Motta Salles e Cristina Guerra, transcrito por Marcela Xavier Ribeiro.



Figura 2: Unidades de repressão. In: Memória da Repressão in: Memórias da Repressão: relatório da Comissão Municipal de Juiz de Fora

A repressão não se limitou aos presos políticos. Fora da cela, suas famílias também viviam momentos de terror. Sem notícias, eram obrigadas a viver na reclusão, cercados e vigiados pelos soldados que acampavam em suas casas. Para alguns não havia nenhum tipo de comunicação externa.

Foi o que aconteceu com Marita Pimentel França Teixeira, a primeira depoente da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora e viúva de Misael Teixeira, ex-diretor dos Correios da época. Em depoimento, Marita disse que Misael Teixeira foi o primeiro preso político da ditadura. Além disso, ela revela o momento em que o marido foi levado pelos militares e os momentos em que ficou junto aos filhos, presa na própria casa, sem nenhuma comunicação ou notícias de Misael.

Houve a Semana Santa, e nós voltamos desta viagem com meus filhos, eu, ele e meus filhos, voltamos desta viagem, entraram aqueles homens, bateram, nós fomos abrir, eram os oficiais do Exército, e mais uns soldados. Disse: “O senhor está preso”. Não disseram por quê! Nem a mim, mas preso por quê? [...] (Marita Pimentel França Teixeira em depoimento à Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora⁵)

Nesse depoimento fica clara a busca de Marita por questões que foram silenciadas dela e dos filhos. Como ela mesma narra, Misael nunca falou que sofreu tortura, mas ele não era mais o mesmo, adoeceu, depois que voltou para casa. Essa é uma outra questão que surge na ideia de memória, a busca pela verdade. Espera-se nesse momento um esclarecimento dos fatos vividos.

É interessante observar como o golpe militar interferiu de forma decisiva na vida de várias pessoas. No caso de Marita os filhos, mesmo pequenos, sofreram com as sequelas das memórias do dia em que viram o pai ser levado pelos militares.

[...] mas eu tenho dois filhos, que por sofrerem muito ficaram com a vida muito prejudicada e que aos poucos eu vou poder até apresentar provas do que eu estou falando. Um foi passando mal, passando mal, e foram descobrir que está com esquizofrenia, era um menino saudável. E o outro ele é altamente depressivo. (Depoimento de Marita Pimentel à Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora)

As lembranças, mesmo sendo traumáticas, têm uma necessidade de serem ouvidas, após ter permanecido no silêncio por cinco décadas. A tortura não era sofrida apenas pelos presos políticos, não era apenas física, mas também moral e psicológica, contra todos aqueles que divergiam do regime ditatorial.

Não podia sair, ninguém podia sair, tinha um guarda na porta, um soldado na porta. Não entra nem sai, eu não sabia que eu tinha essa periculosidade toda não. Aí eu não podia sair, e o medo? Eu também tinha que sair e aí eu ia ser presa e me deixar sem meus filhos? Eu respondi processo, e também poderia ser presa, e deixar meus filhos ao Deus dará [...] (Depoimento de Marita Pimentel à CMV-JF)

⁵ O depoimento de Marita Pimentel foi gravado nos estúdios da Faculdade de Comunicação na UFJF, no dia 15 de julho de 2014, por Fernanda Nalon Sanglard e Antônio Henrique Duarte Lacerda, transcrito por Caroline da Silva Ferreira. Revisto por Rute Dalloz Fernandes Elmor.

Além de ficar presa em casa sob a guarda dos militares, Marita não sabia onde estava Misael, porque ele havia sido preso e quanto tempo durariam aqueles momentos.

Sem eu saber onde. Aí me dizia: Ele está em tal lugar assim assim... Alguém chegava: Não, fulano foi visitar o marido achou em tal lugar assim assim, eu pegava os meus filhos e ia para esse tal lugar assim assim, chegava lá e não estava. Para o DOPS eu fui várias vezes, o que eu vi dentro do DOPS, não com o meu marido, o que eu vi, é motivo para vocês fazerem outro negócio, porque eu vi muita coisa, Deus me perdoe, aquele DOPS, meu Deus, eu tenho ódio daquilo, tá é muita coisa, muita gente[...] (Depoimento de Marita Pimentel à CMV-JF)

Algum tempo depois, chegou a ela a informação de que Misael estava em um hospital em Belo Horizonte, magro e abatido. Ela só teve tempo de vê-lo, não conseguiu conversar, logo depois saiu a ordem de soltura que especificava que as prisões não podiam passar de quatro meses. Apesar disso, ao voltar para Juiz de Fora, Misael permaneceu mais um mês sob a vigia dos militares, sendo transferido para o Décimo Batalhão de Infantaria.

A história de Maria Aparecida é semelhante à de Marita. O pai, Sebastião de Oliveira, era ferroviário da Estrada de Ferro Leopoldina e muito atuante no sindicato da época. Ela viu seu pai ser algemado e a mãe cair desfalecida no momento da prisão. Relato que ela conta com a precisão de detalhes mesmo tendo se passado 50 anos.

Isso me dói quando eu lembro... Me dói muito de ver isso... Então, aí pegou eu perguntando “Onde vocês vão levar meu pai?”, eles não respondiam nada pra mim e o carro saiu. O meu irmão “Papai, papai!”, ainda queria correr, ir atrás, eu falei “Não”. Quando eu entrei minha mãe já tava caída lá no chão. Eu falei “Mãe, mãe”, os meus outros irmãos foram chegando do colégio, aí foi aquele desatino total. Aí os vizinhos que eram mais chegados começou a chegar pra prestar socorro a gente, né? Aí começou a perguntar. Chamou médico, teve que chamar médico pra minha mãe, porque a minha mãe não voltava. Ficou tipo assim, morta, lá no corredor. Eu me lembro como se fosse hoje, um corredor que tinha assim, pra chegar da sala pra copa. A minha mãe caída lá, só respirando assim, ofegante, né? E custou, e o médico que chegou prestou socorro, levou ela pra cama. Eu lembro que minha mãe ficou uma noite fora do sentido. A gente achou que a minha mãe ia morrer. (Maria da Aparecida Oliveira Lopes em depoimento a Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora⁶)

Foram muitas as vítimas da ditadura militar. Foram muitas as vítimas em Juiz de Fora. Mesmo passadas cinco décadas da ditadura militar, o passado permanece vivo na memória de cada um que viveu o período. Seja de forma direta ou indireta, o momento deixou suas marcas, algumas delas ainda não reveladas, outras vindo à tona com a instalação das Comissões, Brasil afora.

⁶ O depoimento de Maria Aparecida Oliveira Lopes foi gravado nos estúdios da Faculdade de Comunicação na UFJF, no dia 22 de agosto de 2014, por Helena da Motta Salles e Rosali Henriques, transcrito por Rodrigo Costa Castro.

A comissão municipal da Verdade de Juiz de Fora, retratada no capítulo a seguir fez um trabalho de investigação e busca pela verdade num cenário em que criaram-se as raízes do golpe.

2.1- AS COMISSÕES DA VERDADE

O Brasil deixou um rastro de impunidade na sua história. Alguns crimes cometidos na ditadura ainda seguem sem esclarecimento. Homens e mulheres desapareceram e suas famílias nunca souberam o que realmente aconteceu. As lembranças, restritas a cada vítima, retomam a narrativa dos anos de chumbo, 50 anos depois, na expectativa de reconstruir o passado e alcançar algum tipo de justiça.

Antes do estudo da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora, objeto dessa dissertação, é necessário contextualizar os caminhos percorridos pela Comissão Nacional da Verdade, movimento que deu suporte para a instalação das comissões no resto do Brasil, inclusive as municipais.

As Comissões da Verdade são organismos oficiais de apuração de abusos e violações dos direitos humanos. Atualmente, as comissões já percorreram boa parte do mundo. Os órgãos começaram a se formar desde o ano de 1974, e nem todos como a mesma forma de nomeação.

Na Argentina, em Uganda e Sri Lanka, tiveram o nome de “Comissão Nacional sobre os Desaparecidos”; no Equador, no Haiti, nas Ilhas Mauricio, no Paraguai e em Togo ela foi “Comissão da Verdade e da Justiça”; no Quênia ela foi “Comissão da Verdade, Justiça e Reconciliação”; na Guatemala teve o nome de “Comissão do Esclarecimento Histórico”, ao passo que em muitos outros países (África do Sul, Chile e Peru, por exemplo) ela recebeu o nome de “Comissão da Verdade e da Reconciliação”. (BRASIL, 2012, p.8)

Na década de 1980, começam a se espalhar pela Europa e Estados Unidos, impulsionados pelo debate sobre o Holocausto, considerado o acontecimento marco dessa nova cultura do lembrar a partir do século XX.

Depois da queda do muro de Berlim, a política global dos memoriais cristalizou-se, na década de 1990, em torno de três grandes fatores: o discurso sobre Holocausto e debates públicos mais intensos sobre o 50 e o 60 aniversários de eventos relacionados com a Segunda Guerra Mundial; as transições para a democracia, após o colapso dos regimes de terrorismo de Estado na América Latina e do *Apartheid* na África do Sul; e a recorrência da limpeza ética e do genocídio, na atualidade, nos Bálcãs e em Ruanda. (HUYSSSEN, 2014, p.134)

No Brasil, o trabalho da comissão começou no dia 16 de maio de 2012 e é voltado para as histórias das vítimas, documentos e arquivos que possam compor o cenário de 1948 a 1988 com ênfase nos períodos de 1965 a 1985, tempo de duração do regime.

A sanção da Lei no 12.528/2011 conferiu um marco normativo abrangente para os trabalhos da CNV, em sintonia com as experiências mais bem sucedidas de comissões da verdade no mundo. Além de estabelecer como finalidade geral da CNV, o exame e o esclarecimento das graves violações de direitos humanos praticadas no período de 1946 e 1988, com a finalidade de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional, a lei elegeu objetivos específicos a serem cumpridos, assegurando poderes para sua execução. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade, 2014, p.22)

Seus membros devem ser pessoas íntegras, de prestígio e com autoridade moral e intelectual. Desse grupo, não podem fazer parte nem vítimas nem os acusados dos abusos. Visto que estão diretamente ligados aos fatos ocorridos e investigados, a participação desses poderia construir uma barreira para a parcialidade da apuração, o que é imprescindível para o bom funcionamento das comissões. “Também não se costumam designar representantes dos setores políticos partidários nem pessoas vinculadas aos órgãos públicos que se envolveram em atos de violência, justamente para estimular essa imparcialidade e independência.” (BRASIL, 2012, p.6)

As Comissões são órgãos temporários dos governos. Investidas oficialmente de poderes, elas buscam “identificar e reconhecer todos os fatos ocorridos e as pessoas que desse processo participaram, tanto as que sofreram com as violências como as que participaram de forma ativa na promoção dessas violências” (BRASIL, 2012, p.4)

Seus objetivos baseiam-se em descobrir, esclarecer e reconhecer abusos do passado e dar voz às vítimas. As comissões têm como missão final a produção de um relatório voltado para a sociedade, permitindo o conhecimento do regime militar que vai além dos contados nos livros didáticos.

A implementação de uma Comissão da Verdade permite reinserir no debate social a questão do autoritarismo e suas nefastas consequências, promovendo a reflexão e principalmente prevenindo a eventualidade de políticas públicas que sigam escondendo a verdade e/ou permitindo a continuação de abusos e de violações dos Direitos Humanos. (BRASIL, 2012, p.4)

No dia 18 de novembro de 2014, a Comissão Nacional da Verdade terminou seus trabalhos e a confecção do relatório para apreciação da sociedade. O documento é composto

por 4.328 páginas e foi dividido em três volumes: Relatório Volume I o qual faz um apanhado geral sobre a criação, objetivos e leis que regulamentam a Comissão. No volume II, denominado “Textos Temáticos” o relatório trata as violações sofridas de diversas formas, entre elas a dos povos indígenas, nas universidades e dentro do meio militar. O volume III é focado nos mortos e desaparecidos da repressão, divididos em ordem cronológica ou alfabética e datados, de acordo com a década.

A conclusão a que traz o relatório foi a seguinte: foram 210 desaparecidos, 191 mortos e 33 corpos localizados durante o regime. 536 sindicatos ficaram sob intervenção de 1964 a 1970. 377 agentes foram responsabilizados pela ditadura. 6.591 foram os militares perseguidos durante o período, dentre eles agentes da aeronáutica, marinha e exército.

2.2- COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE DE JUIZ DE FORA

A Comissão Municipal da Verdade (CMV) de Juiz de Fora teve início no dia 6 de agosto de 2012, com a aprovação da Lei Municipal 12.643 pela Câmara Municipal do município. A criação da Comissão trouxe para a sociedade juiz-forana e brasileira uma perspectiva de resgate da memória e da identidade nacional e visava:

- I - esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos ocorridos no Município de Juiz de Fora;
- II - promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria;
- III - identificar e tornar públicas as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionadas à prática de violações de direitos humanos e suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade;
- IV - encaminhar aos órgãos públicos competentes toda e qualquer informação obtida que possa auxiliar na localização e identificação de corpo e restos mortais de desaparecidos políticos, nos termos do art. 1º da Lei Federal n. 9.140, de 4 de dezembro de 1995;
- V - colaborar com todas as instâncias do Poder Público para apuração de violação de direitos humanos;
- VI - recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violação de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover a efetiva consolidação do Estado de Direito Democrático;
- VII - promover, com base nos informes obtidos, a reconstrução da história nos casos de graves violações de direitos humanos, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas de tais violações (LEI 12.643,2012.In: Memórias da Repressão: relatório da Comissão Municipal de Juiz de Fora).

O objetivo principal da CMJ-JF é contribuir para o resgate das memórias da ditadura civil-militar entre os períodos de 1964-1985 e apurar casos de graves violações de direitos humanos ocorridos nesse momento na cidade ou em outras localidades, desde que envolvendo juiz-foranos. A CMV-JF busca com este objetivo contribuir para uma reparação social e para que a cidade se reconcilie com seu passado histórico.

Para isso, a CMV-JF foi constituída por sete membros: O Secretário de Desenvolvimento Social e representante da Prefeitura de Juiz de Fora, Flávio Procópio Cheker; O Vereador Roberto Cupolillo (PT) que representava a Câmara dos Vereadores e é membro da Comissão de Direitos Humanos e cidadania da Câmara; Wilson Cid – jornalista; Cristina Maria Couto Guerra – advogada e presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB Subseção Juiz de Fora; Fernanda Nalon Sanglard – jornalista; Helena da Motta Salles – cientista política, professora da UFJF; Antônio Henrique Duarte Lacerda – historiador e supervisor do Arquivo Histórico de Juiz de Fora. Esses cinco últimos eram os representantes da sociedade civil.

Por falta de espaço próprio, a CMV-JF percorreu espaços da cidade como a Casa de Cultura da Universidade e a Secretaria de Desenvolvimento Social da Prefeitura. A presidência era rotativa, com renovação de três em três meses. A primeira responsável pelo cargo foi Cristina Maria Couto, que permaneceu por seis meses, já que foi reeleita. Logo após, foi a vez de Helena da Motta Salles, que também foi reeleita e permaneceu na função até o fim da CMV-JF.

Uma das primeiras iniciativas da CMV-JF foi entrar em contato com o Comitê pela Memória, Verdade e Justiça de Juiz de Fora, instalado em 2011, e constituído por cidadãos que se organizaram voluntariamente para esse trabalho enquanto a CMV-JF não era criada. Os depoimentos ouvidos pelo comitê foram incorporados aos arquivos da CMV-JF, que se organizou para alcançar os objetivos para os quais foi criada. (MUSSE, SALLES. 2015, p.18. In: Memórias da Repressão: relatório da Comissão Municipal de Juiz de Fora)

O trabalho da Comissão Municipal foi baseado em entrevistas, depoimentos, busca por documentos, arquivos e qualquer material que os ajudasse a descortinar o período. Foram entrevistados jornalistas, sindicalistas, professores, familiares de vítimas e pessoas que tiveram suas vidas direta ou indiretamente afetadas por um dos períodos mais sombrios do Brasil, o que somou 37 depoimentos.

A memória dos que sofreram com a repressão era imprescindível aos trabalhos da Comissão e, por isso, foram tomados depoimentos das pessoas que foi possível alcançar. Foram feitas, também, pesquisa em arquivos e contatos com diversas instituições relacionadas ao regime autoritário e com comissões congêneres. (MUSSE, SALLES. 2015, p.18. In: Memórias da Repressão: relatório da Comissão Municipal de Juiz de Fora)

**Depoimentos de vítimas, testemunhas e advogados
de presos políticos à CMV-JF**

Nº	Nome do depoente
1	Marita Pimentel França Teixeira
2	Lauro de Almeida Mendes
3	Marco Aurélio Marques
4	Ricardo Fontes Cintra
5	Itamar David Bonfatti
6	Mariléa Venâncio Porfirio
7	Marilda Villela Yamamoto
8	João Carlos Reis Horta
9	Cleber de Carvalho Troiano
10	Maria da Aparecida Oliveira Lopes
11	Rafael Sales Pimenta
12	Winston Jones Paiva
13	José Villani Cortes
14	Modesto da Silveira
15	José Salvati Filho
16	Juarez de Andrade
17	Colatino Lopes Soares Filho
18	Márcia Maria Pereira de Carvalho
19	Francisco Pinheiro
20	Rogério Medeiros
21	Marília Falci Medeiros
22	Maria Andrea Rios Lovola

Depoimentos de jornalistas à CMV-JF

Nº	Nome do entrevistado
1	José Luiz Ribeiro
2	Ivanir Yazbeck
3	Ismair Zaghetto
4	Wilson Cid
5	Renato Henrique Dias
6	Jorge Sanglard
7	Paulo Cesar Magella
8	Antônio Geraldo Carvalho (Toninho Carvalho)
9	Daniela Arbex

Relatos prestados à CMV-JF em audiência pública

Nº	Nome do depoente
1	Clodesmidt Riani
2	Winston Jones Paiva
3	Betinho Duarte

**Depoimentos ao Comitê pela Memória, Verdade
e Justiça de Juiz de Fora cedidos à CMV-JF**

Nº	Nome do depoente
1	Aurea Gouvea
2	Avelino Gonçalves
3	Cleber de Carvalho Troiano
4	Clodesmidt Riani
6	Colatino Lopes Soares Filho
7	José Luiz e Nair Guedes
8	João Carlos Reis Horta ("João Comunista")
9	Lauro Mendonça
10	Luiz Antônio Sansão
11	Luiz Carlos Alves
12	Regina Gonçalves
13	Paulo Bittar
14	René Gonçalves de Matos

Depoimentos ao projeto "Marcas da Memória" cedidos à CMV-JF

Nº	Nome do depoente
1	Clodesmidt Riani
2	José Luiz e Nair Guedes

Figura 3: Lista dos depoentes da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora. Acervo da CMV-JF. In: -Memórias da Repressão: relatório da Comissão Municipal de Juiz de Fora.

Além dos depoentes, pesquisas em arquivo também foram feitas para levantar o material necessário. Na 4º Circunscrição Judiciária Militar, os componentes da Comissão tiveram acesso aos processos dos presos políticos. Na Universidade Federal de Juiz de Fora, os processos referentes a professores e alunos. No cartório Villela e no Cemitério Municipal, conseguiram a lista dos mortos e desaparecidos da Comissão especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, entre outros.

Jornais importantes da época como o “Diário Mercantil”, também serviram como base de dados para a apuração.

Considera-se que a análise dos jornais justifica-se em função de pelo menos dois grandes eixos. O primeiro - e mais óbvio - diz respeito ao fato de que veículos de comunicação constituem fontes importantes de acesso às informações demandadas pela Comissão e ajudam a contextualizar o período histórico. Esses meios também fornecem informações relevantes - mesmo que parciais - sobre casos específicos. A segunda dimensão a justificar a inclusão de análise de jornais e entrevistas com profissionais no projeto diz respeito ao fato de que o golpe de 1964 não pode ser compreendido apenas como uma sublevação militar. Numerosos setores da sociedade civil não apenas apoiaram a derrocada constitucional como deram sustentação ao novo regime. (MUSSE, SALLES. 2015, p.40. In: Memórias da Repressão: relatório da Comissão Municipal de Juiz de Fora)

Outras instituições também foram base para o levantamento documental, dentre essas, a Penitenciária José Edson Cavalieri (PJEC), mais conhecida como “Penitenciária de Linhares”, que, no período militar, era utilizada como presídio político.

Foram realizadas vistas a PJEC, onde os membros da CMV-JF, além de conversar com o funcionário, verificaram o estado de preservação dos arquivos. A CMV-JF constatou o sumiço de um livro de registros de entrada de presos do período da ditadura, cujo paradeiro todos os funcionários alegam desconhecer. (MUSSE, SALLES. 2015, p.22. In: Memórias da Repressão: relatório da Comissão Municipal de Juiz de Fora)

A Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), além de abrir os arquivos sobre professores e alunos perseguidos na época, participou ativamente de todo trabalho da CMV-JF, em uma parceria firmada a partir do projeto de extensão “Memórias Possíveis: os depoimentos da Comissão Municipal da Verdade”. O projeto, criado em junho de 2014, teve como coordenadora a professora Christina Ferraz Musse, e como vice-coordenadora, a professora Cláudia de Albuquerque Thomé, ambas da Faculdade de Comunicação, e incluiu em seu escopo a gravação em vídeo dos depoimentos da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora e o todo trabalho de transcrição, pesquisa de campo, criação de canais, entre outros sobre o material referente ao período. Ao todo, o projeto foi composto por mais de 10

professores de diferentes unidades da UFJF, constituindo um trabalho interdisciplinar, um total de 20 bolsistas que realizavam pesquisas e reuniões na Casa de Cultura da Universidade Federal de Juiz de Fora, além de alunos voluntários que participaram da pesquisa, das gravações e do trabalho de campo.

A proposta inicial surgiu no ambiente, mais que propício, do 3º Encontro Regional Sudeste de História da Mídia, realizado na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em abril de 2014, em pleno cinquentenário do golpe militar de 1964. O tema do encontro já inspirava reflexões: “Mídia e Memórias do Autoritarismo”. Foi nesse cenário que a doutoranda Fernanda Nalon Sanglard, integrante da CMV-JF e atualmente professora substituta da UFJF, apresentou à líder do Grupo de Pesquisa Comunicação, Cidade, Memória e Cultura, do Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM) da UFJF, Christina Ferraz Musse, a proposta e parceria. (MUSSE, SALLES. 2015, p.40. In: Memórias da Repressão: relatório da Comissão Municipal de Juiz de Fora)

Ex-presos políticos tiveram em 2014 alguns de seus documentos restituídos. O trabalho de recuperação foi feito com a parceria da CMV-JF, juntamente com a 4ª Circunscrição Judiciária Militar e entregue, em cerimônia na cidade, a algumas vítimas da época.

No dia 17 de novembro de 2014, a CMV-JF realizou um evento em conjunto com a auditoria da 4ª CJM: a restituição pública de documentos pessoais de 32 presos políticos que integraram os inquéritos e processos instaurados no período entre 1964 e 1985 e que não tinham sido retirados pelos interessados. (MUSSE, SALLES. 2015, p.29. In: Memórias da Repressão: relatório da Comissão Municipal de Juiz de Fora)

No ano de 2015, o relatório da CMV foi divulgado, em formato de livro e e-book, um site foi criado, em parceria com a Universidade Federal para que todos possam ter acesso às informações e uma página no *facebook* e um blog que funcionaram como feedback para que as pessoas pudessem acompanhar os trabalhos da comissão, as entrevistas dos depoentes e assuntos sobre o período. No livro estão contidos os resultados desses 12 primeiros meses de investigação, mostrando passo a passo como chegaram aos 37 depoimentos e aos documentos, como foi a relação com as instituições que apoiaram a CMV-JF e de que forma trabalharam para esclarecer fatos ocultos na história de Juiz de Fora e do Brasil.



Figura 4: Página da CMV-JF no Facebook



Figura 5: blog da CMV-JF

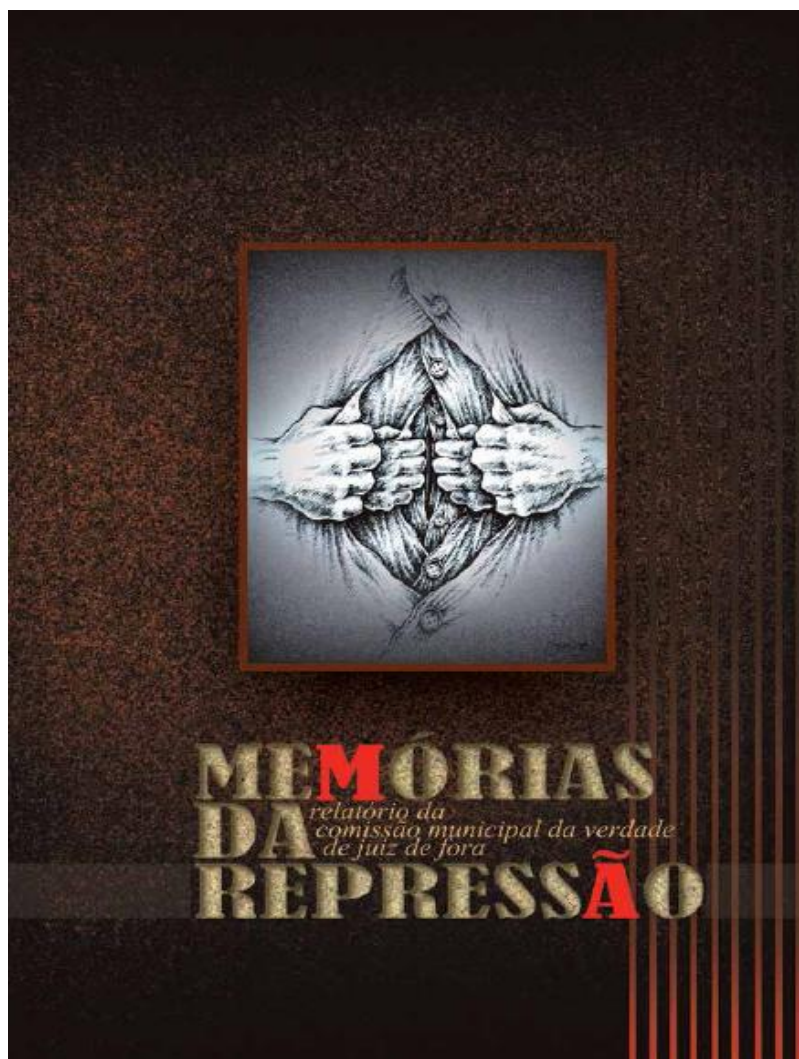


Figura 6: Capa do relatório da CMV-JF

Por meio do trabalho da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora, as narrativas que permaneceram guardadas na memória dos sobreviventes da ditadura vêm à tona para cumprir seu papel para com a sociedade. “Ao final dos trabalhos, a CMV-JF firmou a convicção de que há ainda muito por fazer, tanto no aprofundamento da pesquisa documental sobre o período, quanto na análise do farto material já encontrado”. (MUSSE, SALLES. 2015, p.41. In: Memórias da Repressão: relatório da Comissão Municipal de Juiz de Fora)

Uma dessas histórias será objeto de estudo deste trabalho, tomando como base o depoimento de Edson Nogueira da Silva, sindicalista e funcionário da estrada de Ferro Leopoldina. Edson recebeu a ordem para atravessar o trem na frente das tropas de Mourão no dia 21 de março de 1964. O maquinista José de Souza cumpriu o combinado, mas a tentativa de atrasar o golpe culminou em sua morte. José de Souza foi atirado do 8º andar do Dops e teve a morte retratada como suicídio.

Esta pesquisa tem a intenção de se aprofundar nas histórias reveladas pela CMV-JF, entendendo que ainda existe muito o que ser abordado sobre o tema.

No próximo capítulo, mostraremos como o golpe militar foi incentivado pelos jornais e pela sociedade civil. Analisaremos os quatro principais jornais época: Correio da Manhã; O Globo; Última Hora e o jornal de expressão na cidade de Juiz de Fora, o Diário Mercantil.

3- O GOLPE MIDIÁTICO

A história da imprensa brasileira perpassa por diversos momentos históricos do país. Em tempos de discussões acaloradas sobre os 50 anos do golpe militar, é cada vez mais importante discutirmos o papel legitimador da imprensa e da sociedade civil no período. Dez anos antes de se falar em ditadura e toda retaliação sofrida pela mídia, é importante ressaltar a bandeira pró-golpe levantada por diversos seguimentos da sociedade. O “perigo comunista” e a “ameaça de subversão da ordem”, alimentavam o imaginário popular com doses diárias em manchetes, crônicas e editoriais da imprensa brasileira. Fora do Brasil, o mundo vivia a Guerra Fria, fato que serviu de álibi para a construção da justificativa à instalação da ditadura no país. A ameaça comunista agitada pelos jornalistas gerava um clima desfavorável ao Governo.

Já em 1961, os grandes jornais de circulação no país, principalmente os que faziam eixo Rio-São Paulo, tinham em suas páginas uma campanha descarada contra o governo de João Goulart, o Jango, então presidente do Brasil, depois da saída de Jânio Quadros, eleito nas urnas e que trazia Jango como seu vice-presidente.

A imprensa brasileira cumpriu rigorosamente esse papel na preparação e legitimação do golpe de 1964. Usou todo seu prestígio para convencer parte da população, especialmente as classes médias, a aderir aos propósitos das elites econômicas vinculadas aos interesses do capital internacional. O trabalho intelectual do jornalista consistiu numa operação de guerra retórica para desqualificar as “reformas de base” de Jango como sendo antimodernas, retrógradas, inexequíveis, demagógicas, populistas e, suprema chantagem da época, comunista. (SILVA, 2014, p.11-12)

Toda luta da imprensa pró-golpe começa em 1945, ainda no Governo Vargas. O cenário era um Brasil que vinha de uma crise no presidencialismo. Nesse período diversos jornais alinharam-se, em momentos chaves, a posicionamentos anti-getulistas que constituíram ações e opiniões golpistas. Anos depois, Jango assume a presidência mediante um clamor popular e uma forte oposição. O país estava um caos. A crescente desigualdade social e a ideia das reformas de base apavoravam a elite brasileira.

[...] O período 1960-1964 marca o ponto mais alto das lutas dos trabalhadores brasileiros neste século [XX]. O auge da luta de classes, em que se pôs em xeque a estabilidade institucional da ordem burguesa sob os aspectos do direito de propriedade privada e da força coercitiva do Estado. Nos primeiros meses de 1964, esboçou-se uma situação pré-revolucionária e o golpe direitista se definiu, por isso mesmo, pelo caráter contrarrevolucionário preventivo. A classe dominante e o imperialismo tinham sobradas razões para agir antes que o caldo entornasse. (GORENDER apud FICO, 2004 p. 34)

A crise política que assolava o Brasil pré-ditadura serviu de respaldo para a atuação da imprensa. Os jornais traziam manchetes que desconstruíam o Governo, clamor que levou diversos movimentos sociais para as ruas pedindo a saída do presidente.

Nos editoriais dos impressos, normalmente na primeira página, estavam claras as opiniões e o posicionamento da empresa jornalística diante dos fatos noticiados. “Essa visão decorre do que se decide publicar a cada edição, privilegiando certos assuntos, destacando determinados personagens, obscurecendo alguns e ainda omitindo diversos”. (MELO, 2003, p. 75)

Pregada pelo jornalismo desde seus primórdios, a tão sonhada imparcialidade foi deixada de lado nesse contexto. Vinham estampadas nas capas dos jornais expressões duras e notícias sobre a atuação do Governo. Nas palavras de Abramo (2003) “o juízo de valor é inescrupulosamente utilizado como se fosse um juízo de realidade (...)”.

Para mostrar as relações da imprensa com a ditadura militar, antes e depois do golpe, escolheu-se trabalhar nesta dissertação quatro jornais com grande influência, no período de 31 de março a 5 de abril.

O primeiro deles será o “Correio da Manhã” (CM), grande influenciador do regime; O Globo, jornal importante para o país e que assumiu em 2014 que ajudou nas articulações do golpe; O “Última Hora” (UH), único jornal a fazer oposição aos militares. Além disso, para reforçar nosso objeto de estudo, será feita uma análise do “Diário Mercantil” (DM) do grupo Diários Associados, jornal que teve e ainda tem grande significado histórico para a cidade de Juiz de Fora, de onde partiu o golpe.

O Correio da Manhã foi um jornal de grande importância para o país no século XX, fundado no Rio de Janeiro no dia 15 de junho de 1901, pelo advogado Edmundo Bittencourt. Diferente da imprensa tradicional, que era subordinada aos jogos de poder, o CM tinha como principal característica seu caráter independente, liberal e doutrinário, numa linha editorial cercada de opinião. Sua primeira edição tinha apenas seis páginas, sendo que três delas eram ocupadas por propagandas. Com o passar dos anos, o CM evoluiu, aumentou o número de páginas, investiu em fotogravuras e chegou a uma tiragem de 200 mil exemplares.

Muitos jornais tiveram uma relação ambígua referente ao golpe de 1964. É o caso do Correio da Manhã, que apoiou a posse de João Goulart em 1961 e, apenas três anos depois, legitimou o golpe e a saída de Jango. Em seguida, assim como outros periódicos, condenou a intervenção militar.

Em 31 de março de 1964 e 1 de abril, do mesmo ano, ficou evidente sua campanha contra Goulart em dois editoriais consecutivos. No primeiro deles intitulado

“Basta”, o jornal dizia, resumidamente: “O Brasil já sofreu demasiado com o governo atual. Agora, basta”! Os argumentos colocados no editorial davam conta do que chamavam de “desrespeito do presidente mediante o Congresso” ao tentar governar sob leis que usurpavam o Poder do Legislativo e desrespeitavam o poder da Constituição. No texto, o CM se coloca como representante da opinião pública e termina o editorial com uma convocação: “Os poderes Legislativo e Judiciário, as Classes Armadas, as Forças Democráticas devem estar alertas e vigilantes e prontos para combater todos aqueles que atentarem contra o regime, o Brasil já sofreu demasiado com o Governo atual. Agora, basta”!



Figura 7: Jornal Correio da Manhã, 31 de março de 1964

Tudo isso acontecia em um clima de grande mobilização política e manifestações contundentes da imprensa. *O Correio da Manhã* viveu um episódio curioso. No dia 31 de março, o jornal estampou em sua primeira página um editorial impactante- escrito em conjunto pelos jornalistas Otto Maria Carpeaux, Carlos Heitor Cony e pelo diretor-chefe Edmundo Oniz- intitulado “Basta”. (FICO, 2014, p.65)

No dia seguinte, o golpe estava instalado no país. O *Correio da Manhã* seguindo a linha contra o governo publicou outro editorial, intitulado “Fora”, onde orgulhosamente dizia: “Só há uma coisa a dizer ao Sr. João Goulart: Saia”!. O discurso do CM era ancorado pelo não cumprimento do que dizia a Constituição. Jango era acusado de tentar permanecer frente ao governo à força. Apoiando-se na linha tênue da legalidade, o jornal tenta explicar sua oposição ao presidente, visto que anos antes apoiava sua posse, colocando-se, novamente, como porta-voz do povo. “O povo, depois de uma larga experiência reage e reagirá com todas as suas forças no sentido de preservar a constituição e as liberdades democráticas(..)”.



Figura 8: Jornal Correio da Manhã, 01 de abril de 1964

Essa atitude seria revista três dias mais tarde pelo periódico, sem perceber ainda que haviam levado um golpe do golpe. Da mesma forma que fizeram ao admitir que apoiaram a entrada de Jango no presidencialismo em 1961, o CM demonstrava inquietação com os rumos do país. Mesmo afirmando a saída de Jango como uma vitória da nação, o jornal afirmava que “a revolução não se completou ainda”.

Nós do *Correio da Manhã* defendemos intransigentemente em agosto de 1961 a posse do Sr. João Goulart, a fim de manter a legalidade constitucional. Hoje, como ontem, queremos preservar a constituição. O Sr. João Goulart deve entregar o Governo ao seu sucessor porque não pode mais governar o país. (SILVA, 2014, p. 33)

No dia 3 de abril, o *Correio da Manhã* solta o primeiro grito de alerta contra a ameaça que estava prestes a acontecer no Brasil, em um editorial intitulado “Terrorismo não!” O título do editorial faz referência à invasão do DOPS ao jornal Última Hora, que não teve edição nesse dia e foi submetido, assim como seus profissionais, à censura do que saía em suas manchetes. Apesar de estarem de lados opostos com relação aos rumos do país, segundo o CM, a invasão contrariava o objetivo de restauração da democracia entendido no dia 1 de abril. No seu texto, o jornal defende a liberdade de imprensa:

Só uma ilegalidade o DOPS não confessa, nem menciona: a invasão e a destruição do vespertino Última Hora. Pode-se discordar- como discordamos- da orientação desse jornal.

Mas é um jornal. Um ataque a esse, como a qualquer jornal, é um crime contra a liberdade de imprensa. Advertimos todos os jornais da Guanabara e do país: se um crime contra aquele vespertino ficar impune, a liberdade de imprensa no Brasil acabou. (CORREIO DA MANHÃ, 1 de abril de 1964)

Esperançosos e ainda acreditando na “revolução” que se instalou no país, o CM faz um apelo às forças armadas para que o ocorrido no UH não ficasse impune. “Às forças armadas, ainda uma vez, cabe essa tarefa de impedir que o movimento vitorioso desambe para represálias individuais ou de grupos (...)”. (CORREIO DA MANHÃ, 1 de abril de 1964).

Apesar de perceber um clima desfavorável para a imprensa, o jornal insiste na defesa das forças armadas e na manutenção dos militares para a restauração da democracia. No dia 5 de abril, o editorial “Palavras de um chefe”, traz declarações de Castelo Branco que são utilizadas para reafirmar que era bem vinda a revolução que acontecia.

No mesmo dia, o general se candidata à Presidência da República junto ao deputado José Maria Alkmin. O jornal expressa seu apoio aos candidatos e, ao mesmo tempo, se contradiz ao afirmar que “a eleição do ex-chefe do estado maior, apesar de constitucionalmente inegável, deverá concretizar-se até a próxima quinta-feira.” Esse trecho contraria todo argumento utilizado pelo jornal em relação ao seu apoio à constituição e à saída de Jango do poder.

Seguindo a mesma linha de opinião do Correio da manhã, criado em 1925 por Irineu Marinho, o jornal o Globo assumiu em suas páginas o apoio aos militares, mas se retratava cinquenta anos depois assumindo que errou. Na capa do jornal do dia 31 de março de 1964, foi publicado no periódico um texto de apoio às forças armadas e contrário ao que chamavam de “elementos subversivos” ao se referirem a qualquer um que era contra a intervenção militar.

campanha contra a favela ameaça de tempo maléfico — as armas nucleares (Radefoto UPI) — Exclusivo para O GLOBO

Rapazes Negam Crime na Morte da Jovem Que Caiu do Prédio em Copacabana

JOSÉ Henrique Carvalho da Costa e Carlos Alberto Neves de Figueira estavam no apartamento de Luzimar Zanetti Lopes sábado à noite, na ocasião em que ela caiu — ou foi arrojada — do prédio de Copacabana. Ambos negam qualquer crime como ocorreu a morte da jovem, situação que ela levou muito e conciliava equilibrar-se no parapeito quando ficou entorpecida. (TEXTO NA 11.ª PÁGINA)



Carlos Alberto Neves de Figueira e José Henrique Carvalho da Costa

... e o mesmo. O resultado é o que passou.

A Nação Unida às Forças Armadas

UMA defesa a toda que vem trovando, no momento da soberania de seus corpos — amparados pelas potências estrangeiras — a hierarquia, a autoridade e a disciplina — os oficiais brasileiros devem sentir-se, no momento, confortados pela solidariedade de todos os setores da vida nacional, com a exceção daqueles vinculados ao Partido Comunista e ao processo de destruição do regime.

O POVO parece, sem ser preciso explicá-lo, que com o enfraquecimento e posterior liquidação das Forças Armadas desaparecerá o grande obstáculo à marcha da soberania comunista. Para o êxito do processo desarmamentista, a marcha é indispensável a supressão da Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

POR ISTO se unem todos os brasileiros democratas, sem distinções partidárias na esperança de que os fatos que tiveram lugar na Marinha de Guerra não sejam a última página de um livro mais indignado e injustificável reação que arrastaram, identificando o fim de um estado de coisas que só nos pode levar à anarquia e à guerra civil.

COMO DESSEMO muitas vezes, o direito não deve ser um regime de exceção, mas sim um regime de direito de exceção, para não levar ao risco de ferir uma legislação que

asse adversários são os primeiros a desrespeitar. A legalidade não deve ser um tabu, a impedir que os democratas defendam as instituições, ou uma garantia para que os agentes do subversivo atem sem serem incomodados.

SERIA REMATADA LUJURIA contra as forças democráticas desarmadas e inoperantes, enquanto os inimigos do regime não, igualmente, fustigados pelo lado aquilo que os impede de atingir a poder. Claramente o dia em que o Brasil, sem regra e sem lei, se transformará em mais um Estado “clientelista”. Ali, todos dizem que desaparecerá a legalidade democrática, mas ninguém mais tenta como recuperar as paradas libertárias e frangíveis, pois já estaria instalado o terror policial e — quem sabe? — em funcionamento os parolões de fustigamento, segundo o modelo cubano.

O PAÍS está, realmente, vivendo o mais difícil momento de sua história. Não há dúvida de que atingimos a encruzilhada de nossos destinos. Agora se decidirá se conseguiremos superar a terrível crise provocada pela inflação, pelas conjunturas sociais, pelo descalabro econômico-financeiro, pela perda de nossas instituições livres, ou se, contrário, uma ditadura autoritária se apropriará do País, graças, principalmente ao apressamento e preservação desarmamentista das Forças Armadas.

A NAÇÃO democrática, que sempre viu nas Forças Armadas a segurança de que não seriam violadas no Brasil, os elementos subversivos que desajam conduta contra sua vocação histórica e suas tradições, reza-se a adotar a seguinte postura: e se manifestar em apoio da Marinha de Guerra, vitória, no momento, de mais grave erro cometido pelo Governo.

O ASSUNTO não é político-partidário. Não se discute, agora, como devem ser feitas as reformas. Não estão em jogo os pontos de vista divergentes a respeito deste ou daquele problema ligado. O que une a todos os democratas, neste hora, é a convicção de que o desaparecimento das Forças Armadas significará a morte de nosso regime político, que já não teria quem o defendesse. É como a crise que sobreviveu na Marinha durante o Semão Santo, deixada por a própria sorte as corporações militares amedrontadas em sua integridade, mobilizaram todos os batalhões fuzilados e partilhos para impedir que o processo de desarmamento das corporações secesse levada adiante.

TODOS têm a certeza de que o Brasil não poderá mais suportar que a sombra dos libertários e o vultoso constitucionalismo, os comunistas e seus aliados, tragam em andamento, preparando o enfraquecimento da liberdade e a destruição da Constituição.

Marinho receberam manifestações de solidariedade. Enquanto isto, o Presidente da República era homenageado por sorgentes no Automóvel Clube. Em Belo Horizonte, o Governador Magalhães Pinto, depois de um encontro com o Governador Nel Braga, divulgou um manifesto de solidariedade à Marinha, que teve aplauso unânime da Assembleia Legislativa mineira. E no Rio circularam rumores de que o Almirante Aragão teria sido substituído, no comando do Corpo de Fuzileiros Navais, pelo Almirante Washington Frazão, mas as autoridades da Marinha não os confirmaram nem desmentiram. A crise repercute na Câmara, no Senado e na Assembleia da Guanabara. (TEXTO NA 16.ª E NA 17.ª PAGINAS)

Nei Galvão Desmente o Congelamento Dos Depósitos Bancários

Em nota oficial distribuída ontem à noite, o Gabinete do Ministro da Fazenda afirmou que as autoridades financeiras jamais pensaram em medidas desse ordem, pois nada as Justifica (2.ª PAGINA)

NO BRASIL Preocupa Washington

WASHINGTON, 31 (AP. O GLOBO) — Um funcionário do Departamento de Estado declarou ontem à noite que os recentes manifestos dos elementos extremistas no Brasil não com que o Governo do Presidente João Goulart está sob crescente preocupação em Washington acerca do futuro do país. Segundo o portavoza, a análise do Departamento de Estado sobre o avanço comunista no Brasil publicado ontem pela Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Representantes, já está de atualizada, pois foi preparado em janeiro. A partir de então, acrescentou, a situação no Brasil tem-se agravado rapidamente e o Governo brasileiro está calculado cada vez mais sob a influência comunista.

Doutel Desmente Intenção de Golpe, Mazzilli Desaparece e a Crise Domina em Brasília

A término de um dia infarto de notícias desencontradas, que levaram quase o pânico aos meios políticos da Capital, o líder do PTB divulgou nota em que afirma que o Presidente da República jamais se afastou dos limites da lei e da Constituição, e que as versões sobre regime comunista partem de um plano de agitação. Mazzilli partiu para São Paulo (TEXTO NA DÉCIMA-SETIMA PAGINA)

Figura 9: Jornal O Globo, 31 de março de 1964

No dia primeiro de abril de 64, o jornal O Globo não é colocado nas bancas. O motivo viria explicado em uma nota, numa folha em branco onde eles afirmam que a redação do jornal foi invadida por fuzileiros navais ao comando do almirante Cândido Aragão o qual impediu a impressão das matérias.

1 de abril de 1964

Na noite de 31 de março de 1964, O GLOBO foi invadido por fuzileiros navais comandados pelo almirante Cândido Aragão, do “dispositivo militar” de Jango, como se dizia na época. O jornal não pôde circular no dia 1º de abril. Sairia no dia seguinte, 2 de abril, quinta-feira, com o editorial que fora impedido de ser impresso pelo almirante, “A decisão da Pátria”. Na primeira página, um novo editorial: “Ressurge a Democracia”. Também na primeira página desse dia publicou-se um texto (“A violência contra O GLOBO”) explicando os motivos pelos quais o jornal deixara de circular na véspera.

Figura 10: Jornal o Globo, 01 de abril de 1964

No dia 2, o jornal voltou a circular e dois textos se destacam na primeira página. O primeiro deles é um editorial que comemora a saída de Jango e a “vitória” dos militares colocando-os como heróis e chama o governo de Jango de “irresponsável” num texto intitulado “Ressurge a democracia.”.

O outro texto dá conta da invasão do dia 1º de abril onde 30 fuzileiros navais entraram na redação do jornal e impediram que o jornal fosse impresso. Nas palavras do O Globo a ordem teria partido de Jango, mas os militares não mencionaram o nome do presidente.



Figura 11: Jornal O Globo, 02 de abril de 1964



Figura 12: Jornal O Globo, 02 de abril de 1964

No dia 3, o jornal estampa a fotografia da “Marcha da Vitória” que mostra uma multidão comemorando a saída de Jango. No texto, o jornal chama o ocorrido de uma manifestação jamais vista no Brasil em prol da democratização e repúdio ao povo comunista.



Figura 13: Jornal O Globo, 03 de abril de 1964

Apesar de todo apoio do jornal aos militares, o que se lê nas suas páginas no dia 4 é um discurso que pede que se reestabeleça a democracia através de eleições diretas. Na chamada principal está a sugestão dos dois possíveis nomes para concorrer. Outro ponto importante é o editorial “Um Governo que honre a revolução” onde a imprensa carioca começa a dar sinais de que cometeu um erro ao acreditar que o próximo chefe de estado seria eleito de forma direta. É a primeira aparição condenatória da palavra “golpe” direcionada aos militares.

ELEIÇÃO IMEDIATA DO PRESIDENTE - CASTELO BRANCO E EURICO DUTRA CONSIDERADOS OS MAIS PROVÁVEIS

Um Governo Que Honre a Revolução

UMA REVOLUÇÃO não é um desfile de carros alegóricos. Nem se confunde com um golpe de Estado, que em geral só tem como objetivo a conquista do poder. Uma revolução visa a mudar um sistema, com a introdução de nova filosofia de Governo, outro tipo de administração, outro quadro de dirigentes. Aqui tivemos uma revolução, destinada a afastar do Governo os comunistas que o haviam corrompido, a acabar com as práticas de corrupção que levaram brasileiros a silenciar e até a comprometer-se com a infiltração vermelha, a restaurar as forças da Nação, combalidas pelos desastrosos últimos anos.

PARA QUE a revolução atinja seus objetivos é preciso

permanente inclinação a colocarem seus interesses políticos ou pessoais acima dos interesses do Brasil, sejam, ao menos, realistas. Não venham, pela necessidade ou incompreensão, a representar para as instituições brasileiras perigo ainda maior do que o anterior Governo.

O PAIS NÃO PODE ficar acéfalo, quando as dificuldades econômicas, financeiras e sociais crescem de hora a hora. E o País está desgovernado, pois o fato de haver o Sr. Tanierli Brazzili passado a responder pela Presidência da República, como eventual substituto do Sr. João Goulart, para uma permanência máxima de 30 dias na Suprema Magistratura, não dá ao Brasil o Go-

ansios nacionais, dando remédio aos nossos males sociais e econômicos.

NÃO PODE o Brasil esperar um mês para ter a administração que se requer em tão conturbado momento. Não podem ser adiadas as medidas excepcionais reclamadas pela excepcionalidade da situação. Nem podemos imaginar que os agitadores e os comunistas condescendam em ficar de braços cruzados, durante 4 semanas, aguardando que o Congresso dê à Nação as condições indispensáveis para enfrentá-los e dominá-los.

A REVOLUÇÃO, que foi vitórisiosa pela união das Forças Armadas, não deve perder a vi-

(Reportagem Política na Sexta Página)

ANO XXXIX — Rio de Janeiro, sábado, 4 de abril de 1964 — N.º 11.627

O GLOBO

FUNDAÇÃO DE IRINEU MARINHO

Director-Redactor-Chefe: ROBERTO MARINHO Director-Comunicar: HERBERT MOSES

Director-Secretário: RICARDO MARINHO Director-Substituto: ROGERIO MARINHO

AOS LEITORES

Por razões de ordem técnica O GLOBO circula hoje com dois cadernos, deixando de incorporar a esta edição o suplemento “Ela” que publicamos habitualmente aos sábados.

O QUE SE QUER, E JÁ, É UM GOVERNO DEFINITIVO, APARTIDÁRIO E DEMOCRATA



Importantes contatos políticos do Governador da Guanabara com seus colegas de Goiás e Paraná, e com os presidentes da Câmara e do Senado, nos quais ganhou ênfase a tese de se eleger imediatamente um presidente que possa assegurar, pelas qualidades pessoais e pela esta-

Figura 14: Jornal O Globo, 04 de abril de 1964

A edição do dia 6 de abril traria mais um apelo à “coesão” das formas armadas para que se estabelecesse logo um governo democrático no país. Em uma promessa de que estava seguindo de perto os passos dos atuais comandantes do Brasil, o jornal diz que “tudo depende da compreensão dos homens que derrubaram o governo João Goulart”. (O GLOBO, 06/04/1964)



Figura 15: Jornal O Globo, 06 de abril de 1964

Passados os anos sombrios da ditadura, o Brasil viveu em 2013⁷ outro grande momento histórico que vinha das ruas de todo o país. As manifestações de julho marcaram a força do povo brasileiro e conseguiram arrancar do jornal O Globo o “mea culpa” por conta da ditadura. A população tinha um coro que dizia “A verdade é dura, a Globo apoiou a ditadura”. Diante desses milhares de vozes, o jornal publica em 31/08/2013 o texto: “Apoio ditatorial ao golpe de 64 foi um erro” onde assume que estava agindo de forma a apoiar os militares e ressalta que o apoio foi um equívoco. Um trecho do texto diz que:

A lembrança é sempre um incômodo para o jornal, mas não há como refutá-la. É História. O GLOBO, de fato, à época, concordou com a intervenção dos militares, ao lado de outros grandes jornais, como “O Estado de S.Paulo”, “Folha de S. Paulo”, “Jornal do Brasil” e o “Correio da Manhã”, para citar apenas alguns.

⁷ Os protestos no Brasil em 2013, também conhecidos como Manifestações dos 20 centavos, Manifestações de Junho ou Jornadas de Junho, foram várias manifestações populares por todo o país que inicialmente surgiram para contestar os aumentos nas tarifas de transporte público, principalmente nas principais capitais. Essas foram as maiores mobilizações no país desde os protestos pelo *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello em 1992, e chegaram a contar com até 84% de simpatia da população. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Protestos_no_Brasil_em_2013> acesso em 05/01/2017>

Fez o mesmo parcela importante da população, um apoio expresso em manifestações e passeatas organizadas em Rio, São Paulo e outras capitais. (O GLOBO, 13/08/2013)

Diferente da corrente seguida pela maioria dos jornais, o Última Hora fez oposição clara ao golpe, marcando a história da imprensa. O jornal, criado em 12 de junho de 1951 no Rio de Janeiro por Vargas em seu segundo governo, já tinha papel definido dentro da política e história do país: o de defender a era Vargasista, que passava por crises dentro e fora do governo, além de sofrer a retaliação da imprensa como um todo. Apesar de ter sido criado no Rio de Janeiro, suas edições começavam na cidade carioca e eram complementadas em Porto Alegre, capital gaúcha.

Mesmo com a morte de Vargas em 1954, o vespertino não perdeu força e continuou sua luta ideológica frente aos interesses do governo. Na ditadura, o UH nadava contra a corrente; no dia 31 de março as notícias espalhadas pelos concorrentes pediam a saída imediata de Jango. Enquanto isso, o UH ouvia o outro lado. Na manchete pré-golpe vinha o seguinte texto: “Jango:- Eu não permitirei a desordem em nome da ordem”. As palavras que vinham a seguir eram da cobertura feita ao discurso de Jango para 10 mil militares na intenção de reforçar sua permanência na presidência.

O Presidente João Goulart disse, ontem, perante 10 mil sargentos e suboficiais das Forças Armadas e Cooperações Auxiliares, reunidos no Automóvel Clube do Brasil, que não permitirá, a qualquer custo, que, em nome da ordem, se implante a desordem no país, e em nome da disciplina se cometa a maior das indisciplinas. (ULTIMA HORA, 31 de março de 1964)



Figura 16: Jornal Última Hora, 01 de abril de 1964

No dia 1 de abril de 1964, o UH traz na capa a notícia do início, do que eles chamavam – diferente dos outros jornais que usavam o termo “Revolução” - de “Rebelião”. O jornal destacava a saída das tropas de Minas Gerais em direção ao Rio de Janeiro e coloca frases como “expectativa de tranqüilidade em todo país”.



Figura 17: Jornal Última Hora, 01 de abril de 1964

Juiz de Fora, de onde o General Mourão arquitetou a saída das tropas rumo ao Rio de Janeiro, é colocada no contexto como a “Capital da Rebelião”. Nesse dia, o UH enviou um repórter para cobrir a saída das tropas da cidade mineira e pela primeira vez as oposições ao golpe foram noticiadas por um jornal. Na página dois, uma pequena notícia intitulada “Juiz de Fora é a Capital da Revolução”, o jornal escreve sobre as primeiras prisões ocorridas a três vereadores do PTB, 12 lideranças sindicais e do então diretor regional dos correios, em Juiz de Fora, Misael Cardoso Teixeira. Todos levados pelos militares, permaneceram incomunicáveis durante quatro horas. Misael foi solto, mas houve, neste momento o cerceamento dos principais serviços de comunicação da época. Os correios, telégrafos e serviços telefônicos estavam “sob o comando das tropas rebeldes”.

Enquanto outros jornais mostravam a aclamação pública da população à intervenção militar, o UH trazia outro lado dos fatos: existiam no país movimentos de oposição ao golpe, que já se articulavam para uma possível intervenção, dentro deles estavam uma das principais forças sindicais do país, os ferroviários. De acordo com informações do UH, havia um combinado para que todos os operários parrassem de trabalhar caso houvesse alguma prisão das lideranças sindicais. O esperado aconteceu e teve início a greve dos

ferroviários, seguida por vários outros setores. Começou pela estrada de Ferro Leopoldina, que ligava o Rio de Janeiro a diversas outras cidades, inclusive a Juiz de Fora.

A primeira categoria profissional a paralisar as atividades foi a dos ferroviários da Leopoldina, minutos após a transição da senha. Vinte mil operários cruzaram os braços e o movimento abrange quatro estados: Guanabara, Estado do Rio, Espírito Santo e Minas. Segundo informações prestadas por líderes dos ferroviários, o movimento é progressivo e constante, devendo atingir todo território nacional, com a paralisação de toda rede Ferroviária Nacional. (JORNAL ÚLTIMA HORA, 01 de abril de 1964)

No dia 2 de abril de 1964, a sede do jornal Última hora foi invadida e teve sua redação depredada. A ação, fruto das manchetes que o jornal soltava contra os militares, impediu que o jornal saísse completo, indo para as ruas com apenas quatro páginas.

Assim como a edição do dia 3 de abril, que traz justamente um texto explicando a situação, intitulado “A liberdade de imprensa sobrevive”, as palavras do periódico eram claras; o jornal foi invadido pelo que eles chamam no texto de “terroristas da MAC”, que usaram como pretexto a comemoração da deposição do presidente João Goulart.

A liberdade de imprensa sofreu um grave atentado com a depredação da redação do ÚLTIMA HORA, levada a cabo, anteontem, por elementos terroristas a serviço da MAC, sob pretexto de comemorar a deposição do Presidente João Goulart. Em consequência desse ato de selvageria, nosso jornal só pode circular ontem com uma edição extraordinária de quatro páginas e ainda hoje chega as mãos dos leitores sem várias das suas seções habituais. (JORNAL ÚLTIMA HORA, 03 de abril de 1964)

Flávio Tavares Descreve na Página 4 os Últimos Momentos de Jango em Brasília

ANO XIII — Rio de Janeiro, 6.ª-Feira, 3 de Abril de 1964 — N.º 1.270

Juscelino Coordena LEIA NOTICIÁRIO NA PAGINA 2

Última Hora PREÇO DO EXEMPLAR: CR\$ 30,00

Badger Reassumiu LEIA NOTICIÁRIO NA PAGINA 4

MAZZILLI QUER SABER ATÉ ONDE VAI SEU PODER

A LIBERDADE DE IMPRENSA SOBREVIVE

Estes São os Candidatos

Milhões de Brasileiros

O Presidente do Senado, Sr. Auro de Moura Andrade, viajou para o Rio a fim de estabelecer, a pedido do Presidente Mazzilli, contato com os generais Castelo Branco, Décio Escobar e Costa e Silva. Deseja o Sr. Kaniel Mazzilli que sejam claramente delimitadas as fronteiras dos seus poderes e atribuições, como substituto do Presidente deposto João Goulart. (Página 2)

O Depoimento Cláudio Fróes, entre o Advogado Maurício Aquitana e o Vice-Presidente Executivo do Editor ÚLTIMA HORA S. A. Jornalista João Estrela, quando, em sua redação, se ocupou de presidente do Sindicato dos Proprietários de Jornais e Revistas, discutiram os prejuízos causados pelo candidato a presidente em seu jornal.

A LIBERDADE de imprensa sofreu um grave atentado com a depredação da redação do ÚLTIMA HORA, levada a cabo, anteontem, por elementos terroristas a serviço da MAC, sob pretexto de comemorar a deposição do Presidente João Goulart. Em consequência desse ato de selvageria, nosso jornal só pode circular ontem com uma edição extraordinária de quatro páginas e ainda hoje chega as mãos dos leitores sem várias das suas seções habituais.

Figura 18: Jornal Última Hora, 03 de abril de 1964

Nessa edição, o jornal ainda ressaltava as diversas demonstrações de solidariedade recebidas, inclusive de orientações políticas diversas das suas. E republica o editorial escrito pelo Correio da Manhã, já citado neste trabalho. Um editorial que deixa claro que, mesmo em lados opostos, a liberdade de imprensa será defendida e virá na frente de qualquer momento político.

"TERRORISMO, NÃO!"

INSPIRADO EM QUE "A LIBERDADE É UM DOGMA. EXISTE OU NÃO EXISTE". O "CORREIO DA MANHÃ" DIVULGA, HOJE, EM SUA PRIMEIRA PÁGINA O SEGUINTE EDITORIAL:

"A vitória da Nação, em virtude do afastamento do Sr. João Goulart, não pode ser maculada com o ato de arbitrariedade e de violência que a Polícia da Guanabara — a SA que nós já havíamos denunciado quando foi organizada — vem cometendo de ontem para hoje em desrespeito ostensivo a todas as garantias constitucionais.

Não estamos em Estado de sítio e o Sr. João Goulart entregou o poder, por vontade ou não, sem opor nenhuma resistência militar. Não é crível que se queira manchar de sangue, como já se manchou, um movimento de amplitude nacional que derrubou o presidente da República.

O que existe, na realidade, é um desbafado patológico do Sr. Carlos Lacerda que procura, na violência, a supercompensação para os dias em que permaneceu em silêncio, amedrontado diante dos inimigos quando os julgava dominadores da situação.

Agora ele reage por meio da sua Polícia Política, prendendo e estacionando como se estivessem em plena cidadania.

O afastamento do Sr. João Goulart foi para evitar a sua manobra comunista. Não admitimos

que se prepare e se organize a investida brutal do totalitarismo de direita para o esmagamento das liberdades democráticas.

A Liberdade é um dogma. Existe ou não existe.

Liberdade pela metade já não é liberdade. Já é uma forma de negação e destruição. E isto não podemos aceitar.

O movimento que se fez foi para restaurar a disciplina, a ordem, o regime. Não se pode em nome deste movimento estabelecer a indisciplina, o desordem e a ilegalidade.

A Polícia da Guanabara não pode prender jornalistas, nem invadir o domicílio de ninguém, cuja inviolabilidade é garantida pela Constituição. Não pode ser usada como simples arma política para o aniquilamento dos adversários de um candidato à Presidência. Não pode ocupar os edifícios federais, pois a polícia já tem a legítima presença da República. O Sr. Carlos Lacerda tem de responder pelas crimes que historicamente vem praticando contra o povo.

O que se passa no Estado da Guanabara é semelhante ao que se passa em São Paulo. O Sr. Ademar de Barros se julga com o direito de nomear interventores para os órgãos oficiais e de ameaçar o Congresso.

Querem, então o governador da Guanabara como o governador de São Paulo, que o Congresso eleja imediatamente um presidente da República e que este presidente seja apolítico.

O Congresso Nacional é soberano e não pode agir sob pressão de ninguém. Assim como reagiu contra o Sr. João Goulart deve reagir contra os Srs. Ademar de Barros e Carlos Lacerda.

O Sr. Romeri Mazzilli é o presidente da República e o Exército e o povo, que querem preservar a Constituição, a legalidade, o disciplina e o regime democrático, têm obrigação de estar ao seu lado neste momento e reusar qualquer ameaça, o que seria uma humilhação imposta à Nação inteira.

O afastamento do Sr. João Goulart foi exclusivamente para garantir as instituições em vigor e não para atender contra elas.

O país não recua nesta hora em que dará um passo à frente para a consolidação de um regime social e político que conquistou através de uma grande luta pela democracia."

Figura 19: Jornal Última Hora, 03 de abril de 1964

Ainda nesta edição, o UH traz as principais notícias do terceiro dia da intervenção militar. Claramente o jornal trata o momento político vivido no país como uma guerra articulada em Minas Gerais, nas palavras dos repórteres: "trincheira", "QG" e "rebelião".

EXCLUSIVO: Repórteres de UH na Primeira Trincheira 24H NO QG DA REVOLTA

A primeira trincheira dos rebeldes foi cavada pelo 18º RI diante do Monte Serral, Estado do Rio...

Comção

As 18 horas de segunda-feira o General Mourão deu um despacho para a 1ª Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, solicitando a transferência do 18º RI para o Estado do Rio de Janeiro. O General Mourão, chefe do Estado-Maior do Exército, explicou que o 18º RI era o melhor regimento do Exército para a missão que lhe era atribuída.

Manfesto

As primeiras horas da madrugada de terça-feira, 29, foram marcadas por uma explosão de patriotismo. O Exército Brasileiro, sob o comando do General Mourão, deu um golpe de Estado para restaurar a ordem constitucional e a liberdade de imprensa.

Fronteira

A vanguarda das tropas do General Mourão — a 2ª Cia. do 18º RI — avançou para a barreira de Edimburgo, localizada no Estado do Rio de Janeiro. Os rebeldes tentaram impedir a passagem das tropas, mas foram derrotados.

Epulção

Os repórteres acompanharam os soldados da Polícia da Guanabara durante a operação de epulção (limpeza) das ruas da cidade. A operação foi realizada com sucesso, e as ruas foram liberadas para o trânsito.



Figura 20: Jornal Última Hora, 03 de abril de 1964

O movimento civil que também foi um dos precursores da saída de Jango ganha uma página especial, a “marcha da Família”. Chamada em outras edições do UH como “a marcha das dondocas”, mostra militares e representantes de classes sociais abastadas comemorando o que é colocado pelo jornal Última Hora como “o fim do comunismo”.

A redação do UH demorou para conseguir se restabelecer depois da invasão no dia 1 de abril. Somente na edição do dia 6 de abril, o periódico conseguiu voltar a publicar suas habituais 12 páginas. A situação fica clara em um editorial de agradecimento feita aos leitores, em que é explicada a falta de editorias e quadros tradicionais. Além disso, fica claro o não esmorecimento do UH diante das ameaças. Depois de iniciada a operação militar, o tabloide bateu recordes de vendagem e se coloca, assim como o CM, “a serviço das grandes causas do povo brasileiro”.

3.1- O DIÁRIO MERCANTIL NO GOLPE DE 1964

Juiz de Fora tem sido protagonista em muitos momentos históricos do Brasil. É sabido que a conhecida “Manchester Mineira” foi pioneira na industrialização do país, da mesma forma que fica em Juiz de Fora a primeira indústria hidrelétrica da América Latina que iluminou a cidade aos olhos do restante do Brasil, a primeira rádio, dentre outros monumentos e momentos que contam e recriam a história como um todo.

A contribuição significativa de Juiz de Fora nos períodos históricos não se ateve a momentos bons e gloriosos. Há 50 anos, vivíamos a época mais obscura da história brasileira. A ditadura marcou não só pela violência física e psicológica, mas também representou o encarceramento da palavra e das lembranças reprimidas e limitadas de suas vítimas.

É preciso observar neste momento como foi a participação da imprensa de Juiz de Fora nos anos do golpe, partindo da análise do jornal de maior representatividade na cidade.

Era 1912, quando surgia um dos jornais de maior representatividade na cidade de Juiz de Fora, o Diário Mercantil funcionava na Avenida Rio Branco, numa galeria, conhecida na época como Sirimarco, tinha quatro páginas e uma clara posição política e econômica. Era o jornal da burguesia. Cosette de Alencar, uma das colaboradoras mais assíduas do jornal chegou a afirmar que o periódico era uma representação do “alter ego” de Juiz de Fora (MUSSE, 2008, p.171). Dessa forma, o jornal, feito de elite para elite, refletia o mito da cidade como a Manchester mineira.

Por algum tempo, pode-se mesmo dizer, foi a redação desta casa uma espécie de sucursal do mais alto silogeu das letras de Minas, pois por suas mesas passaram, além de Pinto de Moura e Mário Matos, do quadro inicial da redação, escritores de projeção nacional como Lindolfo Gomes e Gilberto de Alencar, entre outros. É certo que, embora em situação de colaboradores eventuais, muitíssimos outros “cobras” da inteligência nacional deixaram nesta Casa farta amostra de seus talento e cultura. Poderíamos enumerar vasta relação de nomes. Contentamo-nos em copiar o que nos fornece o historiador Paulino de Oliveira, aliás há muito tempo um dos baluartes intelectuais da empresa. Afirmo Paulino que, ao surgir o Diário Mercantil, em 1912, 19 dos fundadores da Academia de Letras do nosso Estado, residentes nesta cidade, pontificavam regularmente na sua imprensa, com maior ou menor assiduidade. Neste caso estariam Machado Sobrinho, Lindolfo Gomes, Dilermando Cruz, Eduardo de Menezes, João Massena, Mário Matos, Luís de Bessa, Luís de Oliveira, Heitor Guimarães, Brant Horta, Albino Esteves, Belmiro Braga, Amanajós de Araújo, Estevão de Oliveira, Pinto de Moura, Francisco Lins, Franklin de Magalhães, Gilberto de Alencar, J. Paixão e José Rangel (ALENCAR apud MUSSE, p.1,1968).

Depois de quase vinte anos, o jornal é incorporado aos Diários Associados tendo permanecido até o seu fechamento, em 1983. A partir desse momento, diariamente (com exceção das segundas-feiras), circulava com oito páginas.

A empresa pertencia a Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, popularmente conhecido por Assis Chateaubriand – ou simplesmente Chatô. A história dos Diários Associados está diretamente ligada à de seu fundador, assim como o posicionamento que os veículos de comunicação ligados a ele iriam tomar frente ao golpe de 1964. O empresário defendia a intervenção militar, posicionamento que ficava evidente em seus jornais, inclusive no Diário Mercantil.

Durante os 60 anos de vida do DM, poucos eram os jornalistas graduados que atuavam no veículo. A profissionalização da profissão de jornalista só foi reconhecida pelo Ministério do Trabalho em 1969. Antes disso, muitos exerciam duas profissões: eram jornalistas e médicos, jornalistas e advogados, dessa forma não dependiam exclusivamente do jornal para sobreviver. Os jornalistas mais antigos do DM começaram sua carreira ainda na adolescência e ali permaneceram por décadas.

Pelo que se pode perceber, havia pouca rotatividade de pessoal, o que criava laços mais profundos entre os trabalhadores, sendo que muitos deles se referiam à empresa como “a família dos Associados”. Jorge Couri, fotógrafo, entrou no jornal em 1948, aos 18 anos, e permaneceu lá até o fechamento em 1983, isto é, 35 anos. Começou trabalhando com a iluminação de magnésio (não se usavam nem lâmpadas e muito menos o flash eletrônico atual) e câmeras pesadas, que exigiam que o fotógrafo carregasse bateria (não tinha pilha) e usasse o indispensável tripé, porque qualquer movimento atrapalhava a imagem. Na oficina, as dificuldades também eram grandes, porque havia o processo trabalhoso de refazer o clichê para a impressão. Só a partir dos anos 60, com as facilidades da tecnologia, a fotografia se tornou mais usual no Diário Mercantil. Na primeira metade dos anos 60, o formato do jornal era “pesado”: seis páginas com muito texto. Apenas em 1968, com a reforma gráfica, é que o DM vai incorporar um novo visual, mais arejado, mais moderno, a

partir da contratação do seu primeiro diagramador: José Luiz Ribeiro, recém-formado pelo curso de Jornalismo da Fafile, e que trazia para a cidade as novidades aprendidas durante dois estágios no Jornal do Brasil. (MUSSE, p.178. 2008)

“O Mercantil era o jornal que era “metido”, em aspas, mais sério. Até a diagramação dele era igualzinha à do Jornal do Brasil. Ele fazia um jornal que atendia a sociedade. E Juiz de Fora é uma cidade extremamente conservadora”. (Renato Henrique Dias, em depoimento a CMV). Os leitores do DM encontravam no jornal a própria representação da cidade. Em seus textos, os jornalistas resgatavam espaços importantes onde a população vivia no dia a dia. Sem dúvidas, o periódico era um grande influenciador de seus leitores

Aquele calor que tinha o DM, aquela participação intensa em tudo da cidade, porque você não podia conceber Juiz de Fora e suas coisas sem a presença do DM. Em tudo o DM estava presente, numa campanha de solidariedade em 1940, com a grande enchente que mobilizou a cidade inteira, toda a cidade atrás do jornal para fazer as coisas que tinha que fazer; depois, na década de 70, quando o jornal decidiu lutar pela criação de uma representação política em Juiz de Fora, que não tinha, a cidade inteira acompanhou o jornal e isso, sobretudo com grande emoção e com péssimo salário (ANDREOLA apud MUSSE, p.25,1995).

Uma característica do DM era sua clareza em relação às posições que podiam ser lidas em suas páginas. Não seria diferente na alçada política. Assim como o restante da mídia brasileira, o DM também se posicionou frente ao golpe militar: era a favor. Não havia dúvidas, muito menos entrelinhas.

Euforia. Esta seria a melhor palavra para expressar os sentimentos locais retratados pelo “Diário Mercantil” devido ao golpe militar. O jornal já demonstrava uma nítida preocupação com as “Reformas de Base” propostas por João Goulart, mas suas notícias não se posicionavam totalmente opostas ao presidente. (MUSSE, p.178. 2008)

O Diário Mercantil era um jornal matutino, suas notícias eram produzidas durante o dia e rodadas nas máquinas durante a noite. No dia 31 de março de 1964, nenhuma clara menção às movimentações de tropas foi feita. A manchete, até então, trazia novidades sobre a revolta dos marinheiros, a intervenção da polícia nos postos de combustíveis e as greves que aconteciam sucessivamente país a fora. Em depoimento à Comissão municipal de Juiz de Fora (CMV), o jornalista Wilson Cid relata como foi o dia 31 de março dentro da redação e o momento em que o golpe foi percebido. “Quando chegou no dia 31 mesmo, a gente soube da primeira prisão em Juiz de Fora que foi do diretor regional dos Correios daqui. Aí a gente

soube então que estava em curso efetivamente um golpe de Estado”. (Jornalista Wilson Cid em depoimento a CMV).

Muitos meios de comunicação sofreram um silenciamento velado nos primeiros meses de 1964, visto que as notícias que saíam em prol dos militares circulavam normalmente no rádio e nos jornais impressos.

Desde o dia 31 de abril, as notícias vindas da capital pela Voz do Brasil e divulgadas na Rádio Sociedade foram tiradas da programação por ordens superiores. Programas inteiros foram censurados na primeira semana do mês de abril. Mas censura não foi apenas militar; a empresa, Diários Associados, que se colocava totalmente a favor do golpe, obedecia às ordens e as reportava para os veículos de comunicação. O silenciamento vinha, então, das duas partes. Os telegramas vindos da Polícia Federal já indicavam o que podia e o que não podia sair diariamente nas edições. Sem burlar as ordens, alguns jornalistas conseguiam demonstrar a situação vivida dentro das redações: um trecho em branco ou uma receita culinária dava conta dos trechos proibidos.

Mas essa resistência da imprensa só viria bem tarde. No primeiro momento foram favoráveis ao golpe, vinculava dentro das redações e nos textos que chegavam na casa dos leitores, um posicionamento das empresas, mas acima de tudo, da imprensa. “O jornal publicava o que queria, e com a ideologia que queria. Não tinha essa liberdade democrática de você contestar o que o jornal falava. O jornal era absoluto”. (Jorge Sanglard em depoimento a CMV).

No dia 1 de abril de 1964, o DM trazia a notícia do QG instalado em Juiz de Fora. A manchete dava conta de um “Movimento da defesa da democracia em Minas Gerais”. Apesar de noticiar que outras cidades mineiras logo iriam aderir à novidade, o jornal, orgulhoso da revolução que acontecia no país, dava a entender que o movimento acontecia apenas em Juiz de Fora. O governador de Minas, naquela época, apareceu na primeira página, com um discurso voltado para a luta do Estado em prol da ordem legal: “Magalhães Pinto fala à Nação sobre os motivos que levam Minas a lutar pela ordem legal”. Ao final da leitura, torna-se a falar da revolta dos marinheiros - únicos militares contrários às decisões que eram tomadas contra o Governo- tratando-os como “inimigos da ordem e da democracia” e justificando a tomada do poder pelos militares: “há mais de dois anos os inimigos da ordem e da democracia, escudados na impunidade que lhes assegura o chefe da Nação, tudo vêm fazendo para desrespeitar as instituições, enxovalhar as Forças Armadas e diluir nas autoridades públicas o respeito”.



Figura 21: Jornal Diário Mercantil, 1 de abril de 1964

O editorial, com o seguinte título “Chamada para a luta”, era uma convocação para que a nação lutasse ao lado do General Mourão Filho que “conclamava todos os brasileiros à luta, pela reinstalação da ordem e da lei no território nacional (...)”. A luta, segundo o jornal, seria pela restituição da democracia que havia sido tomada pelos “maus brasileiros”. Retratado como herói em diversos textos do periódico, Mourão Filho ganha espaço nas páginas para que suas palavras no manifesto, divulgado no dia 1 de abril, fossem interpretadas como os “verdadeiros sentimentos dos brasileiros”. Além disso, de maneira explícita o jornal se coloca como apoiador e legitimador da intervenção quando diz “é por isso que ficaremos, como sempre, ao lado das forças democráticas, de que S. Exa. se fez defensor intímorato”.

No dia 2 de abril, as notícias favoráveis ao golpe continuavam, na capa do DM “Minas, mais uma vez mostra-se em defesa da liberdade restituindo ao Brasil, em 36 horas, a paz e a democracia”. Além das manchetes, o jornal mantinha um espaço para declarações feitas em favor de Mourão Filho, colocando-o como o grande salvador da nação:

A fé contaminou o país, numa adesão total aos líderes das forças armadas, nessa solidariedade voluntária, todos os estados reconheceram que chegará a hora de lutar por um bem comum: salvar o Brasil dos comunistas, que munidos de martelo e foice pretendiam destruir a família brasileira. (JORNAL DIÁRIO MERCANTIL, 1 de abril de 1964)



Figura 22: Jornal Diário Mercantil, 2 de abril de 1964

Dentro do jornal, as mensagens eram claras: Minas Gerais, principalmente Juiz de Fora, a “capital revolucionária”, se sentia salvadora dos brasileiros e tinha, declaradamente, seu protagonista. O General “dotado de um espírito elevado e de uma inteligência rara” ganhava uma carta de agradecimento ao que vinha acontecendo desde o dia 31 de março. A Marcha das Mulheres representava o “clamor da pátria” e o Cristo Redentor de Juiz de Fora, que “vigilante de cima da rocha” abençoou a saída das tropas rumo a Guanabara, nesse momento não houve mais dúvidas “seguiram gloriosamente convictos da vitória”.

No dia 3 de abril, os destaques não eram as prisões ou censuras que já aconteciam país a fora. O DM fechava os olhos para ações e reações que pudessem condenar ou mudar a visão heroica dos militares, a saída de Jango e seu exílio eram tratados como rendição.



Figura 23: Jornal Diários Associados, 3 de abril de 1964

As prisões que foram retratadas nesse dia tratavam dos “agitadores comunistas”. O primeiro deles, o presidente do sindicato dos bancários, que mantinha, assim como outros órgãos sindicalizados, um posicionamento diferente do que era defendido pela maioria. Na página 2 da edição vem a notícia de que Misael Teixeira, então diretor dos Correios, havia sido exonerado do cargo. Segundo o discurso de Mourão Filho, ele foi afastado por “não merecer a confiança do atual Governo, já que é tido como comunista”. Em seguida o jornal mostra a imagem da libertação de Misael, que, de acordo com o texto, havia sido preso para passar a presidência dos Correios para as mãos de um homem de confiança. Não há descrição de quantos dias ele permaneceu nas mãos dos militares, o que aconteceu com seus familiares, nem o que havia acontecido ao próprio Misael. As prisões claramente estavam fora dos interesses do jornal

Olha, a gente praticamente não teve esse tipo de cobertura porque a censura era muito intensa, sobretudo em relação a isso. Por exemplo, na prisão do Clodesmith Riani, que era presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, nós tivemos a comunicação da prisão do Riani, da apresentação dele aqui no Comando regional, do deslocamento dele para a cela, tudo isso, mas nós não pudemos chegar para conversar com ele, a não ser depois do julgamento. Aí tivemos uma cobertura completa. Mas era muito limitada a cobertura, porque não era de interesse deles que fizesse isso. (Wilson Cid, depoimento a CMV)



Figura 24 e 25: jornal Diário mercantil, 4 de abril de 1964

No dia 4 de abril, a expectativa era para a indicação do novo nome para a Presidência da República. Era esperada ansiosamente a “consolidação da democracia” tão aguardada desde o dia 31 de março. Orgulhosamente o jornal também dava a notícia da volta das “tropas de Minas Gerais” para Juiz de Fora sob o comando de Mourão Filho.



Figura 26: jornal Diário mercantil, 4 de abril de 1964

No editorial “A consolidação da vitória” a possibilidade da eleição de um novo presidente justifica toda luta civil-militar que foi ao encontro dos interesses militares. O texto aponta que finalmente a democracia, que teria sido usurpada por João Goulart, retomará ao país.

A vitória das forças democráticas aliadas ao glorioso exército brasileiro e a adesão dos escalões da marinha e aeronáutica está agora se preparando para sair do terreno puramente

das comemorações com que vibra a alma do povo, a fim de dirigir para um trabalho de fortalecimento democrático e que possibilite por sua vez uma verdadeira obra de reconstituição nacional. (JORNAL DIÁRIO MERCANTIL, 4 de abril de 1964)

Nos dias 5 e 6 de abril, edições de domingo e segunda, o jornal convidava o povo para a "Marcha da Fraternidade" em que o arcebispo da cidade clamava para que a população rezasse, persistisse e permanecesse forte frente ao comunismo. Respectivamente, ocorriam em outras cidades brasileiras a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, manifesto que já havia acontecido no final do mês de março, a despeito da renúncia de Jango.

Dois grandes motivos formam o espírito dessa promoção: primeiro o de ressaltar com o coro de toda cidade, o júbilo de que está possuindo todo povo pelo soerguimento pleno do regime democrático; segundo o de desarmar completamente os espíritos elevando-os através da caridade e da compreensão. Também a necessidade de um combate persistente ao comunismo será realçado. (JORNAL DIÁRIO MERCANTIL, 5, 6 de abril de 1964)



Figura 27: Jornal Diário mercantil, 5, 6 de abril de 1964

Essa análise permite demonstrar que o país viveu os primeiros passos do golpe cercados pelas mãos da imprensa. Nas páginas desses jornais, podemos ver duas ditaduras

diferentes no mesmo país, acontecendo simultaneamente com os mesmos protagonistas. Era a revolução versus a revolta. O correio da manhã, de forma liberal, mostrou o que queria mostrar. Às vezes controverso, o jornal acreditava no que escrevia e quem lia também. O álter ego de Juiz de Fora deixou seu orgulho falar mais alto, era a capital da revolução que salvaria o país de se afundar nos pensamentos comunistas, era a cidade de onde partiu a ordem para depor o presidente. As prisões que aconteciam eram respaldadas pelo DM como um controle necessário para o bem maior, pela democracia.

Apesar do apoio dedicado pelo dono dos Diários Associados aos militares, sua relação com a ditadura foi conturbada “Chatô apoiou o golpe que derrubou o presidente João Goulart, mas três anos depois já disparava duras farpas contra o general-presidente Castelo Branco” (THOMÉ, REIS, VALADARES, pag. 5, 2015).

À beira da falência, os Diários Associados perdiam força, assim como seu dono. Perdia força também a relação de Chatô com os militares. Em 1965 o início do rompimento fica mais evidente com o surgimento da TV Globo, apoiada e financiada por um grupo norte-americano, o que agravaria a situação.

Em 15 de março de 1967, Chatô romperia de vez com os militares, atacando Castelo Branco de forma direta com artigo publicado no dia em que este transferia a faixa presidencial para seu sucessor, o general Costa e Silva. Com o título “Administrador de Cemitérios”, o artigo chama Castelo Branco de “grosso e feio”, classifica seu governo de desastroso e festeja sua saída do poder. Os midas dos Diários Associados dariam, com isso, o tom da linha editorial dos veículos de seu grupo de comunicação, dali em diante. (THOMÉ, REIS, VALADARES, 2015, pag. 6).

As ideias dos jornais só começaram a mudar com a instauração do AI-5, quando a censura deixou de ser velada e passou a ser descarada. Era o golpe tirando as máscaras e mostrando a que veio.

3.2- A NOTICIABILIDADE EM TEMPOS DE REPRESSÃO

No dia 13 de abril de 1968, o Ato Institucional número 5, o AI-5, foi instaurado no país. Naquele momento, os poderes se concentraram nas mãos do Poder Executivo. A Constituição, que dava garantias à população civil, foi sufocada, assim como o poder dos meios de comunicação que já passava pela peneira dos militares nos primeiros quatro anos do golpe. Foi o momento mais duro do regime militar. A censura deixou de ser velada e dentro das redações começou uma verdadeira dança das cadeiras. Muitos militares atuaram como

jornalistas, ao mesmo tempo em que muitos jornalistas atuaram como censores. “O Diário Mercantil circulou com receita de bolo na primeira página, até começarem a proibir esse tipo de procedimento, até o ponto que acabaram colocando um censor, a figura do censor na redação”. (Ismair Zaghetto depoimento a CMV).

Segundo KUCINSKI (1998), os anos de 1964 a 1968 foram o período de maior autonomia dentro do jornalismo naquele momento de repressão, após o golpe militar. As opiniões faziam parte do dia a dia dos periódicos e davam maior liberdade para o profissional, aproximando-o do público leitor. Em 1969, um ano após a instituição do AI-5 os jornais de pequenas cidades ou com visão esquerdista associados a João Goulart e contrários ao discurso vitorioso e pró-constituição levantado pelos golpistas, foram extintos, entre eles o jornal Última Hora que não resistiu às represálias cometidas desde o início da intervenção.

Não era preciso que a imprensa quisesse ser a favor das tropas. O que aconteceu de forma espontânea em 1964, agora era ordem, obrigação. Aqueles que tentavam resistir eram presos, demitidos e torturados, de forma clara e aberta para que todos soubessem quem estava no comando.

(...) era muito limitada a cobertura, porque não era de interesse deles que fizesse isso. Na verdade eles só tiveram, em 64, um momento de interesse na comunicação, que foi o primeiro dia do golpe, nós tivemos liberdade total do Comando. Por quê? Porque o Comando tinha interesse na divulgação, mas depois que acabou esse interesse nós ficamos inteiramente afastados da liberdade de comunicação. (Wilson Cid, depoimento à Comissão Municipal da Verdade)

A revolução tinha que ser mantida, e os golpistas sabiam que os meios de comunicação foram aliados fortes para a saída de Jango e para o apoio popular que receberam no início dos anos 60. A opinião pública era descrita por meio da opinião dos profissionais dentro das redações. Mas o golpe foi percebido pela imprensa, e contra os militares já existiam os movimentos sindicais que faziam resistência desde o começo, não era estratégico deixar que o poder das palavras escapasse. A comunicação e a liberdade de imprensa estavam cerceadas.

Para isso, foram utilizadas formas de controlar o que sairia nos jornais a cada dia. Existia a vigilância de representantes do novo governo, mas ao lado dos militares estavam os empresários que comandavam as empresas de comunicação; era a autocensura dos censurados. Não era permitido informações que não fossem favoráveis aos militares.

O Mercantil tem um livrinho de capa vermelha que o Ivan Cavaliere anotava todas as censuras que a Polícia Federal fazia, ligava para lá e um coronel da PM ligava, do exército, aliás, ligava e falava “está proibido falar nesse assunto”. E ele anotava que estava proibido falar nesse assunto e deixava o livrinho lá para todo mundo ver, não era nem falado. Era não falar do assunto. (Jorge Sanglard em depoimento à Comissão Municipal da Verdade⁸)

O jornalista e cientista político Bernardo Kucinski, define a autocensura no seguinte trecho:

A autocensura é a supressão intencional ou parte dela pelo jornalista ou empresa jornalística, de forma a iludir o leitor ou privá-lo de dados relevantes. Trata-se de uma importante forma de fraude porque é uma mentira ativa, oriunda não de uma reação instintiva, mas de intenção de esconder a verdade. (KUCINSKI, 1998, p. 51)

No Diário Mercantil não foi diferente. O jornal que antes se orgulhava do pioneirismo de Juiz de Fora frente à tomada de poder pelos militares e que tinha uma linha editorial “que considerava o regime como “restaurador da constituição”, viu toda liberdade de jornalistas, cronistas, redatores, editores, se esvaír com o novo ato e a autocensura que estava presente

Não, não houve sutileza nenhuma, não. Porque em rigor, os Diários Associados, aos quais pertenciam tanto o Mercantil como a nossa Rádio Sociedade, os Associados já tinham uma posição muito clara a favor do Golpe. Liderados pela _____ os associados se colocaram muito a favor da destituição do presidente da República. Então nós tivemos dois tipos de censura: uma militar, do Golpe, e outra da própria empresa que tinha interesse em cima de bem situar com os dirigentes da ordem. (Wilson Cid, depoimento a CMV)

Não se podia falar nada, cantar nada e nem fotografar os acontecimentos O Fotógrafo do DM nos anos de ditadura, Toninho Dutra contou em depoimento à CMV as dificuldades que teve para exercer seu trabalho na época. Muitas fotos que chegavam à redação e passavam pelo crivo do censor foram batidas pegando a imagem das costas das pessoas. Dessa forma o fotógrafo evitava que as fotografias servissem como provas para as prisões.

Na época eu até peguei um vício, de cobrir movimentos de greve, eu fotografava geralmente pra mostrar a quantidade, eu mostrava a plateia de fundos, a plateia de costas pra mim, pra não identificar (...) eu peguei esse vício de fotografar de costas, tanto que eu fui chamado a atenção no jornal já, recentemente, já bem mais tarde, que eu fotografava um evento assim que ia falar sobre frio, eu fotografava de costas, e

⁸ O depoimento de Jorge Sanglard foi gravado nos estúdios da Faculdade de Comunicação na UFJF, no dia 13 de janeiro de 2015, por Danilo Pereira e Fernanda Nalon Sanglard, transcrito por Gabriella Weiss.

falava sobre verão, a pessoa de costas. “Po, você só fotografa de costas!” (Toninho Dutra em depoimento à Comissão Municipal da Verdade⁹).

Conforme conta Ismail Zaghetto, editor do DM no ano de instauração do AI-5, seu papel de editor do Mercantil estava claro: era sua função atender às ordens do novo governo e manter a redação na linha, tudo isso sob os olhos atentos da Polícia Federal e dos militares da 4 Região Militar.

O que as autoridades fizeram, passaram a tarefa do censor para o editor do jornal, então o editor do jornal passou a ser o responsável pelo que o jornal publicasse. Então você aí se, você, instalava-se em você aquilo que era terrível, que é a autocensura, né? A autocensura é um negócio terrível, a censura explícita, definida, estampada, “isso pode, aquilo pode, etc., etc., etc.”, mas autocensura é cruel porque você senta, hoje no computador, naquele tempo numa máquina de escrever, “isso aqui, será que eu fui, pesei a mão aqui, será que a mão foi leve ali?”. (Ismail Zaghetto depoimento à Comissão Municipal da Verdade¹⁰).

Toninho Dutra relembra o período de maior dificuldade enfrentado pela imprensa, em que nada passava despercebido aos olhos dos militares e seus representantes.

Eles censuravam tudo, né? Na época censurava música, censurava fotografia, censurava tudo. E a gente não podia fazer nada, era um “pau mandado”. No caso o fotógrafo, principalmente, era um “pau mandado”, porque você chegava com um filme, aquilo que você fez não era publicado, não adianta. Igual você fazer uma matéria comercial, você faz uma o cara gostou, o dono lá da loja vai escolher a pior foto, mas ele gostou, né? Então não é um jornalismo que a gente gosta de fazer que você quer criar também, né? Criar, não é inventar, mas pegar um ângulo diferente, né? (Toninho Dutra em depoimento à CMV)

José Luiz Ribeiro, jornalista que entrou no DM em 1968 na função de diagramador, levou um choque com os movimentos articulados pelos censores. Para ele a cidade, assim como o DM, não estava preparada para ver os “cães de guarda” (Kusnir) intervindo em cada decisão, seja nas notícias, nas músicas, no teatro ou nas militâncias que já eram fortes país afora “foi um momento de muita perseguição, porque houve também aquele triunfo da ignorância, que sempre aparece, né, naquele momento. E o que era importante,

⁹ O depoimento de Toninho Dutra foi gravado nos estúdios da Faculdade de Comunicação na UFJF, no dia 20 de janeiro de 2015, por Fernanda Nalon Sanglard e Antônio Henrique Duarte Lacerda, transcrito por Luanda Mendes Garcia.

¹⁰ O depoimento de Ismail Zaghetto foi gravado nos estúdios da Faculdade de Comunicação na UFJF, no dia 28 de novembro de 2014, por Rosali Henriques e Danilo Pereira, transcrito por Yasmim Machado.

né? É que a gente começou a aprender a falar pelas entrelinhas. (José Luiz Ribeiro e depoimento à CMV).

A ditadura brasileira não viveu somente de censuras e torturas. Nessa época surgia a imprensa alternativa. Profissionais afastados das redações lutavam para manter viva a chama do direito à comunicação, com outras formas de se comunicar para além das receitas de bolo. Eram intelectuais, estudantes universitários, presos políticos e profissionais de jornalismo que buscavam expor de forma livre as suas ideias. Era de responsabilidade desses meios informar as prisões, torturas, “as mortes de presos políticos, as formas de torturas implementadas pelo DOI-CODI, a ostensiva convivência do Estado com grupos nacionais e multinacionais que controlavam a economia, a dívida externa e outros temas de interesse geral da população”. (AMORIM, 2002, p.19). O mais famoso deles foi “O Pasquim”.

Um exemplo foi O Pasquim, do Rio de Janeiro, cuja equipe de editores ficou presa por dois meses assim que foi instituído o AI-5. O Pasquim instituiu o culto da cultura underground norte-americana. De tamanho tabloide, foi um dos nanicos que virou símbolo de resistência desse período, alcançou tiragem nacional inicialmente com 20 mil exemplares, chegando a atingir até 200 mil. Lançado em 1969, no auge da ditadura, rapidamente estourou nas bancas com muita criatividade e humor, sendo utilizado como instrumento de reflexão crítica. (AMORIM, FERNADES, TRINDADE, 2011, p.4)

Um trabalhava com a forma satírica e irreverente de informar, o outro se concentrava nas notícias com profundidade, reportagens que conseguiam ir além das ordens oficiais. As charges, caricaturas e piadas de “O Pasquim” faziam alusão à própria ditadura e a seus ditadores que estavam tão preocupados com outros tipos de manifestações políticas que não percebiam que a linguagem humorística desvelava a própria censura.

Certamente que o “boom” desses periódicos foi no eixo Rio-São Paulo, mas a veia alternativa atingiu outras capitais, pois à medida que o regime ditatorial de 1964 avançava, consolidava-se o fenômeno alternativo não só nos grandes centros do País como também em outras regiões. Em 1974, em Recife, surgiu o Jornal da Cidade, editado por Ivan Maurício. Em Salvador, em 1976, o Coisa Nostra, por Hélio Roberto Lage. Neste mesmo ano aparece Posição, em Vitória, de responsabilidade de Rogério Medeiros. Desacato e Cidade Livre são criados em 1977. O primeiro em Aracaju, editado por Pedro Valadares, e o segundo, em Brasília, por Eduardo Almeida. Neste mesmo ano, Fortaleza viu surgir Mutirão, assinado por Gervásio de Paula. (AMORIM, FERNADES, TRINDADE, 2011, p.6)

Sem a percepção dos militares, o jornal conseguiu sobreviver durante 20 anos e era sustentado por partidos políticos, militâncias ou pelos próprios jornalistas. Para alguns, mesmo vivendo há quatro anos sob a coerção das forças armadas, o golpe só foi percebido por meio dessas publicações que escancaravam a verdade escondida atrás da máscara do humor.

Eu comecei a ter acesso ao jornal “O Pasquim” e comecei a... “Opa! O que está acontecendo, gente? Que isso? Que barra pesada é essa?” Eu buscava opinião, o movimento..., a própria Veja, que na época era uma revista séria, a própria Veja e tudo mais, para poder conseguir informações e formalizar na cabeça que nós estávamos sendo vítimas de uma opressão, de uma repressão, de um golpe militar já há algum tempo e que nós vivíamos sob um regime militar. (Renato Henrique Dias em depoimento a Comissão Municipal da Verdade¹¹)

Apesar de o movimento de resistência ter atingido diversas capitais do Brasil, em Juiz de Fora o movimento foi bem tímido. No próprio DM os jornalistas tentavam colocar notas, ou até mesmo usavam codinomes para distrair a vigilância dos militares e transmitir algum sopro de realidade aos leitores “Eu tinha um codinome que era Eusébio Pacheco. Esse Eusébio Pacheco, quando tinha uma colunazinha, quando a gente fazia uma coluna assim de coisas pequenas, então ali a gente soltava coisas assim. Às vezes uma frasezinha que chamava atenção”. (José Luiz Ribeiro em depoimento à Comissão Municipal da Verdade¹²).

Depois de abrirmos a discussão do papel legitimador da imprensa no golpe de 1964 e as consequências desse apoio nos anos que se seguiram, buscaremos nos próximos capítulos abraçar conceitos que cercam as questões de passado, memória e testemunho a fim de entender como esse silenciamento transformou a sociedade e como a quebra do silêncio nos permite compreender a importância dessas narrativas que atravessaram o tempo, mesmo o tempo do jornalismo, e voltam cinco décadas depois levantando toda uma discussão ocultada pela mídia.

¹¹ O depoimento de Renato Henrique Dias foi gravado nos estúdios da Faculdade de Comunicação na UFJF, no dia 13 de janeiro de 2015, por Fernanda Sanglard e Paulo Roberto Figueira Leal, transcrito por Danilo Pereira.

¹² O depoimento de José Luiz Ribeiro foi gravado nos estúdios da Faculdade de Comunicação na UFJF, no dia 14 de novembro de 2014, por Teresa Neves e Mayara Affonso, transcrito por Laura Sanábio.

4- TESTEMUNHOS E RESSIGNIFICAÇÃO DO PASSADO

Para entender as narrativas do presente, muitas vezes, precisamos recorrer ao passado e alcançar a raiz do que discutimos na atualidade. Inegavelmente, ao falarmos de momentos históricos e, principalmente, traumáticos, fazemos um mergulho profundo no desconhecido. Como afirma Beatriz Sarlo (2007), o “passado é conflituoso”. Existe um conflito entre memória e história, quando se problematiza o que é real e o que é ficcionalizado, o que é o lembrar e o que é o esquecer. “O retorno do passado nem sempre é um momento libertador da lembrança, mas um advento, uma captura do presente”. (Sarlo, 2007, p.9).

Não será a primeira vez que recorreremos ao passado para entender os conflitos da atualidade ou responder a uma inquietação sobre a reconstrução de um fato. Nem sempre de forma prazerosa, voltar ao passado é um momento que acomete mesmo não sendo convocado. “Vinda não se sabe de onde, a lembrança não permite ser deslocada; pelo contrário, obriga a uma perseguição, pois nunca está completa”. (SARLO, 2007, p.10).

As narrativas do golpe de 1964, que vêm à tona para serem desveladas cinco décadas depois, estão intimamente ligadas ao passado. Um poderoso articulador de sentido que faz ou refaz a construção do tempo em diversas épocas. Isso inclui a ditadura brasileira, mais do que isso: a reconstituição da memória de suas vítimas.

O passado, dentro dessa perspectiva é uma fonte importante de informações estruturantes que funcionam como essas narrativas que são incessantemente repetidas dentro de novos eventos. Ele diz respeito, ao mesmo tempo, a uma espécie de conjunto de inventários de discursos e a uma forma de se olhar para o futuro em busca de prognósticos. (CASADEI, 2012, p. 10)

Essas lembranças, insistentes e incontroláveis, tornam-se mais evidentes quando se valoriza “o lugar espetacular”, nos termos de Sarlo (2007), que a metodologia da história oral tem ao revelar as histórias do passado tendo como pano de fundo a memória. De acordo com a autora, esse lugar ganha um cunho temporal já que o que passa a ser seguido é uma linha superior de significados que vai desatando os nós e oferecendo uma “linha do tempo” consolidada e evolutiva de acordo com o desenlace de cada narrativa. Para Sarlo (2007), o passado é a construção de um tempo que não pode ser eliminado justamente porque é “um perseguidor que escraviza ou liberta”.

Fala-se do passado sem suspender o presente e, muitas vezes, implicando também o futuro. Lembra-se, narra-se ou se remete ao passado por um tipo de relato, de personagens, de relação entre suas ações voluntárias e involuntárias, abertas e secretas, definidas por objetos ou inconscientes; os personagens articulam grupos que podem se apresentar como mais ou menos favoráveis à independência de fatores externos a seu domínio. (SARLO, 2007, p.13)

Muito do que já foi escrito sobre as ditaduras da América Latina, em especial a da Argentina, é baseado em reconstituições do passado por meio de fontes testemunhais. Essa prática, que ganhou força no Brasil com as comissões da verdade, está fortemente ligada à busca de respostas ou de outras versões sobre o passado, desta vez, com foco na experiência de cada indivíduo que viveu determinado contexto. “O passado volta como quadros de costumes em que se valorizam os detalhes, as originalidades, a exceção à regra, as curiosidades que já não se encontram no present..” (Sarlo, 2007, p.17).

Esses sujeitos marginais, que teriam sido relativamente ignorados em outros modos de narração do passado, demandam novas exigências de método e tendem a escuta sistemática dos “discursos de memória”: diários, cartas, conselhos, orações. (SARLO, 2007, p. 17).

O testemunho está ligado a “narração da experiência”. É como um ciclo vicioso: não existe o relato sem a experiência, tão pouco existe experiência sem narração. É o que afirma a crítica literária Beatriz Sarlo, ao dizer que “a linguagem liberta o aspecto mudo da experiência, redime-se de seu imediatismo ou de seu esquecimento e a transforma no comunicável, isto é, no comum.” (SARLO, 2007, 25).

Mas será possível relatar o horror? Esta foi uma questão posta por Walter Benjamin, ao tratar das experiências de extermínio vividas em campo de batalha. Segundo Benjamin (1957) alguns acontecimentos que marcam a vida dos sujeitos geram uma falta de “experiência comunicável”, como foi para os soldados que diante das trincheiras e dos corpos da guerra voltavam emudecidos do campo de batalha.

Com a Guerra Mundial começou a manifestar-se um processo que desde então não se deteve. Não se notou, no fim da guerra, que as pessoas chegavam mudas do campo de batalha – não mais ricas, mas mais pobres de experiência comunicável? O que dez anos mais tarde desaguou na maré de livros de guerra era tudo, menos experiência que anda de boca em boca. (BENJAMIN, 1980, p.57)

O testemunho traz consigo “a potência da reflexão sobre o indizível”, afirma a pesquisadora Sonia Guggisberg (2013, p.1). É a quebra do silenciamento e a permissão que as vítimas dão às suas memórias de saírem da clandestinidade. “Testemunhar é um processo que

implica uma seleção consciente ou inconsciente daquilo que foi presenciado; é capaz de restituir fragmentos, unir restos, esclarecer, organizar e reconstituir parte das consciências social e histórica.”. (GUGGISBERG, 2013, p.1).

O filósofo italiano Giorgio Agamben afirma, em seu livro “O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha”, que o testemunho é a lacuna, ou seja, o que não está presente. De acordo com Agamben (2008) ser testemunha de uma história significa questionar a própria sobrevivência. “Justificar a própria sobrevivência não é fácil, menos ainda no campo [o autor se refere ao campo de batalha de Auschwitz]. Além disso, alguns sobreviventes preferem ficar em silêncio”. (AGAMBEN, 2008, p.26).

Os questionamentos, a passagem do tempo, as implicações psicológicas entre outras questões devem ser levadas em conta quando defendemos a legitimidade do relato testemunhal.

O testemunho é uma realidade que foge, em grande parte, do controle de quem fala, pois está continuamente sujeito às interferências da temporalidade e da condição psíquica. No entanto, o ato de relatar é também uma forma de trazer de volta a experiência, de fazer viver, com a possibilidade de realocá-la; é também uma maneira de homenagear a memória dos que não sobreviveram. (GUGGISBERG, 2013, p. 2)

Indo mais a fundo na questão, Agamben (2008) defende que os sobreviventes que contam suas experiências seriam, na verdade, “pseudotestemunhas”. “Nesse caso, porém, o testemunho vale essencialmente por aquilo que nele falta, contém, no seu centro, algo intestemunhável, que destitui a autoridade dos sobreviventes”. (AGAMBEN, 2008, p. 43). Para o filósofo, as “verdadeiras” testemunhas seriam aquelas que “tocaram o fundo” da experiência e, por isso, não estão mais aqui para contá-la. “As verdadeiras “testemunhas” as “testemunhas integrais” são as que não testemunharam, nem podiam fazê-lo. São os que tocaram o fundo, os muçulmanos, os submersos”. (Agamben, 2008, p. 43). Assim, para o filósofo, o verdadeiro testemunho é inarrável, velado. O que resta são fragmentos de memória que completam a lacuna das narrativas que, talvez, nunca pudessem ser contadas por falta, na visão de Agamben (2008), de um testemunho legítimo ou verdadeiro.

A ressignificação das narrativas sobre o período de ditadura militar no Brasil, viabilizada pelas comissões da verdade em todo país, teve por base os depoimentos de vítimas dos anos de chumbo, que trouxeram a público fragmentos de memória, tendo a chance de reconstruir “partes do passado e, finalmente, encontrar uma direção para o presente e o futuro”. (GUGGISBERG, 2013, p. 3).

Os relatos desses sobreviventes são imprescindíveis para alicerçar os trabalhos que vêm sendo feitos em prol das histórias e mortes ainda não reveladas de períodos sombrios de algumas nações. É o dever que se tem com a memória de quem já não pode mais testemunhar.

A possibilidade de testemunhar é a única forma de fazer viver, de trazer ao mundo acontecimentos que muitas vezes não puderam ser vistos, de transmitir fatos que não puderam ser relatados nem lembrados. O testemunho está diretamente ligado à necessidade psicológica que o sobrevivente tem de fazer algo em favor da memória daqueles que não sobreviveram. Imerso no trauma, ele funciona como um catalisador da história, unindo restos de sentimentos, de imagens interiores, de sons que não se apagam, propiciando, dessa forma, a ressignificação da experiência por meio da memória. (GUGGISBERG, 2013, p. 3).

Assim, testemunhar, talvez, seja uma das únicas maneiras de tirar do escuro o contexto das narrativas que são contadas apenas sob um olhar. É dar vida às memórias e valorizar a sobrevivência daqueles indivíduos. A reconstituição do passado tem possibilitado, principalmente quando estudamos o caso da Ditadura brasileira, uma reparação social para suas vítimas e o relato, neste contexto, se torna primordial para que histórias sejam reveladas e vidas sejam reparadas. Para Beatriz Sarlo (2007), “o testemunho possibilitou a condenação do terrorismo de Estado; a ideia do “nunca mais” se sustenta no fato de sabermos a que nos referimos quando desejamos que isso não se repita”. (SARLO, 2007, p.20).

Não devemos esquecer que, ao contar uma história, os depoentes colocam em cena lembranças carregadas de experiências vividas anterior e posteriormente ao ocorrido. Se a Grande Guerra produziu rupturas na experiência do discurso podemos constatar que o Holocausto, as guerras de limpeza étnica, os ataques terroristas e as ditaduras, décadas depois, geraram uma necessidade, a partir das narrativas, de reivindicar a memória enquanto “instância reconstituidora do passado.” (SARLO, 2007, p.20).

4.1 – TESTEMUNHOS EM UM MOSAICO DE LEMBRANÇA E ESQUECIMENTO

Para tratar desse item, opta-se por começar os estudos por uma reflexão muito pertinente feita por Andreas Hyussen sobre os usos e abusos da memória e esquecimento. Em seu texto o crítico literário defende que o esquecimento tem sido alvo de uma “cultura contemporânea” que preza, exageradamente, o uso da memória. Dessa forma “o esquecimento

permanece sob uma sombra de desconfiança e como um fracasso evitável ou como uma regressão indesejável”. (HYUSSEN, 2005, p. 22).

É inegável que a memória é “crucial para a coesão social e cultural de uma sociedade” (HYUSSEM, 2005, p.22), mas o que é questionado é o predomínio da memória sobre o esquecimento colocando um “abismo irreconhecível entre o esquecimento e a memória” (HYUSSEM, 2005, p.23). É sabido que memória é lembrança e esquecimento, porém a valorização da rememoração nos faz esquecer que é o esquecimento que constrói essa base para o destaque da memória nos tempos atuais. “O esquecimento não somente torna a vida “vivível”, mas é a base para os milagres e epifanias da memória”. (HYUSSEM, 2005, p.23).

Seguindo os passos de Halbwachs (1990). entendemos que para ingressar no universo memorialístico fazemos um apelo ao testemunho na intenção de fortalecer um fato que já poderia ter sido contado, usando o exemplo da ditadura, mas que também pode ser reforçado por outras narrativas, em qualquer tempo histórico, tornando o momento mais seguro para quem vai estar inserido no depoimento e proporcionar uma memória coletiva por meio da memória pessoal de cada envolvido.

Certamente, se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias. (HALBWACHS, 1990, p.24)

O fenômeno cultural e político mais surpreendente dos últimos anos é a emergência da memória: “esse fenômeno caracteriza uma volta ao passado que contrasta totalmente como privilégio dado ao futuro, que tanto caracterizou as primeiras décadas da modernidade do século XX”. (HUYSSSEN, 2000, p.9).

Essa volta ao passado baseia-se nos registros individuais que ficaram na memória de cada indivíduo, porém, para abraçar de forma categórica uma história, é necessário buscar pessoas que viveram o período. Para colocar peça por peça “dentro desse conjunto de depoimentos exteriores a nós, é preciso trazer como que uma semente de rememoração, para que ela se transforme em uma massa consistente de lembranças”. (HALBWACHS, 1990, p.27).

Essa “memória coletiva” é colocada por Halbwachs (1990) como:

Acontece, com efeito, que uma ou várias pessoas, reunindo suas lembranças, possam descrever muito exatamente os fatos ou os objetos que vimos ao mesmo tempo que elas, e mesmo reconstituir toda a sequência de nossos atos e de nossas palavras dentro das circunstâncias definidas, sem que nos lembrássemos de tudo aquilo. (HALBWACHS, 1990, p.26)

Nos estudos de Halbwachs (1990) a ideia apresentada sobre memória é que essa seria um fenômeno coletivo, ou seja, a memória é constituída por uma construção social de indivíduos e grupos.

Assim, nesse caso, de um lado, os depoimentos dos outros serão impotentes para reconstituir nossa lembrança apagada: de outro, nós nos lembraremos, em aparência, sem o apoio dos demais, de impressões que não comunicamos a ninguém. (HALBWACHS, 1990, p.33)

Sendo assim, é possível dizer que o indivíduo é capaz de recordar na medida em que pertence a determinado grupo onde a memória individual de cada um se torna uma memória coletiva. Mas é necessário que o fato seja comum a todos e que eles interajam na mesma sociedade.

Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída. (HALBWACHS, 1990, p.33)

Esses grupos precisam ter uma concordância em comum sobre os fatos que devem ser lembrados para que eles possam se completar e formar um patrimônio semelhante de lembrança. “Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída”. (HALBWACHS, 1990, p. 33).

Segundo o autor, mesmo quando estamos sozinhos vivenciando um fato, necessitamos da memória coletiva porque esta se esvai quando mantida apenas por um indivíduo.

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco certa quantidade de pessoas que não se confundem. (Halbwachs, 1990, p.30)

Em contraste à coletividade da memória, Halbwachs (1990) acrescenta um conceito que nos cabe ao falarmos do depoimento como “estória” individual e que vai além da construção de um significado coletivo. Existe, na visão do autor, “[...] na base de toda a lembrança, o chamado a um estado de consciência puramente individual que - para distingui-

lo das percepções onde entram tantos elementos do pensamento social - admitiremos que se chame *intuição sensível*.” (Halbwachs, 1990, p.36).

Essa “intuição sensível” é um elemento indispensável para que não haja confusão entre o passado individual de cada um de nós e o passado vivido dia a dia por uma coletividade. É como se nossas lembranças fossem comuns ao todo e onde a memória se apoia para evitar o esquecimento.

Por mais estranho e paradoxal que isto possa parecer as lembranças que nos são mais difíceis de evocar são aquelas que não concernem a não ser a nós, que constituem nosso bem mais exclusivo, como se elas não pudessem escapar aos outros senão na condição de escapar também a nós próprios. (Halbwachs, 1990, p.48).

A memória coletiva deve ser entendida então como um mosaico de lembranças individuais que cercam diferentes indivíduos em um contexto comum, onde cada história contada desenvolva um sentido único para ser apresentada à sociedade. Além disso, a matéria prima dessas narrativas deve ser o testemunho, levando-se em conta a experiência vivida por cada depoente.

No mais, se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apoiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. (HALBWACHS, 1990, p.51).

Mesmo 50 anos depois da ditadura militar, o passado permanece vivo na memória de cada vítima em que o período deixou suas marcas, algumas delas ainda não reveladas, outras vindo à tona com a instalação das comissões da verdade. Os depoimentos constroem narrativas individuais sobre o passado, mas que vão atuar no presente, construindo uma memória coletiva. “E, nesse campo, isso significa adotar uma lógica circular a partir da qual o passado é tomado com um guia para o presente ao mesmo tempo em que é este próprio presente quem o atualiza e constrói”. (CASADEI, 2013, p. 13)

Antes de o Brasil se tornar um dos protagonistas na busca e reparação do passado através da memória, sobretudo nos 50 anos do golpe militar, outros momentos históricos já vinham sendo marcados pela política de rememoração, em diversos países, em um movimento para recontar a história que já havia sido dita.

Discursos da memória de um novo tipo emergiram pela primeira vez no ocidente depois da década de 1960, no rastro da descolonização e dos novos movimentos sociais em sua busca por histórias alternativas e revisionistas. A procura por outras tradições e pela tradição dos “outros” foi acompanhada por múltiplas declarações de fim: o fim da história, da morte do sujeito, o fim da obra de arte, o fim das metanarrativas. Tais declarações eram frequentemente entendidas literalmente, mas, no seu impulso polêmico e na replicação do *ethos* do vanguardismo, elas apontam diretamente para a presente recodificação do passado, que se iniciou depois do modernismo. (HUYSSSEN, 2000, p.10)

Na década de 1980 esses discursos começam a se espalhar pela Europa e Estados Unidos, impulsionados pelo debate sobre o Holocausto, considerado o acontecimento marco dessa nova cultura do lembrar a partir do século XX.

Depois da queda do muro de Berlim, a política global dos memoriais cristalizou-se, na década de 1990, em torno de três grandes fatores: o discurso sobre Holocausto e debates públicos mais intensos sobre o 50º e o 60º aniversários de eventos relacionados com a Segunda Guerra Mundial; as transições para a democracia, após o colapso dos regimes de terrorismo de Estado na América Latina e do *Apartheid* na África do Sul; e a recorrência da limpeza ética e do genocídio, na atualidade, nos Bálcãs e em Ruanda. (HUYSSSEN, 2014, p.139)

Estimulados pela globalização do discurso do Holocausto, relatos de outros atentados contra a humanidade começaram a ganhar corpo no cenário mundial. Entre eles os ocorridos em Ruanda, na Bósnia e em Kosovo.

As comparações com o Holocausto foram, inicialmente, fortemente rejeitadas pelos políticos, pela mídia, e por grande parte do público, não por causa das inquestionáveis referências históricas, mas sobretudo devido a um desejo de resistir à intervenção. (HUYSSSEN, 2000, p.12)

Por um lado, apesar do destaque dado ao Holocausto no crescimento da cultura da memória, seu papel é questionado como “um lugar-comum para os traumas históricos”. Por outro, tornou-se uma linguagem universal quando falamos de outros exemplos de genocídio.

O global e o local da memória do Holocausto têm entrado em novas constelações que pedem para ser analisadas caso a caso. Assim como pode energizar retoricamente alguns discursos de memória traumática, a comparação com o Holocausto também pode servir como uma falsa memória ou simplesmente bloquear a percepção de histórias específicas. (HUYSSSEN, 2000, p.13)

Nesse sentido, a cultura da memória começa a tomar conta de outros continentes, fazendo parte do processo de modernização, cultura e dos discursos políticos presentes na atualidade, o que levanta questões fundamentais como a dos Direitos Humanos. “Em suma, a memória se tornou uma obsessão cultural de porções monumentais em todos os pontos do planeta”. (HYUSSEN, 2000, p.16)

Com o *boom* da memória, conceito elencado por Hyussen (2000), e a retomada ao passado houve uma necessidade de fazer uma busca pelas narrativas que resignificassem esses momentos em um discurso que mostrasse os fatos de forma verossímil e que fizesse um trabalho voltado para o não esquecimento de anos bárbaros vividos em diversos países.

Isso não aconteceu somente em museus, nomes de rua, praças, etc. Mas também foi impulsionada pela mídia e pelas novas tecnologias que conseguem, atualmente, perpetuar relatos de acontecimentos de qualquer época como veículo para todas as formas de memória em “filmes, museus, docudramas, sites na internet, livros de fotografia, histórias em quadrinhos, ficção, até contos de fadas (La vita é bela, de Benigni) e música popular.” (HYUSSEN, 2000, p.21).

Essa discussão abrange a produção industrial que surge a partir do Holocausto. Para Christa Berger (2004), a tendência de evocar o passado através de produtos culturais é significativa, tendo em seu contexto a rememoração de um período que recém ingressa na cultura midiática da memória. “A questão da memória, do testemunho, do registro histórico, questões plenamente assumidas por outras disciplinas conquistam lugar também no pensamento dos estudiosos da comunicação”. (BERGER, 2004, p.61).

Para além da cultura midiaticizada, é necessário falar da memória como uma forma inerente ao sujeito e que depende da vivência de cada um. Todo esse lembrar tem como matéria-prima o testemunho, tornando-se, dessa forma, um trabalho e uma busca pela memória coletiva e humana.

A narração da experiência está unida ao corpo e à voz, a uma presença real do sujeito na cena do passado. Não há testemunho sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração: a linguagem liberta o aspecto mudo da experiência, redime-se de seu imediatismo ou de seu esquecimento e a transforma no comunicável, isto é, no comum. (SARLO, 2000, p.24)

No caso da ditadura de 1964, no Brasil, o que as gerações futuras conhecem é o que foi relatado pela imprensa e pelos historiadores ao longo dos anos, o que foi ensinado nas escolas, versões muitas vezes oficiais, que agora dialogam com outras, surgidas a partir dos

depoimentos gravados para as comissões da verdade. Narrativas foram (re)construídas e experiências vieram à tona do passado nesses testemunhos.

O uso do relato testemunhal para a reconstrução do passado é o principal instrumento que fundamenta os trabalhos das Comissões da Verdade em todo país. Mesmo cercado por tensões entre memória, história e as narrativas que cada indivíduo faz da própria estória enxergamos que o testemunho é um recurso que joga luz aos episódios desconhecidos da ditadura brasileira, em especial na cidade de Juiz de Fora. Ao abrir a caixa das memórias, as vítimas permitem que, através da oralidade, o discurso seja reconstruído e uma política de reparação aponte os crimes cometidos pelo Estado. Sendo assim, o relato é à volta ao passado capaz de costurar os fragmentos e contemplar os diversos caminhos que uma narrativa pode alcançar. “Para as testemunhas, particularmente, lembrar era um imperativo moral, apresentando-se como conflito entre compromisso público e impossibilidade pessoal”. (BERGER, 2004, p.66).

A ditadura é um exemplo do florescimento do discurso testemunhal. Os crimes foram divulgados por meio de pessoas que passaram muito tempo sem dizer o que tinham vivido e presenciado. Uma impossibilidade que tem várias nuances, desde a censura no país, naquele momento histórico, passando pelo medo mesmo depois da abertura política, até a dificuldade pessoal, em alguns casos, de traduzir a dor em palavras. No caso da Argentina, as Comissões foram instaladas logo após o fim do governo ditatorial e, além de buscar informações sobre os mortos e desaparecidos da época, um dos objetivos do órgão era levar a julgamento os responsáveis pelos abusos vividos pelo povo argentino, o que exigia que as vítimas fossem a júri para relatar o que tinham sofrido, contar suas versões e reconhecer os culpados. “A memória foi o dever da Argentina posterior a ditadura militar e o é na maioria dos países da América Latina.” (SARLO, 2000, p.20).

Apesar do trauma e do choque da violência, para alguns depoentes falar sobre os anos que se passaram deixou de ser um obstáculo quando perceberam que poderiam estar amparados por órgãos de defesa dos direitos humanos, em um movimento nacional das comissões da verdade que deu voz às vítimas, buscando as versões silenciadas sobre os anos de chumbo.

Não se pode querer que a gente tenha a memória anulada; apagada; deletada, que não é assim que funciona. O que se faz, o que se sente, o que se vivencia não se esquece. O efeito disso na vida da gente é que tem que ser transformado. O impacto é que tem que vir sendo trabalhado ,para ele ser diminuído e amenizado. Aí sim, a gente consegue

transformar aquilo que foi ruim numa alavanca e pode partir para melhor. (Marco Aurélio Marques, em depoimento a Comissão Municipal da Verdade¹³)

Passados os anos de intervenção militar, teve início uma caminhada em direção ao lembrar. Foi como se uma chave tivesse sido ativada e a lembrança se tornado “uma atividade de restauração dos laços sociais e comunitários perdidos no exílio ou destruídos pela violência de estado”. (SARLO, 2000, p. 45). Foi o empoderamento das vítimas através da narração da experiência. Seus testemunhos demonstraram ser indispensáveis para que a bandeira contra a opressão fosse hasteada.

Os depoimentos para a Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora trazem essa noção da importância de denunciar a tortura, quase como um compromisso dos depoentes em alertar as gerações futuras sobre o que viveram naquele momento histórico, como neste trecho do depoimento do professor de História Ricardo Cintra.

[...]é importante a gente denunciar sempre tortura, eu sou professor de história, e a história do Brasil é cheia de períodos autoritários com pequenos intervalos de democracia, então é sempre necessário denunciar todo abuso todo autoritarismo pra evitar que a gente volte a passar por isso, que as novas gerações voltem a passar por isso. A obrigação da gente é denunciar isso. Não só para que as pessoas sejam punidas, isso pra mim hoje é irrelevante, os torturadores devem estar velhos e carcomidos. (Ricardo Cintra em depoimento à Comissão Municipal da Verdade¹⁴)

Nesse contexto, Beatriz Sarlo (2000) afirma que a memória é um bem comum e uma necessidade moral e política da sociedade. “Pois bem, esses discursos testemunhais, sejam quais forem, são discursos e não deveriam ficar confinados numa cristalização inabordável”. (SARLO, 2000, p. 47).

Os depoimentos às Comissões da Verdade nos remetem ao conceito de Michel Pollak (1989) sobre memórias subterrâneas que são, na visão do autor, memórias “marginalizadas” e carregadas de períodos de sofrimento e dominação que “não conseguiam se exprimir publicamente”. (POLLACK, 1989, 2).

¹³ O depoimento de Marco Aurélio Marques foi gravado nos estúdios da Faculdade de Comunicação na UFJF, no dia 22 de julho de 2014, por Antônio Henrique Duarte Lacerda e Jucélio Maria, transcrito por Sabrina Carter.

¹⁴ O depoimento Ricardo Cintra foi gravado nos estúdios da Faculdade de Comunicação na UFJF, no dia 29 de julho de 2014, por Cristina Guerra e Helena da Motta Salles, transcrito por ariana Meirelles de Azevedo e Luanda Garcia.

A história oral é defendida pelo autor como a responsável por trazer essas memórias à vida tirando-as do silêncio, “[...] essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados”. (POLLACK, 1989, p.2).

O historiador Pierre Nora elenca um conceito que dialoga com Pollack ao falar de memórias que permanecem obscurecidas. As “memórias refugiadas” trazem à tona a discussão sobre o foco que a história deu aos dominantes em detrimento dos grupos dominados.

É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sob focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história os varreria. (NORA, 1993, p.13)

Esse conceito nos impulsiona para outras leituras que mostram por que essas memórias ficam submersas ou refugiadas. Sobre o silêncio e história oral falaremos mais adiante. Trataremos a seguir da narrativa do trauma.

4.2 – TRAUMA E NARRATIVA

A história do Brasil é cercada de experiências dolorosas. Talvez as duas mais cruéis tenham sido a escravidão e a ditadura, pela forma agressiva com que foram colocadas na sociedade e pelos rastros de agressividade que duram até os tempos atuais. “Nossa formação social é resultado de um processo intensamente truculento, cujas consequências se fazem sentir até o presente, pois suas dores nunca foram inteiramente superadas”. (GINZBURG, 2010, p. 131).

A experiência traumática é discutida por Seligmann-Silva (2000) em seu ensaio “A História Como Trauma”. O autor busca embasamento nos estudos de Freud, enfatizando que o trauma é a “ferida da memória.”

O trauma, para Freud, é caracterizado pela incapacidade de recepção de um evento transbordante - ou seja, como no caso do sublime: trata-se, aqui também, da incapacidade de recepção de um evento que vai além dos “limites” da nossa percepção e torna-se, para nós, algo sem forma. Essa vivência leva a uma compulsão a repetição da cena traumática. (SELIGMANN-SILVA, 2000, p.84)

A repetição da cena traumática vem, segundo Seligmann-Silva, através dos sonhos e pode ser considerada “um distúrbio de memória no qual não ocorre uma experiência plena do fato vivenciado que transborda a nossa capacidade de percepção”. (SELIGMANN-SILVA, 2000, p.85).

Além de cumprir o dever social como sobrevivente, a vítima ainda precisa enfrentar os monstros que permaneceram dentro de suas lembranças. É o momento de testemunhar e ir fundo nas memórias. Os depoimentos para a CMV-JF evidenciaram feridas abertas deixadas pela ditadura. Muitos depoentes estavam expondo seu relato pela primeira vez em cinquenta anos. Mesmo que algumas narrativas viessem sem uma sequência cronológica todos os depoimentos estavam carregados de estórias que foram recriando um período cheio de significados. A memória, com o passar dos anos e, principalmente, mediante a violência, vai criando uma maneira particular para que cada um conviva com seus momentos de dor.

Alguns estudos de Paul Ricoeur (2008) podem nos ajudar a entender como a memória se comporta depois do trauma. A primeira linha de raciocínio do filósofo é sobre a “Memória Impedida”.

Traumatismo, ferimento, cicatrizes - são esses os termos utilizados por Ricoeur para começar sua definição de memória impedida. Para explicar esse conceito, o autor busca auxílio, assim como Seligmann-Silva (2000), nos estudos de Freud intitulado “Rememoração, repetição e perlaboração” “que tem como ponto de partida a identificação do obstáculo principal que esbarra no caminho das recordações das lembranças traumáticas”. (RICOEUR, 2008, p.84).

Esse obstáculo seria um tipo de resistência ao que foi vivenciado. Dessa forma, o indivíduo tem uma tendência a reproduzir e repetir os fatos vividos, sem consciência de que o faz, exteriorizando aquele episódio de sua memória. “O importante para nós é o vínculo entre compulsão de repetição e resistência, assim como a substituição da lembrança por esse duplo fenômeno”. (RICOEUR, 2008, p. 84)

Segundo Ricoeur (2008), a forma de fazer com que essa memória volte para o indivíduo seria através de um trabalho de rememoração em que a vítima trabalhasse contra a compulsão e a repetição, e buscasse uma relação verídica e de entendimento com o próprio passado.

Relacionado diretamente a essa retenção de memória está o luto e a melancolia que oferecem mais resistência a uma adaptação aos momentos traumáticos ocorridos quando

falamos do plano da memória. A lembrança seria então a forma, mesmo que dolorosa, mais eficaz de trabalhar o luto.

O que faz do luto um fenômeno normal, embora doloroso, é que “quando do trabalho do luto se conclui, o ego fica outra vez livre e desinibido”. É por esse aspecto que o trabalho de luto pode ser comparado ao trabalho de lembrança. Se o trabalho de melancolia ocupa neste ensaio uma posição estratégica paralela a que a compulsão de repetição ocupa no anterior, pode-se sugerir que é enquanto trabalho da lembrança que o trabalho de luto se revela custosamente, mas também reciprocamente, libertador. O trabalho de luto é o custo do trabalho da lembrança; mas o trabalho da lembrança é o benefício do trabalho do luto. (RICOEUR, 2008, p. 86)

Nesse contexto, é importante percebermos que o luto e os atos violentos têm relação fundamental com a memória coletiva entendida como uma lembrança que atinge o todo. Não podemos falar de comunidades históricas sem imaginar que essas não tenham nascido de uma relação de conflitos. De acordo com Ricoeur (2008), os eventos fundadores de uma nação foram essencialmente atos violentos legitimados posteriormente por um estado de direito. “A glória de uns foi a humilhação de outros. A celebração, de um lado, corresponde à execração, do outro. Assim se armazenaram nos arquivos feridas simbólicas que pedem uma cura”. (RICOEUR, 2008, p.87)

Com esse passado histórico cercado por momentos violentos, é compreensível a falta de objetividade da memória das vítimas. Entende-se, usando a visão de Ricoeur, que para indivíduos que sofreram diretamente qualquer tipo de retaliação, esse tipo de trauma vem alicerçado na lembrança traumática do período e cria problemas metodológicos, ao percebermos que não há separação entre o que foi visto, vivido ou imaginado.

Nesse aspecto o autor faz uma reflexão sobre as falhas da memória. Essa noção supõe que os transtornos sofridos pela memória são de responsabilidade de cada indivíduo que, por questões como o luto, adquire a necessidade de superar o trauma através do esquecimento.

Já a “Memória Manipulada” está mais voltada para as relações de poder e força onde as versões de memória e esquecimento são construídas. Paul Ricoeur (2008) dá uma ênfase dentro de seu texto ao excesso de mobilização em torno da recordação o que acaba caracterizando os “abusos do esquecimento”. “O cerne do problema é a mobilização da memória a serviço da busca, da demanda, da reivindicação de identidade”. (RICOEUR, 2008, p.94). O autor ainda cita alguns sintomas com que nos deparamos ao fazer essas derivações: “excesso” de memória- em determinada região do mundo, portanto, abuso da memória- “insuficiência” de memória em outra, portanto, abuso de esquecimento.

O historiador Pierre Nora também enfatiza a questão dos abusos da memória ao questionar que a “aceleração da história” trouxe um excesso de “lugares de memória” que criaram uma ruptura na transmissão de valores através das lembranças: “se habitássemos ainda nossas memórias não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares”. (NORA, 1993, p.8).

Para além das questões do esquecimento, Ricoeur abre discussão sobre a memória e identidade, entendida aqui como formação pessoal do ser humano, e como elas estão intimamente ligadas visto que uma está a serviço da outra. Ou seja, nossas narrativas estão ligadas às nossas percepções de mundo e nossas memórias influenciam essas percepções. Como suporte para o contexto da “problemática da identidade”, Ricoeur (2008) busca a causa da fragilidade da memória manipulada. Segundo ele, essa fragilidade resulta da proximidade entre imaginação e memória.

O que faz a fragilidade da identidade? É o caráter puramente presumido, alegado, pretenso da identidade. Esse claim, como diriam os ingleses, esse Anspruch, como diriam os alemães, aloja-se nas respostas à pergunta “quem”?, “quem sou eu?”, respostas em “que?”, da forma: da forma, eis o que somos, nós. Somos tais, assim e não de outro modo. A fragilidade da identidade consiste na fragilidade dessas respostas em que, que pretendem dar a receita da identidade proclamada e reclamada. O problema é assim afastado em mais um grau, da fragilidade da memória à da identidade. (RICOEUR, 2008: 94).

Para entender as causas dessa fragilidade, o autor menciona a difícil relação com o tempo: “dificuldade primária que, precisamente, justifica o recurso à memória, enquanto componente temporal da identidade, juntamente com a avaliação do presente e a projeção do futuro”. (RICOEUR, 2008, p.94)

A segunda causa citada para entender a fragilidade é o confronto com o outrem percebido como uma ameaça, ou seja, é de fato a dificuldade de se relacionar com o diferente que passa a ser percebido como uma intimidação para a própria identidade.

Certamente isso pode constituir uma surpresa: será mesmo que nossa identidade seja frágil a ponto de não conseguir suportar, não conseguir tolerar que outros tenham modos de levar sua vida, de se compreender, de inscrever sua própria identidade na trama do viver-juntos, diferentes dos nossos? Assim é. São mesmo as humilhações, os ataques reais ou imaginários à autoestima, sob golpes de alteridade mal tolerada, que fazem a relação que o mesmo mantém com o outro mudar da acolhida à rejeição, à exclusão. (RICOEUR, 2008, p.94)

A terceira causa da fragilidade, segundo Ricoeur (2008), é a “herança da violência fundadora”. Acontecimentos que, na verdade, não passaram de guerras que geraram grande sofrimento para uns e momentos de celebração para outros.

Nessa análise, podemos perceber as molas que movem os cometimentos da manipulação da memória. Uma delas é a constituição de identidade por meio da narrativa. Ideologicamente a memória torna-se possível por meio dos recursos oferecidos pelo trabalho de configurações de narrativas.

E como os personagens da narrativa são postos na trama simultânea à história narrada, a configuração narrativa contribui para modelar a identidade dos protagonistas da ação ao mesmo tempo em que os contornos da própria ação. (RICOEUR, 2008, p. 96)

O autor ainda nos lembra de que a narrativa diz “quem da ação”, ou seja, a narrativa tem uma função seletiva que oferece manipulação e oportunidade como meios de uma estratégia engenhosa de esquecimento tanto quanto da rememoração. Fica constatado por Ricoeur (2008) que é preciso usar a memória como um projeto pertinente, pois “enquanto o trauma remete ao passado, o valor exemplar remete para o futuro”.

Enfim chegamos ao conceito de “Memória obrigada”. O grande questionamento de Ricoeur é qual seria o verdadeiro dever da memória? Interroga-se aqui a obrigação histórica e política que temos de lembrar os grandes fatos do passado de uma forma “apaziguada”.

Não se poderia falar dessas dificuldades de maneira responsável sem ter antes atravessado as planícies áridas da epistemologia do conhecimento histórico para chegar à região de conflitos entre memória individual, memória histórica, nesse ponto em que a memória viva dos sobreviventes enfrenta o olhar distanciado e crítico do historiador, para não mencionar o do juiz. (RICOEUR, 2008, p.99)

Para Ricoeur (2008), existe um paradoxo na injunção gramatical do lembrar. Como podemos dizer ao indivíduo “você se lembrará” ou “você deve lembrar-se” exigindo que a memória se apresente num passado imperativo “quando cabe à lembrança poder surgir à maneira de uma evocação espontânea”. (RICOEUR, 2008, p.100)

É certo que, no âmbito preciso da cura terapêutica, o dever da memória se formula como uma tarefa: ele marca a vontade do analisado de contribuir doravante com a empreitada conjunta da análise através das armadilhas de transferência. Essa vontade reveste-se até mesmo da forma do imperativo, o de deixar os representantes do inconsciente se dizerem e assim, tanto quanto possível, “dizer tudo”. (RICOEUR, 2008, p.100)

Quando evocamos essa memória, nos deparamos com o trabalho de memória e o trabalho de luto, que juntos buscam o dever de memória e o elemento manipulador desses dois parâmetros é a “justiça que, ao extrair das lembranças traumatizantes seu valor exemplar, transforma a memória em projeto; e é esse mesmo projeto de justiça que dá ao dever de memória a forma do futuro [...]” (RICOEUR, 2008, p.101)

Em relação ao dever e aos abusos de memória como essa justiça, o autor fez três subdivisões. Na primeira delas é explorada que a justiça é, por excelência e por constituição, voltada para o outro. Então, o dever de memória e o dever de justiça em busca da lembrança são direcionados ao “outrem que não o si”.

Na segunda, o conceito utilizado é o da dívida, “somos devedores de parte do que somos aos que nos pertencem”. (RICOEUR, 2008, p.101). Dessa forma, o dever de memória não se limita a guardar o resto material, escrito ou fatos, mas também se relaciona ao sentimento de dever para com o outro.

A terceira relação diz respeito à prioridade moral que cabe às vítimas, ou seja, usa-se aqui o dever de justiça que tem a vítima para com aqueles que já não podem mais testemunhar.

Coube nesse tópico entender as diversas relações de memória colocadas por Paul Ricoeur que nos ajudam a entender as questões relacionadas à memória e ao trauma. É necessário ainda falar sobre o silenciamento dessas recordações para compreender como um regime ditatorial conseguiu se estender para além dos seus vinte e um anos históricos, permanecendo por cinco décadas censurando a lembrança de quem o vivenciou.

4.3 – CENSURA, SILÊNCIO E SILENCIAMENTO

As discussões sobre memória trazem para o debate a questão dos sentidos que existem dentro do silêncio dos indivíduos que se calam depois de viverem momentos traumáticos. Já é colocado nesta pesquisa que as narrativas desconhecidas do golpe de 1964 começam a aparecer depois de cinco décadas. Durante esses anos, suas vítimas permaneceram caladas e só despertaram o desejo (ou a coragem) de falar sobre seus medos quando surgiu a CMV-JF.

Nesse contexto, não podemos ver o silêncio como um sintoma do risco de amnésia coletiva. Precisamos percebê-lo como uma condição necessária para a sobrevivência pessoal e para a sobrevivência da memória de cada vítima. Além disso, o rastro de medo

deixado pela ditadura fez com as pessoas se emudecessem por receio de que qualquer palavra fizesse tudo retornar.

Nem um sujeito tão visível, nem um sentido tão certo, eis o que nos fica a mão quando aprofundamos a compreensão do modo de significar o silêncio. E que chega a nos fazer compreender de modo interessante o que é, por exemplo, a censura, vista aqui por nós não como um dado que tem sua sede na consciência que um indivíduo tem de um sentido (proibido), mas como um fato produzido pela história. (ORLANDI, 2007, p.13)

Para cercarmos as questões de silêncio e silenciamento, optamos por utilizar os conceitos de Eni Puccinelli Orlandi (2007) que compara o silêncio à “respiração”, ao fôlego, e o entende como o fundador do sentido. Dizer qualquer coisa em 1964 era virar alvo do regime militar. Dessa forma, aos poucos as palavras foram se tornando impronunciáveis, ou pela impossibilidade de comunicar o horror vivido, nos termos de Benjamin, ou mesmo pelo medo de represálias. “Paralelamente, aprofundava-se a análise dos modos de apagar sentidos, de silenciar e produzir o não-sentido onde ele mostra algo que é ameaça”. (ORLANDI, 2007, p.14)

Não trataremos aqui o silêncio como a linguagem verbal de que estamos acostumados, mas sim do silêncio que torna possível toda significação. “O silêncio que não é distanciamento, mas presença”. (ORLANDI, 2007, p.64). Para isso desenvolveremos a questão distinguindo as diferentes formas de silêncio.

Segundo Orlandi (2007), os conceitos de silêncio e implícito são duas noções de implicações teóricas com decorrências analíticas diversas;

[...] a noção de implícito (Ducrot, 1972) é uma forma de “domesticação” da noção do não-dito pela semântica (notadamente a semântica argumentativa). Essa domesticação se faz pela exclusão da dimensão discursiva e pela recusa da opacidade de não-dito. (ORLANDI, 2007, p.65).

O implícito se define então como o recorte entre o dito e o não-dito e entre significação atestada e significação manifesta, dessa forma, o não-dito remete ao dito, mas não é assim que concebemos o silêncio. “Ele não remete ao dito; ele se mantém como tal; ele permanece silêncio e significa”. (ORLANDI, 2007, p.66)

Já o silêncio não decorre do mesmo campo que o implícito, ou seja, não existe uma relação de dependência com o dizer para significar; “o sentido do silêncio não deriva do sentido das palavras”. (ORLANDI, 2007, p. 66).

Outro aspecto do deslocamento que procuramos produzir desemboca no fato de que o silêncio não se reduz à ausência de palavras. As palavras são cheias, ou melhor, são carregadas de silêncio. Não se pode excluí-lo das palavras assim como não se pode, por outro lado, recuperar o sentido do silêncio só pela verbalização. (ORLANDI, 2007, p.67)

Outra forma de tratar o silêncio é estudá-lo enquanto princípio de toda significação. Trata-se do silêncio fundador ou fundante. Assim, o silêncio é a própria condição de produção de sentido ou lugar que permite à linguagem significar.

O silêncio não é vazio, ou o sem-sentido; ao contrário, ele é o indício de uma instância significativa. Isso nos leva à compreensão do “vazio” da linguagem como um horizonte e não como falta. Evidentemente, não é do silêncio em sua qualidade física que falamos aqui, mas do silêncio como sentido, como história (silêncio humano), como matéria significante. O silêncio de que falamos é o que instala o limiar do sentido. O silêncio físico não nos interessa, assim como, para o linguista o ruído enquanto matéria física não se coloca como objeto de reflexão. (ORLANDI, 2007, p. 68)

Podemos entender que existe silêncio entre as palavras, entre as linhas, as notas musicais, os seres. Esse silêncio que não se escuta, mas significa atravessa as palavras sendo matéria prima significante por excelência. Em face do discurso, estabelecerá um laço com o silêncio, mesmo que inconscientemente, visto a necessidade do sujeito em relação ao silêncio. Isso resultará em sentido que só se reinstaura falando. “Aí está, acreditamos, um dos aspectos da polissemia: mais se diz, mais o silêncio se instala, mais os sentidos se tornam possíveis e mais se tem ainda a dizer”. (ORLANDI, 2007, p. 69)

Para o sujeito não existe o não significar, o sentido sempre estará lá. Essa relação sujeito/silêncio é necessária para que tenhamos um contexto que produza sentido em sua pluralidade. “O discurso se apresenta desse modo como projeto - o estado significante – pelo qual o sujeito se lança em “seu” sentido em um movimento contínuo”. (ORLANDI, 2007, p.70)

Da mesma forma, acontece com a linguagem: se as palavras não estivessem limitadas pelo silêncio, os sentidos delas já teriam dito tudo o que havia para dizer. Dessa forma, o sentido é múltiplo porque o silêncio vai- se construindo em meio às palavras.

É nessa perspectiva que consideramos a linguagem como categorização do silêncio, isto é, ela é a gregaridade, a possibilidade de segmentação, ou melhor, o recorte da significação em unidades discretas. Entretanto, uma vez recortado, o sentido permanece sempre a ser ainda dito. Se o silêncio não tivesse um sentido em si mesmo, uma vez categorizado, esse sentido seria definitivo. A língua extenuar-se-ia na usura das palavras, tornar-se-ia pura convenção. (ORLANDI, 2007, p.71)

Orlandi (2007) aponta que, além do silêncio fundador, também existe a política do silêncio, ou o silenciamento propriamente dito. A diferença entre esses conceitos é que a política do silêncio produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz, enquanto o silêncio fundador não estabelece nenhuma divisão: ele significa em (por) si mesmo.

Há ainda uma forma de silêncio que obriga seus sujeitos a permanecerem calados. “Como parte da política do silêncio nós temos, ao lado do silêncio construtivo, o silêncio local, que é a manifestação mais visível dessa política: a da intervenção do dizer”. (ORLANDI, 2007, p.74).

Alguns silêncios organizaram a memória do Brasil durante o golpe militar. O primeiro deles foi o apoio e financiamento do Estado a uma estrutura repressiva de práticas que geraram as mortes, desaparecimentos, torturas e cicatrizes nesses cinquenta anos. Depois vem o apoio civil e midiático e posteriormente o endurecimento do golpe com a instauração dos atos institucionais. Nesse momento a sociedade é tomada pela imposição do silenciamento e passa a conhecer o “não-dito”. Há outras formas de silêncio nesse período, mas destacam-se essas para avançarmos no conceito de Eni Orlandi que diz que “a política do silêncio produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz”. (ORLANDI, 2007. P.73).

Há um sentido no silêncio, “ele significa por si mesmo” quando se descarta um discurso em prol da instalação de outro. Durante a ditadura, havia meios orquestrados pelos militares que limitavam a voz de quem era considerado contra o novo regime. Anos depois a história permanecia sendo contada pelos vencedores. Tudo que líamos décadas atrás era um discurso voltado para a versão que estava na superfície. Os porões estavam silenciados.

A censura é colocada em discussão no texto de Orlandi como “a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas, isto é, proibem-se certos sentidos porque se impede o sujeito de ocupar certos lugares, certas posições”. (ORLANDI, 2007. p. 104).

Assim concebida, a censura pode ser compreendida como a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas. Consequentemente, a identidade do sujeito é imediatamente afetada enquanto sujeito-do-discurso, pois, sabe-se (Pêcheux, 1975), a identidade resulta de processos de identificação segundo os quais o sujeito deve-se inscrever em uma (e não em outra) formação discursiva para que as palavras tenham sentido. Ao mudar a formação discursiva, as palavras mudam de sentido. (ORLANDI, 2007, p. 76)

Uma das formas usadas como forma de censura era afastar o sujeito do “dizível”, tirar sua identidade para que essas pessoas não conseguissem ter posições determinadas em nenhum movimento. Isso aconteceu com diversos movimentos sociais antes mesmo da

ditadura militar e foi reforçado com os anos de chumbo. Nos depoimentos da CMV-JF, por exemplo, percebemos alguns relatos de sindicalistas que foram presos acusados de conspirar contra o governo militar e foram levados de suas casas ou trabalhos sem nenhum tipo de explicação. Essa era uma das formas de “interdição do discurso político” usadas pelos opressores. “A censura intervém assim na relação do indivíduo com a sua identidade social com o Estado”. (ORLANDI, 2007, p. 107).

Se de um lado a censura vai trabalhar com o dizível do outro, os discursos que fazem resistência de qualquer tipo ficam na zona da “política do silenciamento” que seria, na visão de Orlandi, a parte do dizível que não se pode dizer. Nessa conjuntura, os discursos repressivos determinam o que podia e o que não podia ser dito. A partir daí se estabelece um jogo de força que constitui o que não deve ser dito quando o sujeito fala.

A relação com o “dizível” é, pois, modificada quando a censura intervém: não se trata mais do dizível sócio-historicamente definido pelas formações discursivas (o dizer possível): não se pode dizer o que foi proibido (o dizer devido). Ou seja: não se pode dizer o que se pode dizer. (ORLANDI, 2007, p.77)

A censura traduz a asfixia do sujeito. Se o sujeito está completo quando consegue atingir o sentido, a censura é a interdição da circulação do sujeito e tem o poder de regular a palavra.

No autoritarismo, não há reversibilidade possível no discurso, isto é, o sujeito não pode ocupar diferentes posições: ele só pode ocupar o “lugar” que lhe é destinado, para produzir os sentidos que não lhe são proibidos. A censura afeta, de imediato, a identidade do sujeito. (ORLANDI, 2007, p.79)

Orlandi (2007) faz uma relação entre o sentido produzido pelo Poder (a censura) e a produzida pelo desejo (Narcísea). Narciso não deixava atravessar outros discursos e fixava seu sentido, preenchendo seu lugar de sujeito sozinho. Paralelamente o autoritarismo poderia ser comparado a “uma espécie de “narcísea social”, já que deseja, procura impor (pelo poder, pela força) um sentido só para toda sociedade. Sem os benefícios da metáfora do mito”. (ORLANDI, 2007, p.79)

Com efeito, a censura é o lugar da negação e ao mesmo tempo da exacerbação do movimento que institui identidade. Por isso é um lugar privilegiado para “olhar” a relação do sujeito com as formações discursivas. Porque nos faz apreciar melhor os processos de identificação do sujeito ao inscrever-se no dizível para produzir (-se) sentido. (ORLANDI, 2007, p. 81)

Como vimos, o sujeito está diretamente ligado às formas discursivas, e o silêncio é a sua configuração essencial, permitindo sua constituição histórica e a transformação de sentidos. “O silêncio não é ausência de palavra. Impor o silêncio não é calar o interlocutor, mas impedi-lo de sustentar outro discurso”. (ORLANDI, 2007, p.102).

A frase de Orlandi nos ajuda a compreender por que as narrativas sobre o golpe de 1964 permaneceram silenciadas por cinco décadas. É sabido que na época da ditadura houve um silenciamento geral. Mídia, grupos sociais, artistas e pessoas comuns foram obrigadas a manter-se emudecidas. Não era por falta de ter o que dizer, pelo contrário, havia muito que ser falado.

O que se detectou, anos depois, com as comissões da verdade foram as histórias individuais que este silêncio guardava. Um discurso hegemônico circulava (discurso que podia) à época. Mas outros foram impedidos e vieram à tona nos depoimentos. Não se sabia de forma clara ainda o que foi revelado em muitos depoimentos, como por exemplo, como ocorreu a prisão do diretor dos Correios, o clima de medo que destruiu muitas famílias, os diversos tipos de resistência que culminaram em notícias de suicídios, muito menos a do trem que atravessou o caminho de Mourão.

As diversas formas de resistências mostraram-se eficazes nos períodos mais duros da ditadura. Eram dias em que as ameaças de tortura e a morte rondaram qualquer um que deixasse escapar uma discordância ao regime. “Por medo, já havíamos introjetado a censura, isto é, cada um experimentava, na sua própria intimidade, os limites do dizer”. (ORLANDI, 2007, p.114)

Os silêncios significados estavam presentes em 1964. Até mesmo de forma materializada. Alguns jornais, por exemplo, deixavam espaços vazios que deveriam conter a informação censurada. Mais tarde, esses espaços começaram a ser preenchidos por receitas culinárias e poemas épicos, como *Os Lusíadas*, de Camões.

As memórias dessas cinco décadas representam a resistência que foi arrancada de cada vítima, em uma busca por narrativas que resignificassem esses momentos. Tenciona-se com esses discursos mais do que apenas fazer lembrar, mas sim não deixar que aconteça de novo.

Assim como afirma Christa Berger, a função primordial do movimento testemunhal é clara: “lembrar para aprender, para não repetir o ocorrido, lembrar para não esquecer, lembrar para ensinar”. (BERGER, 2005, p.60)

Assim, as Comissões da Verdade trouxeram para a sociedade brasileira uma perspectiva de resgate da memória e da identidade nacional. Os depoentes têm interesse em

contar como tudo aconteceu, de mostrar a pretensa verdade. “No momento em que as testemunhas oculares sabem que vão desaparecer em breve, elas querem inscrever suas lembranças contra o esquecimento”. (POLLACK, 1990, p.7).

Eu costumo dizer, eu tenho orgulho do meu passado, eu posso conversar do meu passado com meus filhos com a maior tranquilidade, e dizer tudo o que eu fiz, e eu duvido que os torturadores possam ter a mesma coragem. (Ricardo Cintra em depoimento a Comissão Municipal da Verdade)

“[...] o silêncio tem razões bastante complexas. Para poder relatar seus sofrimentos, uma pessoa precisa antes de mais nada encontrar uma escuta. (POLLAK, 1990, p.6). Na Comissão Municipal de Juiz de Fora, ex-presos políticos tiveram seus documentos restituídos, tudo que foi recuperado pela CMV-JF foi entregue, em cerimônia na cidade, a algumas vítimas da época.

No dia 17 de novembro de 2014, a CMV-JF realizou um evento em conjunto com a auditoria da 4 CJM: a restituição pública de documentos pessoais de 32 presos políticos que integraram os inquéritos e processos instaurados no período entre 1964 e 1985 e que não tinham sido retirados pelos interessados. (Memórias da repressão: relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora, 2015, p.29)

Nesse ano, relatório da CVM divulgado para o público deixa disponível a história da cidade com a ditadura e ressignifica os vazios deixados por tantos anos. Nele estão contidos os resultados desses 12 primeiros meses de investigação, mostrando passo a passo como chegaram aos 37 depoimentos e aos documentos, como foi a relação com as instituições que apoiaram a CMV-JF e de que forma trabalharam para esclarecer fatos ocultos na história de Juiz de Fora e do Brasil.

Nesse sentido, a CMV-JF trabalhou na quebra do silenciamento de fatos que foram importantes para que a cidade se conhecesse. Para isso, foi feita uma intensa divulgação do trabalho por meio de releases disponibilizados para a imprensa, uma página no facebook, criada em 2014, onde se podem encontrar fotos e trechos de todas as gravações dos depoimentos, fotos dos bastidores, a criação de material relacionado ao trabalho desenvolvido e a divulgação de assuntos relacionados ao tema.

Uma dessas histórias será objeto de estudo deste trabalho, tomando como base o depoimento de Edson Nogueira da Silva, que trabalhou na estrada de ferro Leopoldina nos anos 60 e viveu uma das primeiras tentativas de resistência direta ao golpe. Essa narrativa foi

escolhida, justamente, por ter sido silenciada há cinquenta anos e por permanecer assim até a quebra desse silenciamento pela Comissão Municipal da Verdade.

4.4. HISTÓRIA ORAL E NARRATIVAS

Depois de falarmos sobre testemunho, memória e silenciamentos, buscaremos nesse item mostrar como a metodologia de história oral é uma base importante para dar voz aos diversos tipos de narrativas silenciadas, colocando em voga a versão daqueles que antes estavam na clandestinidade.

[...] a história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos (THOMPSON, 1992, p. 17).

Apesar de ser muito difundida entre os pesquisadores contemporâneos, a prática, que consiste no recolhimento de depoimentos de histórias de vida transmitidas oralmente de fonte para entrevistador, só ganhou espaço em meados dos anos 60.

A historiadora Vereba Alberti conceitua história oral como:

Um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica,...) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc. (ALBERTI, 1989, pag, 52).

Essa expansão começou pela Europa e foi se espalhando para as Américas consolidando a metodologia em países como Itália, Canadá, Alemanha, França, entre outros. Foi na década de 60 que o historiador Paul Thompson percebeu a importância das pessoas como testemunhas do passado quando integrou a equipe do departamento de Sociologia da Universidade de Essex para estudar a história social inglesa. Ao deparar-se com a falta de documentos e literatura sobre o período percebeu que sujeitos anônimos poderiam contar suas “estórias” e preencher de significados o passado e a história social do país.

O objetivo do trabalho de Thompson era dar voz a pessoas comuns e marginalizadas pelo poder e deixadas à margem da sociedade. Acredita-se que esse é claramente um dos papéis da história oral, ou seja, dar voz a diferentes narradores.

A história Oral não é necessariamente um instrumento de mudança; isso depende do espírito em que seja utilizada. Não obstante, a história oral pode certamente ser um meio de transformar tanto o conteúdo quanto a finalidade histórica. (THOMPSON, 1992, p. 22).

Para o professor de literatura e pesquisador Alessandro Portelli, a história oral é uma ferramenta que tem como base a memória e esta memória pode ser vista como uma forma de resistência e luta que volta, anos depois, como questionadora das mazelas sofridas ao redor do mundo.

Acredito na história oral precisamente porque ela pesquisa a memória de indivíduos como um desafio a essa memória concentrada em mãos restritas e profissionais. E penso que parte de nosso desafio é o fato de que realmente encaramos a memória não apenas como preservação da informação, mas também como sinal de luta e como processo em andamento. Encaramos a memória como um fato da história; memória não apenas como um lugar onde você "recorda" a história, mas memória "como" história. (PORTELLI, 2000, p.69)

Paul Thompson (1992) discute, em suas pesquisas, o reflorescimento da história oral como método da história de vida, com entrevista direta, observação participante, pesquisa documental, mapeamento e estatísticas. “E ela não é apenas uma descoberta, mas também uma reconquista. Oferece à história um futuro livre de significação cultural do documento escrito”. (THOMPSON, p. 103, 1992).

Esse tema dialoga com a visão do historiador e pesquisador Alistar Thompson que entende que as entrevistas de história oral exploram aspectos da narrativa do indivíduo que muitas vezes ainda não haviam sido registrados. Esse pensamento dialoga com as discussões feitas nessa pesquisa quando buscamos abordar a quebra de silenciamento das narrativas do golpe de 1964 em Juiz de Fora e toda a carga emocional e pessoal que essas histórias trazem para cada testemunho.

As entrevistas de história oral também permitem explorar aspectos da experiência histórica que raramente são registrados, tais como relações pessoais, vida doméstica e a natureza de organizações clandestinas. Elas oferecem uma rica evidência sobre os verdadeiros significados subjetivos, ou pessoais, de eventos passados: qual a sensação de casar-se, de estar na linha de fogo, de enfrentar a morte em um campo de concentração. (THOMPSON, 2000, p.51)

Outro ponto importante colocado nos estudos de Alistar Thompson (2000) é a importância de dar voz a essas histórias e abrir um diálogo permanente sobre essas questões na tentativa de deixar os diversos lados em pé de igualdade. Esse talvez seja um dos objetivos das Comissões da Verdade, ou seja, trazer para a sociedade versões que ainda não tinham sido ouvidas, ressignificando as narrativas sobre a ditadura militar de 1964 no Brasil.

Devemos insistir nisso, e devemos insistir no fato de que, para ter uma comunicação oral, é preciso que as pessoas falem umas com as outras. Por isso, a essência do nosso desafio é renovar a questão do diálogo. Essa questão significa, novamente, a luta por igualdade. Não há diálogo quando não há igualdade. Assim, para ter diálogo, precisamos continuar a lutar por igualdade. E não há identidade onde não há igualdade. (THOMPSON, 2000, p.70)

Podemos refletir então que, ao trabalhar com fontes orais, possibilitou-se reconstituir as narrativas do passado e ressignificar as histórias dos sujeitos que, de certa forma, foram colocados no anonimato e perderam o direito à voz na construção da memória sobre os chamados anos de chumbo.

O pesquisador José Carlos Sebe Bom Meihy (2000) abre a discussão sobre a história oral na América Latina com destaque para o Brasil. Segundo Meihy (2000) “no Brasil, bem como na América Latina, o impacto e a ampla aceitação da história oral institucionalizada têm provocado debates que a qualificam como, talvez, a mais promissora das tendências de entendimento da sociedade”. (MEIHY, 2000, p.83).

Esses debates colocam em evidência todo um contexto político e democrático que visa restabelecer e ressignificar memórias, histórias e as narrativas que foram produzidas sobre os anos da ditadura civil-militar e que permaneceram trancadas numa interpretação de um país que não cabe mais nos discursos contemporâneos. “No caso do Brasil, como da América Latina em geral - ou pelo menos dos países que viveram recentemente a síndrome de ditaduras militares -, a aceitação da história oral esteve diretamente ligada ao processo de redemocratização”. (MEIHY, 2000, p.86).

Antes mesmo do fim da ditadura, a história oral chega no Brasil, em 1979, mas o florescimento do método só acontece em 1986, um ano após o fim da era militar, e vem cercada pelo discurso que pedia a volta da democracia no país.

A primeira tentativa, no entanto, ocorreu em 1973, patrocinada pela Fundação Ford em conjunto com a Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (CPDOC-FGV). Nessa ocasião, reuniam-se no Rio de Janeiro acadêmicos preocupados com a questão documental para as ciências sociais. Essa investida teve como característica o incentivo e a cooperação entre centros de estudo do país e do exterior. Segundo as orientações daquele encontro, havia grupos preocupados em pensar a "preservação", a "restauração" e a "história oral". (MEIHY, 2000, p. 89)

O tom político marca o grande momento da história oral brasileira. Em 1980 houve uma “espécie de explosão do interesse pela história” (MEIHY, 2000, p. 89). A falta de documentos, destruídos na época, fez crescer o interesse pelas outras fontes que antes não eram procuradas como testemunhas das histórias. “[...]a existência de documentos secretos e comprometidos pela opressão ditatorial fez com que se ampliassem as expectativas de novas fontes "não-oficiais"”. (MEIHY, 2000, p.91).

Mesmo com o interesse demonstrado pela história oral, um entrave colocava em risco qualquer tipo de trabalho testemunhal. O medo que a ditadura deixou nas pessoas fez com que as vítimas ficassem presas na política do silenciamento. “Ainda sobre a sombra da ditadura a palavra "depoimento" era confundida com vigilância e muita gente tinha medo de deixar as próprias histórias gravadas”. (MEIHY, 2000, p.91).

Essa barreira começou a ser quebrada dentro das universidades em meados dos anos 80 quando introduziram a história oral como metodologia de pesquisa. Com isso, um grande número de livros começa a ser traduzido para o português, destacando os estudos da oralidade e servindo como um guia para a pesquisa testemunhal.

Intimamente ligada ao lado social dentro do contexto brasileiro, a história oral vai ganhando novos rumos com o passar dos anos. As ditas minorias passam a fazer parte de um cenário no qual antes não eram colocadas e algumas instituições vão dando contorno e importância às histórias que compõem todo o arcabouço cultural presente no país. “Entre os projetos pioneiros e mais importantes, o Museu da Imagem e do Som de São Paulo, a partir de 1982, iniciou uma série de projetos diferentes, considerando manifestações de arte e da cultura popular brasileira”. (MEIHY, 2000, p.94).

Nessa maré de compreensão das várias possibilidades de cultura e histórias dentro do Brasi, há também as várias versões para um período sombrio cujo início completou 50 anos em 2014 e trouxe para a superfície memórias submersas, em depoimentos gravados graças à superação, em muitos entrevistados, do clima de temor e insegurança herdado de décadas atrás. Nesse aspecto, as comissões da verdade dão respaldo como órgãos prestadores de serviço à sociedade brasileira e têm como base o depoimento, o testemunho e, sem dúvida, a história oral.

4.5- O DEPOIMENTO COMO NARRATIVA

A arte de contar histórias é uma prática antiga da humanidade. Desde os primórdios cada indivíduo retrata sua própria existência e experiências de modo pessoal, tornando a narrativa complexa e cheia de características.

A origem do homem é cercada pela narrativa desde as gravações em pedras no tempo das cavernas. A linhagem de um povo, de lugares, de gerações compreende muitas narrativas. Tudo é digerido conforme as narrativas de que são compostas. “Quando narramos algo, estamos nos produzindo e nos constituindo, construindo nossa moral, nossas leis, nossos costumes, nossos valores morais e políticos, nossas crenças e religiões, nossos mitos pessoais e coletivos, nossas instituições”. (MOTTA, 2013, p.19).

É exatamente a forma de contar histórias que Luiz Gonzaga Motta analisa no livro “Análise crítica da narrativa”, defendendo que é preciso estudá-las para compreender os sentidos e ao mesmo tempo entender quem somos. E é esta proposta de análise que dará sustentação metodológica a esta pesquisa. Sendo assim, vale explicar os conceitos do autor sobre a narrativa e a busca por relatos com verossimilhança.

A compreensão que temos de mundo e de nós mesmos é a concepção da forma que estamos ou fomos condicionados a perceber as narrativas que cercam nossas vidas.

O homem narra: narrar é uma experiência enraizada na existência humana. É uma prática humana universal, trans-histórica, pancultural. Narrar é um metacódigo universal. Vivemos mediante narrações. Todos os povos, culturas, nações e civilizações se constituíram narrando. Construimos nossa biografia e nossa identidade pessoal narrando. Nossas vidas são acontecimentos narrativos. O acontecer humano é uma sucessão temporal e causal. Vivemos as nossas relações conosco mesmos e com os outros narrando. Nossa vida é uma teia de narrativas na qual estamos enredados. (MOTTA, 2013, p.17)

Dessa forma, a maioria das pessoas é capaz de criar a própria narrativa de si mesmo, já que, “somos seres narrativos, narradores natos, atores, personagens e ouvintes de nossas próprias narrativas”. (Motta, 2013, p.17)

Aprendemos a falar ouvindo outras palavras que vão, ao longo dos anos, trazendo sentido e dando a compreensão do universo ao qual estamos inseridos até sermos capazes de contar nossa própria história: “[...]nossas narrativas não terminam nunca, nos entrelaçam, nos envolvem, nos representam e constituem”. (Motta, 2013, p.18)

Nossas vidas são as nossas narrativas. Melhor dizendo, nossas narrativas tecem nossas vidas. Organizamos as nossas biografias destacando alguns acontecimentos que cremos estarem mais carregados de significações, e que pontuam a nossa história pessoal. Pontos de virada que nos vinculam ao passado, dão continuidade ao presente e nos remetem ao futuro, criando as representações de nós mesmos e nossas identidades individuais. (MOTTA, 2013, p.18)

Modernamente poderíamos citar diversas narrativas, das mais tradicionais (filmes, novelas, peças de teatro, reportagens jornalísticas) até as mais contemporâneas que circulam e são postadas no facebook, em blogs, no instagram entre outras mídias sociais, recheadas de narrativas pessoais e estruturadas de tal forma a condicionar a percepção do outro sobre nós mesmos. Para Motta, quando narramos:

Estamos dando sentido à vida. Aquilo que incluímos ou excluímos de nossas narrações depende da imagem moral que queremos construir e repassar. Através das narrativas recobrimos nossas vidas de significações. Elas reiteram e confirmam o canônico, nomeiam e explicam o desviante, legitimam e estabilizam o mundo. Na narrativa, imitamos a vida; na vida, imitamos as narrativas. (MOTTA, 2013, p.19)

Segundo Motta (2013), são as percepções de nós mesmos que demonstram a “percepção e relato de uma série de incidentes que pontuaram o fluxo regular de nossa existência no passado, e redirecionam nossas vidas: nossos pontos de virada”. (Motta, 2013, p.27)

O autor continua a linha de raciocínio mostrando que cada ser é o que revela com a própria estória e intencionalmente evoca uma narrativa de si projetando durante a autobiografia um script pessoal que relata cada episódio, com uma representação dramática, das situações que já foram vividas.

O script pessoal é uma programação que acumulamos desde a infância (protocolo original), a partir de nossa vivência familiar, e que atualizamos seguidamente através de nossa exposição a contos de fada, literatura, filmes, mitos e arquétipos, tornando a vida semelhante ao palco de um grande teatro onde representamos continuamente, procurando desempenhar determinados papéis a partir do nosso próprio script. (MOTTA, 2013, p.28)

Além de construirmos nosso plano de vida por meio de experiências agradáveis e desagradáveis, assim como os obstáculos e os fracassos, também é formado o conceito de bom e mau. Dessa forma levamos esses conceitos na cabeça e projetamos os modelos de mundo na busca de um desfecho das situações ao longo da vida. “O script é uma estrutura

significativa, uma descrição do mundo retroalimentada por diálogos internos como estratégia de sobrevivência”. (MOTTA, 2013, p.28)

Uma dessas estratégias narrativas é colocar-se como protagonista nas histórias para demarcar a própria identidade. Para o psicólogo Kenneth Gergen (1996), também citado por Motta (2013), a autonarração é a busca do eu individual por respostas que visam dar confiabilidade ao que é narrado por si mesmo criando um relato que ele denomina de “bem formado”, ou seja, em busca de verossimilhança.

Ao ordenar suas ideias em pensamentos coerentes em busca de significados, os sujeitos encadeiam as relações possíveis na forma cronológica ou causal, estabelecendo provisoriamente um antes e um depois, um antecedente e um conseqüente, uma causa e uma consequência, até chegar ao senso comum compartilhado. Sem uma ideia condutora, os dados da unidade se amontoariam como grãos de areia sem organizar-se unidade, conforme argumenta John Dewey (1998). A relação causa-consequência é o coração de toda compreensão. (MOTTA, 2013, p.29)

Na busca por um relato que tenha verossimilhança, carregado de uma suposta verdade, é preciso frisar que a organização de toda ação humana está pautada pelo senso comum. Ou seja, o senso comum atua como um moderador que segue modelos narrativos inspirados no “estado sutis de dramatismo”:

Estes estados sutis do dramatismo são um aparato narrativo de que dispomos para fazer frente à canonicidade e à excepcionalidade (o consuetudinário e suas rupturas), que impelem o sujeito a organizar sequê

ncias e tramas mentais, mediante as quais o significado é captado e formulado. Daí nossa lembrança ancestral de contar histórias e lendas, de jogar e imitar, de cantar canções e representar peças, simulacros de nossas experiências. Contar história é estar nas histórias. (MOTTA, 2013, p.31)

Para compreender como os homens criam representações e apresentações de mundo, o autor afirma que “as pessoas são cada vez menos testemunhas diretas ou oculares dos fatos” (Motta, 2013, p.32) e suas experiências ficam limitadas ao mundo virtual e os conhecimentos ficam presos a mundos simbólicos e imaginários nos quais o indivíduo se insere e passa a representar outros discursos de realidade. “Podemos estudar narrativas, portanto, para compreender como instituímos representativamente o mundo e nele performaticamente atuamos”. (Motta, 2013, p.32)

[...] as narrativas forjam indivíduos e nações. Isso não ocorre objetivamente de maneira natural e uníssona, mas através de contradições, confrontos, enfrentamentos sociais e simbólicos. Mais ainda: essa corrente não desmerece o ficcional, mas propõe que ele é um esforço metafórico utilizado desde sempre pelo homem para compreender o real, e esse fato não é pejorativo. Porque o ficcional não é tomado como um conhecimento falso, ilusório, fantasioso apenas. A narrativa, seja ela fática ou fictícia, estabelece por si mesma a naturalização do mundo. (MOTTA, 2013, p.34)

“Contar estórias é estar nas estórias” - essa afirmação do autor nos permite passar para o próximo tópico deste trabalho depois de uma revisão teórica que ajuda a compreender a narrativa e suas nuances. A análise do depoimento de Edson será feita com base nos conceitos de Motta, em categorias criadas a partir dos sete movimentos de análise da narrativa apontados pelo autor. Trata-se de observar a visão que o ex-ferroviário tem do golpe militar de 1964, a partir da atuação de resistência dos ferroviários, cinco décadas depois.

5. NARRATIVAS DE RESISTÊNCIA AO GOLPE DE 1964

Antes da análise desta pesquisa, achou-se necessária uma breve explicação sobre o porquê de se estudar o depoimento de Edson como narrativa. Durante esta dissertação pretendeu-se cercar os conceitos dos principais autores que tivessem relação com ressignificação do passado e as implicações que a memória, o trauma, o silêncio, o testemunho, entre outros teriam na construção de narrativas tendo-se passados tantos anos da ditadura militar. Entende-se aqui que esses depoimentos são narrativas pessoais da história de vida de cada vítima, já que o próprio Luiz Gonzaga Motta nos mostra que vivemos mediante narrações. Nossos enredos, nossos scripts, nossa visão do que é certo ou errado vêm carregados de narratividade.

Sobre o objeto desta dissertação, o depoimento do ex-sindicalista Edson, percebemos diversas nuances que perpassam sua narrativa. O seu depoimento nada mais é do que sua biografia durante os anos de chumbo. Esse papel de protagonista virá discutido com maior ênfase na análise, mas já se pode adiantar que, assim como diversas outras narrativas contidas nos depoimentos da CMV-JF, estamos diante de uma reivindicação pessoal de narrativas, de histórias individuais vividas naqueles anos.

Para entender a ressignificação do 1º de abril de 1964 e os anos que se seguiram buscou-se ir ao fundo dessa autonarração colocada pelo ex-ferroviário. Quem era o Edson nos anos 60 e quem era ele, depois de ser vítima da ditadura e sobreviver para contar a sua versão da história. Motta (2013) diz que é preciso estudar as narrativas para entender quem somos. Expressa-se aqui a necessidade de entender o depoimento para entender essas narrativas sobre o golpe que vêm sendo lembradas e trabalhadas pelas comissões por meio de testemunhos carregados de representações muito particulares das visões de mundo de cada depoente.



Figura 28: Edson Nogueira da Silva em entrevista a CMV-JF. Retirado da página do facebook

5.1 – ANÁLISE CRÍTICA DA NARRATIVA: O DEPOIMENTO DE EDSON NOGUEIRA À CMV-JF

Com base na metodologia de Luiz Gonzaga Motta (2013) propõe-se aqui realizar a análise do depoimento que Edson Nogueira da Silva¹⁵ cedeu à Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora. Com esta análise, buscou-se compreender a ressignificação do golpe de 1964 na visão do ex-ferroviário por meio de suas lembranças sobre o período que tem representação para toda uma coletividade, como vimos nos estudos de Halbwachs, mas que aqui é retratada de forma individual de acordo com a experiência de cada depoente. É a memória individual de Edson reconstruindo os fragmentos da ditadura militar e se juntando a outras peças que remontam a um momento tão significativo para o sindicato dos ferroviários. A narrativa que volta cinquenta anos depois do golpe contém nuances que nos permitem entender a história oral de Edson como uma representação do período militar de acordo com a experiência vivida pelo personagem, contada a partir de sua história de vida, um lugar de fala que precisa levar em conta desde sua infância, quando ainda tinha o sonho de trabalhar na ferrovia, até o golpe que interrompeu sua trajetória no ofício.

Para entender a ressignificação deste depoimento, precisamos compreender como são reconstruídos os diálogos, os personagens, a lógica argumentativa, as percepções de mundo, de tempo e de espaço. Cabe também atentar para os fatos que marcaram o período e estão presentes no testemunho. Trata-se aqui de uma percepção muito própria do depoente que concede entrevista sobre sua história pessoal naquele momento de repressão. Por isso, é preciso fazer uma análise integral desta história oral para que possamos entender o enredo ao qual ela se estrutura. Só assim chegaremos a um entendimento dessa narrativa sobre o que aconteceu há cinco décadas e que vem à tona anos depois carregada de significados.

Optou-se nesta dissertação por uma decomposição do depoimento baseado nos conceitos elencados por Motta para que o analista possa compreender o depoimento como uma narrativa cheia de intenções e valores. A partir dos conceitos sobre narrativa e da leitura atenta da transcrição do depoimento, foi possível propor categorias de análise do depoimento utilizando a metodologia de Motta para análise das narrativas. A partir dos “sete movimentos” apresentados por Motta, que nos permitem estudar as narrativas de forma empírica, foi possível propor então 12 categorias que nortearam o estudo do depoimento de Edson nesta

¹⁵ O depoimento Edson Nogueira da Silva foi gravado no estúdio da Faculdade de Comunicação da UFJF, no dia 12 de dezembro de 2014, em entrevista a Christina Musse e Roberto Cupolillo, transcrito por Mariana Meirelles de Azevedo.

pesquisa. Todas essas categorias estão elencadas em um quadro nos apêndices desta pesquisa. Antes de começar a análise do depoimento, será apresentado um quadro onde essas categorias estarão separadas de acordo com cada movimento desses citados. Achou-se necessário ir e voltar algumas vezes dentro da análise para que as categorias fossem elencadas de forma a mostrar uma sequência cronológica de acontecimentos dentro do depoimento.

Tabela 1: categorias de análise narrativa

Os sete movimentos elencados por Motta	Categoria narrativa	Efeitos de sentido
1º movimento: Compreender a intriga como síntese heterogênea	Enredo	Uma estória só pode ter seus desdobramentos analisados quando se conhece o enredo integral ao qual ela se estrutura.
	Pontos de ataque	Esses são os pontos de ataque colocados por Motta como as ações que podem modificar a estória. São momentos-chave que podem ser absorvidos ou não pelo analista.
2º movimento: Compreender a lógica do paradigma narrativo	Projeto dramático	O projeto dramático deixa claras no enredo as estratégias e intenções do narrador conferindo dentro da narrativa os objetos carregados de outras significações.
	Dêiticos espaço-temporais	A relação espaço-temporal é discutida por Motta como outra estratégia argumentativa do narrador
3º movimento: Deixar surgirem novos episódios	Script (dominante temática)	O script é uma representação dramática de nossas vidas. É um acúmulo de tudo que é desenvolvido e memorizado durante a infância, como as influências familiares, os contos de fadas, a literatura, os filmes, mitos e arquétipos.
4º movimento: Permitir ao conflito dramático se revelar	Frame	Motta descreve em sua obra a ligação da busca pelo significado com a reconstituição das situações colocadas em determinadas narrativas. Esses “frames” são os momentos em que o depoente se coloca dentro da estória.
5º movimento: Personagem:	A centralidade do personagem	As personagens costumam criar dentro de suas narrativas conflitos, enredos, personagens,

metamorfose da pessoa a persona		bandidos e mocinhos para preencher de significados a versão da própria história.
6º movimento: As estratégias argumentativas	Representação da realidade ou efeitos de real	As narrativas realistas tencionam ser verdadeiras reivindicando uma fidelidade ao real e prezando pelo racional.
	Estratégias de produção de efeitos estéticos	Paralelo aos efeitos de real, as estratégias de produção de efeitos estéticos dão às narrativas características que as tornam de natureza dramática e retórica tão rica quanto a arte.
7º movimento: Permitir às metanarrativas aflorarem	Princípios éticos	Toda narrativa, fictícia, jornalística ou fática se constrói “contra um fundo ético e moral”. Isto é, toda narrativa é baseada num pano de fundo seguindo a ordem ética, moral ou filosófica.
	Moral da história	Nenhuma história é contada sem que um fundo moral a situe. Toda narrativa está amparada por questões culturais e ideológicas que inspiram nossas histórias e traçam nossa biografia.

A seguir, a análise do depoimento em cada uma das categorias:

O enredo

De acordo com Motta, o analista deve saber com exatidão o início, o desenvolvimento e o fim do enredo para encontrar os fios que cercam a trama, independentemente do tipo de narrativa o qual estamos estudando. Daí a importância do arcabouço teórico baseado na história do Brasil naquela época. Saber que as tropas saíram de Juiz de Fora, que alguns jornais do país e o da cidade mineira apoiaram os militares, entender as formas de silenciamento, os estudos sobre memória, a história oral, as comissões da verdade e, principalmente, o enredo que cerca as resistências feitas ao golpe, seus desdobramentos e personagens.

Essas temáticas ajudam a estabelecer relações lógicas e cronológicas à cerca do que é narrado no depoimento. Decompor e recompor a narrativa na intenção de identificar suas partes componentes, as sequências, os pontos de virada, as conexões entre os episódios, os conflitos principais e secundários, protagonistas e antagonistas presentes e o papel de cada um deles na estória. É dessa maneira que as ações se encadeiam e vão “construindo um enredo a partir das ações narradas”. (MOTTA, 2013, p.141)

O enredo da narrativa de Edson aconteceu há mais de cinquenta anos em relação ao depoimento, em 1964, quando a ditadura começou no Brasil. Já a sua história com a ferrovia começou ainda quando ele era criança. Mais à frente no depoimento, ele vai dando pistas dos principais momentos históricos em que o país estava, de acordo com o desenvolvimento de sua própria narrativa.

Esse envolvimento dentro do enredo da época torna possível compreender qual é o lugar de fala do personagem dentro do contexto. É importante desenvolver essa dissertação com capítulos que ajudem leitores e pesquisadores a entenderem os fatos antepassados para que possamos chegar a esse momento da pesquisa e abordar a ressignificação dessa história narrada por Edson. O depoimento do ex-ferroviário ultrapassa os anos de chumbo e dá conta do que aconteceu em sua vida. Sua memória permaneceu. Sua voz se manteve silenciada. Mas suas lembranças são cercadas pelo período.

O script

Segundo Motta, o script é uma representação dramática de nossas vidas. Quando se apresentou para a entrevista à Comissão Municipal da Verdade e que está anexada a esta dissertação, Edson fez questão de ressaltar sua origem como neto e filho de ferroviários, demonstrando que era essa profissão que cercava seu mundo. “Eu praticamente nasci lá, porque meus avós eram ferroviários, tios ferroviários...” (Trecho do depoimento de Edson Nogueira da Silva para a CMV)

Outra estrutura significativa era o fato de viver num povoado, quando era criança, onde a estação de trem tinha uma importância grande para quem vivia cercado por ela. “O script pessoal é uma programação que acumulamos desde a infância (protocolo original), a partir de nossa vivência familiar[...]” (Motta, 2013, p.28).

Era a vida, né? Era a vida. Principalmente Furtado de Campos. Hoje acabou a estrada de ferro e tem poucos habitantes, mas naquela época morava muita gente, porque era um centro ferroviário. Lá, inclusive, tinha oficina de conserto de vagões, essas coisas todas, então... (Trecho do depoimento de Edson Nogueira da Silva para a CMV)

Podemos perceber no início dessa narrativa que a compreensão humana de Edson está ladeada por “razões narrativas”, ou seja, sua percepção de vivência cerca a história da ferrovia. O que Motta chama de “script programado”. Quando teve início a intervenção militar e o sindicalista precisou fugir e abandonar a profissão, houve uma quebra de expectativa em relação ao que seria o futuro profissional que, como já vimos, passa de geração em geração dentro da família de Edson

É, mas aí, fiquei praticamente na clandestinidade, né? Mesmo em Juiz de Fora, porque eu continuei trabalhando de pedreiro. Fiz muita casa em Juiz de Fora. Fui a mestre de obra. Trabalhei em uma empresa aqui, a JJ Engenheiros. (Trecho do depoimento de Edson Nogueira da Silva para a CMV)

Esse momento da estória de Edson muda os rumos de sua trajetória. Ele passou de ferroviário a autônomo e teve que desempenhar profissões para as quais não tinha tanta habilidade quanto à de ferroviário. Essas “são sequências narrativas que indicam sucessões e transformações maiores” (MOTTA, 2013, p.144) no conjunto da sequência narrativa e que devem ser observadas como pontos-chave para a transformação dentro do script esperado pelo narrador.

Projeto dramático

O projeto dramático está intimamente ligado às intenções narrativas do depoente. No caso de Edson, ao contar sua trajetória na ferrovia, o narrador vai direto para um assunto sobre as greves que os ferroviários faziam durante 1954. Sua intenção é mostrar a força que os ferroviários foram adquirindo durante os anos, antes mesmo da ditadura, e dar sentido à sua participação antes de acontecer o golpe de 1964. Esse novo enredo dentro da narrativa é mais complexo e carregado de significações.

Trabalhei em todas elas, trabalhei em 35 estações. Em 54, houve uma greve, eu participei dessa greve, porque a turma que entrou na época da transição ficou fora do aumento. O Getúlio Vargas elevou o salário mínimo para mil e duzentos, e nós continuamos com 800. Então, essa greve não foi só de funcionário público, foi a rede total, a Leopoldina total fez a greve em solidariedade à gente também, porque o negócio era união e havia união. (trecho de depoimento de Edson Nogueira da Silva para a CMV)

Pode-se observar aqui a força e a união dos ferroviários, em uma memória individual que traz informações sobre a história dos sindicalistas e do país como um todo. Ou seja, é a memória individual se estruturando de modo a contribuir para a memória coletiva sobre a resistência do sindicato da Leopoldina. Nesse trecho, também podemos perceber a visão de Edson sobre os personagens e como eles vão sendo categorizados pelo narrador ao serem encaixados como os vilões e heróis que vão compor sua estória.

O sindicato da Leopoldina era muito forte. Nós tínhamos um líder, que era o Batistinha, ele era advogado até. Demisthoclites Baptista, mas na intimidade nós chamávamos de Batistinha, e nesse período, 54, nessa greve, ele foi mandado pra São Geraldo, eles queriam espalhar o pessoal, pra acabar aquela hegemonia que havia. Eu fui pra Cataguases, eu fui transferido pra Cataguases. (trecho do depoimento de Edson Nogueira da Silva para a Comissão Municipal da Verdade)

Essas pequenas histórias dentro da narrativa vão dando liga para que o entrevistador se prepare para a revelação dos conflitos dramáticos que virão a seguir e costumam a ressignificação do enredo que, na verdade, é cercado de pontos de virada e inflexões narrativas no percurso do personagem principal.

Pontos de ataque

Os pontos de ataque são revelações dentro da narrativa que são colocadas pelo narrador e que podem modificar o depoimento, dependendo da percepção do analista. Os pontos de ataque de Edson vêm sendo construídos em pequenas frases dentro de outro assunto que está sendo explorado pelo entrevistador. Por diversas vezes em sua narrativa percebemos que o depoente dá muita importância ao líder dos sindicalistas, conhecido como Batistinha, já citado aqui. Durante sua fala é recorrente o apelo do narrador para compartilhar a história da morte do líder sindical, porém essa intenção narrativa vem carregada por outras histórias e significações.

É, ao partidão, mas não era muito, era assim... Havia certa... Eles exploravam a parte de liderança da pessoa e, desde que a pessoa cumprisse o troço bonitinho e tal, liderava as greves... Porque o Batistinha¹⁶... Depois eu vou contar que ele foi assassinado. Ele fez a

¹⁶ Demistóclides Batista, conhecido como Batistinha, ingressou na carreira de ferroviário em sua cidade natal aos 16 anos e foi também diretor da Casa do Estudante de Cachoeiro e professor de história do maior colégio do Espírito Santo, o Liceu. Em 1953 foi eleito presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), cargo que exerceu até o ano seguinte. Em 1954 ingressou no Partido Comunista Brasileiro (PCB), então Partido Comunista do Brasil, e foi eleito pela primeira vez presidente do Sindicato dos Ferroviários da Estrada de Ferro Leopoldina, transferindo-se para a sede do sindicato no Rio de Janeiro. Foi assassinado no Rio de Janeiro no dia

união do pessoal do sindicato. É greve, é greve mesmo e acabou. Então, tinha o Batistinha, que era presidente do sindicato dos ferroviários, tinha o presidente do sindicato dos aviários, que pertencia à Panair. Já ouviu falar da Panair? E tinha os marítimos, e então a greve se ramificava, parava tudo, paravam os aviários, os marítimos. Existia naquela época... Já ouviu falar do Lloyd, o Lloyd Brasileiro? Eles faziam cabotagem, né? Das capitais do Brasil. E tinham alguns que iam até para o exterior. (trecho do depoimento de Edson Nogueira da Silva para a Comissão Municipal da Verdade)

Esses momentos dos pontos de ataque conferem maior tensão à narração. Segundo Motta, a partir daí devemos observar as grandes transformações que podem acontecer na história de acordo com a sequência narrativa e identificar as transformações maiores que acontecem no depoimento.

É importante ressaltar que a metodologia da história oral, apesar de seguir um roteiro, não mantém uma posição entre o entrevistado e a narrativa. É sempre uma visão neutra das histórias com a intenção de não induzir a entrevista. Já o depoente sabe que está falando do golpe e algumas vezes coloca assuntos no meio de suas falas na intenção de contar outras histórias. Esses aspectos serão abordados com mais profundidade em uma categoria à frente.

Representação da realidade ou efeitos de real

Para compreender os efeitos de real tencionados por Edson precisamos nos cercar do contexto narrativo ao qual ele se refere e levar em consideração suas intenções enquanto interlocutor de uma narrativa ainda desconhecida e que vem à tona para fazer parte de um documento sobre os anos de ditadura militar em Juiz de Fora. É necessário ficar atento à

5 de julho de 1993, em sua casa, em circunstâncias não esclarecidas. Em 1961 ficou conhecido como o condutor do chamado trem da legalidade, uma composição da Rede Ferroviária Federal que conduziu cerca de cinco mil ferroviários que fizeram uma paralisação de 12 dias — a chamada greve da legalidade — em defesa da posse de João Goulart na presidência da República, após a renúncia de Jânio Quadros e a tentativa de veto à posse por parte dos ministros militares.

Assumi uma cadeira na Câmara dos Deputados em fevereiro de 1963. Contudo, não cumpriu todo o seu mandato, pois em 10 de abril de 1964 foi cassado e teve os direitos políticos suspensos por dez anos, por força do Ato Institucional nº 1 (AI-1), editado na véspera em consequência do movimento político-militar de 31 de março que depôs o presidente João Goulart (1961-1964). Tendo que deixar o país, Batistinha refugiou-se no Uruguai. Retornou ao Brasil clandestinamente em 1966, ficando escondido em São Paulo. Nesse mesmo ano foi indiciado no inquérito policial-militar sobre as atividades do PCB, tendo sido decretada a sua prisão preventiva. Descoberto no Rio de Janeiro acabou sendo preso em 1967. Livre da prisão e dos processos passou a exercer a advocacia, na área trabalhista, no Rio de Janeiro. Em maio de 1986, voltou aos palanques para participar da primeira greve dos ferroviários depois da ditadura militar (1964-1985), movimento que durou quatro dias. A partir de então, passou a ser requisitado pelos ferroviários para ajudar nos movimentos grevistas da categoria. No pleito de novembro daquele ano, concorreu a uma cadeira no Senado, pelo Rio de Janeiro, na legenda do PT, mas não se elegeu, conseguindo apenas 236.915 votos, ficando em sétimo colocado entre os concorrentes.

Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/batista-demistocliedes>

representação de mundo do depoente percebendo que, em cada situação de comunicação, existe uma consciência sutil, mas presente, sobre a interpretação desejada. Esse ajuste a cada situação de fala é colocado por Motta como um “contrato comunicativo”. Quando Edson explica contextos históricos, deixa claro que existe uma legitimidade no que está relatando, a citação frequente de nomes conhecidos, partidos políticos, disputas e lideranças dão ao depoimento uma verossimilhança e um tom de realidade que o narrador busca ao se dispor a dar seu relato. Em alguns trechos, ele fala de dos Presidentes Getúlio Vargas e Jânio Quadros, do General Mourão Filho, entre outros. São personagens conhecidos na história brasileira que se fazem presentes na estória individual do entrevistado e que dão verossimilhança ao depoimento. Além disso, ele contextualiza os fatos de acordo com o contexto político da época, citando a tensão da população em relação ao comunismo, partidos políticos, datas, locais e pessoas conhecidas dentro dos movimentos da época.

Então, o Jânio Quadros... Eles contam o seguinte, que o Jânio Quadros, tentou... Ele e o Collor tentaram governar sozinhos, e você sabe que não consegue. A Dilma, por exemplo, ela foi obrigada a se aliar ao PMDB, que era o maior partido, ainda é, e sempre foi aliado. Eles não têm liderança para disputar a presidência. O vice-presidente que é do PMDB, mas ele está indo a reboque do PT. (Depoimento de Edson Nogueira da Silva para a Comissão Municipal da Verdade¹⁷)

Outros pontos na entrevista também mostram a busca por esse efeito de real. Edson fala do “Plano Cohen”¹⁸, sem detalhar e especificar a estratégia militar, acrescentando uma informação que não havia sido citada dentro de outros depoimentos.

O plano Cohen... Depois foi denunciado por ele, que os comunistas queriam tomar o poder aqui no Brasil, e esse era o plano Cohen, mas eles nunca conseguiram, não é? O João Goulart estava na China, na época, e não deixaram que ele voltasse para Brasil, ele foi para o Uruguai. O Brizola, lá no Rio Grande do Sul, era o governador, e tinha o general Machado Lopes, que era o comandante da terceira região: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, os três estados. Então, o Brizola enfrentou, em aliança com Machado Lopes, que era comandante do terceiro exército... Ficou um empasse, né? Vai ter que sair para o pau, vai ter que brigar. Então, eles acabaram fazendo um acordo: Em vez de o João Goulart tomar posse como presidente, tomaria como primeiro ministro. Não, primeiro ministro foi Tancredo Neves. Adotou-se o parlamentarismo, não é isso? Foi adotado o parlamentarismo. Ele entrou como presidente, mas sem força nenhuma, quem mandava era o primeiro ministro, no regime parlamentarista, não é isso? Conclusão: O João Goulart tomou posse como presidente, depois houve um plebiscito e voltou o presidencialismo

¹⁷ Este depoimento foi gravado no ano de 2014 para a Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora, antes do impeachment da Presidenta Dilma Rousseff.

¹⁸ Plano Cohen é o nome dado a um falso programa estratégico que tinha por objetivo a derrubada do presidente Getúlio Vargas, e fora atribuído ao Partido Comunista Brasileiro, em suposta atuação ligada a organizações comunistas internacionais. Retirado de: <http://www.infoescola.com/historia-do-brasil/plano-cohen/>< acesso em 16/12/2016>

novamente. (trecho do depoimento de Edson Nogueira da Silva para a Comissão Municipal da Verdade)

Segundo Motta, o termo “ficcionalização do real” pode ser entendido como um esforço do narrador em conceituar o real organizando o pensamento de forma natural e espontânea de maneira a aproximar o seu discurso do referente com a finalidade de “convencer o destinatário que está relatando a verdade, relatando o mundo tal como ele é.” (Motta, 2013, p.39). Dessa maneira, percebemos o uso de citações, linguagem referenciada, datas, números, dêiticos, que produzem uma coerência dentro da narrativa. Edson cita momentos históricos posteriores que são conhecidos da grande maioria da população e que vão-se aproximando cronologicamente do período narrado. “O leitor entra natural e espontaneamente nessa mesma sintonia, conforme o desejo do narrador e o seu próprio, e juntos *constroem um mundo real.*” (MOTTA, 2013, p.39).

Frames narrativos

Os frames narrativos têm como função “enquadrar a complexidade do mundo”. (MOTTA, 2013, p.2), ou seja, os frames são definidores da situação de comunicação que irá acontecer. No caso do depoimento, a sequência em que os fatos são narrados e a escolha de importância dos mesmos são fatores que podem colocar o narrador em outro lugar que não seja apenas de interlocutor. “Frames, marcos ou enquadramentos constituem os modos através dos quais se cataloga e se vive a experiência da realidade”. (MOTTA, 2013, p.3).

No caso do depoimento de Edson, as escolhas do enquadramento de sua narrativa têm três variáveis importantes a discutirmos nesta pesquisa. A primeira é o frame do dia primeiro de abril de 1964, em que ele viveu a experiência do golpe e todas as reações desencadeadas depois da tentativa de resistência.

A segunda vem 50 anos depois, carregada de outras experiências, e do narrador como autor de uma história silenciada pela repressão. Nos tempos atuais e com o boom da memória e as comissões da verdade esse frame é totalmente diferente, visto que o entrevistado precisa contar o que viveu sob uma nova perspectiva e inevitavelmente escolherá enquadramentos diferentes.

A terceira é a própria entrevista. Existe um roteiro, com um questionário prévio de perguntas, que também já dá outro enquadramento ao relato. Além de contar a estória, Edson precisa se adaptar às necessidades do entrevistador sem deixar passar os frames que, na visão dele, são importantes para completar a narrativa.

Então, atravessamos o trem lá na rua, e o troço pegou foi aí; eles levaram o Zé de Souza, levou ele preso. Quem conseguiu escapar, como eu e outros escapamos, fomos lá pra Saracuruna encarar aqueles brejos. Levaram preso, o Zé de Souza. Eles jogaram lá do oitavo andar do DOPS, jogaram da janela do oitavo andar. Não precisa nem falar que ele morreu né? Morreu. E o primeiro crime que eles fizeram foi esse. (trecho do depoimento de Edson Nogueira da Silva para a Comissão Municipal da Verdade)

Nesse trecho da entrevista, Edson conta o que talvez seja o momento mais importante dentro de seu depoimento, usando os termos de Nelson Traquina, se considerarmos os critérios jornalísticos de noticiabilidade. Quando atravessaram o trem na frente das tropas, o mecânico, José de Souza, foi levado para o Departamento de Ordem Pública Social (DOPS) e jogado do oitavo andar, segundo o depoimento do ex-ferroviário. Sua morte foi dada como suicídio. Depois disso, Edson continua o testemunho narrando como conseguiu escapar nesse dia. A escolha narrativa dos próximos frames continua sendo baseada em sua própria história antes, durante e depois da ditadura. “É por isso que o homem tem uma propensão a organizar suas experiências de maneira narrativa, mediante a estrutura de dramas. O drama imita continuamente a vida e a vida imita o drama”. (MOTTA, 2013, p.7).

Nesse mesmo dia, Edson afirma que as tropas conseguiram seguir para o Rio de Janeiro, mas antes de chegarem ao destino ficaram acampadas no Estádio do Maracanã aguardando as ordens para prosseguirem.

Mas aconteceu um fato interessante; mandaram o Mourão levar as tropas lá pro Maracanã. Aí ficaram lá, dentro do Maracanã, as tropas que vieram de Minas... Vieram todos naqueles caminhões, e não andava direito aquilo não, eram ainda da guerra de 45. E então, foram pro Maracanã, ficaram acantonados lá. E o Mourão foi ver, pra se entender com seus generais:... Figueiredo, Castelo Branco, essa turma. Aí disseram pra ele: “Mourão, o negócio aqui já está definido. você mantém as suas tropas lá, porque já está tudo resolvido, o Castelo Branco vai ser o presidente”. Ele que queria ser o presidente, mas não era bem visto não. (trecho do depoimento de Edson Nogueira da Silva para a Comissão Municipal da Verdade)

Depois disso, Edson continua o testemunho narrando como conseguiu escapar nesse dia. Embora esse seja um depoimento voltado para o esclarecimento dos fatos de 1964, precisamos compreender que “contar estórias é estar nas estórias” (Motta, 2013, p.31), e a

ressignificação desses momentos perpassa as interpretações e visão de mundo de quem está narrando.

A centralidade do personagem

Definidos os frames, partimos para o personagem central desta narrativa. Percebemos que, apesar das estórias paralelas, Edson retoma os pontos narrados como personagem central dos episódios. Nos termos de Motta (2013), a personagem é o responsável pelo desenvolvimento do enredo, ou neste caso, da narrativa e se coloca como realizador das ações. “As personagens vivem e realizam as ações, são elementos-chave na projeção da estória e na identificação dos leitores com o que está sendo narrado”. (Motta, p.173, 2013).

Assim, vemos que Edson se coloca como um elo entre os acontecimentos da primeira semana do golpe militar. Desde o começo do depoimento, os argumentos cercam sua ligação com a ferrovia. Em seguida, o narrador entra como protagonista em momentos decisivos da resistência dos sindicalistas: a ordem para atravessar o trem na frente das tropas, como relatado, chega primeiro a Edson.

O Cândido Aragão¹⁹ era almirante e ele era contra o golpe militar, então ele mandou o tal de cabo Anselmo²⁰ ir até lá e falar pra atravessar o trem na linha, na rua, pra não deixar o Mourão passar com as tropas, e nesse dia quem estava encarregado era eu. (trecho do depoimento de Edson Nogueira da Silva para a Comissão Municipal da Verdade)

Nesse momento de sua narrativa, podemos perceber o seu protagonismo mais forte ao relatar a fuga para Juiz de Fora. Começa aqui um jogo de ações e reações que constrói a performance do personagem dando a ele características ainda não percebidas nos frames citados acima, quando ainda falávamos de questões que não cercavam sua experiência em si.

Eu fui pra casa do tal de Prudêncio, que também fazia parte, mas não dos sindicatos, só acompanhava. Aí, levou a mim e outros três lá pra casa dele. Naquela época Saracuruna era só mato, tinha pouca casa até. Tinha a estação. Depois eu peguei um ônibus que vinha de Mauá; Mauá foi a primeira estação ferroviária, e então tinha um ônibus que ia de Mauá a Petrópolis, nós embarcamos nesse ônibus, e de Petrópolis eu vim pra Juiz de Fora. Os outros seguiram outros caminhos: Recreio, Porto Novo, Além Paraíba. Aí, passado algum tempo, já estava tudo mais ou menos normalizado, do jeito que eles queriam; os militares. Então, começou a prisão, foi fácil pegar a gente, a gente já estava trabalhando, era só ir à

¹⁹ Cândido Aragão foi oficial general da Marinha do Brasil e quem ordenou que os ferroviários atravessassem o trem da Estrada de Ferro Leopoldina frente às tropas de Mourão.

²⁰ Cabo Anselmo foi Presidente da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil antes e durante o regime militar e entrou para a história como um dos personagens mais controversos da ditadura militar. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/brasil/2014-03-25/a-revolta-dos-marinheiros.html>>acesso em 04/01/2017

estação. E foi quando eu fui preso, que me quebraram os dentes. (trecho do depoimento de Edson Nogueira da Silva para a Comissão Municipal da Verdade)

Cabe agora percebermos como esse protagonismo é colocado na narrativa. A experiência com os conflitos da ditadura, ou seja, a fuga para outra cidade, o distanciamento dos companheiros que levantavam a mesma bandeira, a prisão e a violência com que essas prisões eram feitas desencadearam alguns traumas, um deles é a perda dos dentes do personagem em um ataque violento dos soldados. Esse episódio o marcou e caracteriza-se aqui “o eixo em torno do qual girava a dramaticidade da estória”. (Motta, p.175, 2013).

E, quando eu cheguei lá na estação, me prenderam; os policiais estavam lá, me prenderam, me algemaram. Eles acharam que eu estava andando devagar, me empurraram, com algemas, eu não tinha como proteger o rosto, eu bati com a boca no chão e quebrei os dentes. Tive que botar dentadura. Aí, eu reclamei com o Major Felix, José Felix, que foi presidindo o IPM naquela época, e me entregaram a ele, fui entregue a ele. E eu reclamei com ele: “Quebraram meus dentes. Boca sangrando”. “Mas você tá vivo, né?” “Estou”. “É, porque se tivesse morto era a mesma coisa para nós”. O cara falou assim. (trecho do depoimento de Edson Nogueira da Silva para a Comissão Municipal da Verdade)

Segundo Motta, quando a personagem está dentro da ação a análise nos permite entender o papel-temático dentro da narrativa. Os militares como vilões e os sindicalistas, especialmente os ferroviários, como heróis. Essas identificações nos permitem ainda perceber os sentidos e significados dentro do depoimento e a importância que o depoente dá a cada enquadramento.

Nesse trecho do depoimento, Edson relata detalhes da prisão, que ocorreu três meses depois do golpe. Aqui ele expõe a ida para Juiz de Fora, fala sobre Clodesmidt Riani²¹, que era um líder sindicalista da época, das condições do cárcere e do começo da perda de identidade após a prisão.

No dia seguinte nós viemos pra Juiz de Fora e eu fui preso, lá no RO, que era lá em Benfica e o Riani estava preso lá. Num xadrez desativado, que não tinha água nem no banheiro, nem água para beber, então ficamos presos lá. Tinha que pedir, ao corpo da guarda, água pra beber. E tinha um safado, o tal de Ferrugem, que eu pedi água a ele e ele trouxe. A gente tinha uma caneca de alumínio que eles deram pra gente, e ele trouxe a água na caneca, mas só que tinha um peixinho. Então, ele pegou essa água onde? No centro do quartel tinha um aquário, ele enfiou a caneca lá, água suja, o pessoal cuspiu tudo. Quando eu levei à boca, que eu comecei a beber, eu vi o peixinho, aí eu falei: “poxa, você pegou essa água lá no aquário, poxa rapaz, que isso!” ele falou: “mata a sede também”, e eu disse: “mas isso não tá certo não”. E eu tive um desarranjo intestinal e desidratei. Aí, eles me internaram na Santa Casa. Fui internado na Santa Casa com o nome de José de Tal, nem sobrenome me deram, só deram José. E puseram um guarda na porta do quarto da Santa

²¹ Foi um líder sindical e político mineiro, membro do PTB pré-64 e do PMDB que lutou contra a ditadura militar.

Casa, porque eu desidratei, passei mal do intestino. Fiquei lá uns quatro dias mais ou menos, e no quarto dia não tinha mais soldado nenhum, lá. Aí, a minha irmã foi levar cigarro pra mim, porque eu fumava naquela época e eu perguntei pra ela: “você não viu polícia aí não?” e ela: “não, não tem não”. Aí, eu falei: “então, vai a casa e pega roupa pra mim, que eu vou embora.” Não sei qual a intenção deles não, aí eu fui embora, fui embora e a minha família mudou pra São Lourenço da Mata. (trecho do depoimento de Edson Nogueira da Silva para a Comissão Municipal da Verdade)

Fazendo um paralelo com o roteirista Flávio Campos, citado por Motta (2013), no depoimento, assim como no roteiro, o dono da estória faz escolhas narrativas que o aproximem do público e sejam identificáveis para quem o escuta ou lê. Quando Edison coloca no centro da narrativa sua estória de vida mesclada com a história da ditadura militar, ele “libera os sujeitos de seus afazeres práticos para ativar efeitos catárticos de compaixão e temor que os relatos trágicos despertam.” (Motta, p.187, 2013).

[...] Então, eu fiquei com medo de pegar o ônibus aqui no Rio e fui pra Leopoldina, arranjei uma identidade falsa. Naquela época... O partido me arranjou essa identidade. Eu fui pegar o ônibus lá em Leopoldina, da São Geraldo, era Rio – Recife. Desci lá em Recife, fui pra São Lourenço da Mata. Ela tinha escrito pra mim [filha Christine], me deu o endereço... (trecho do depoimento de Edson Nogueira da Silva para a Comissão Municipal da Verdade)

Esses efeitos, segundo Motta, são a condição necessária para que o público se identifique como protagonista da história.

Já discutimos nessa dissertação lembrança e esquecimento. Cabe aqui um trecho da fala da filha do Edson, Christine, que acompanhou o depoimento do pai e auxiliou o narrador em momentos em que a memória falhava ou selecionava outros assuntos. É preciso deixar o leitor ciente de que existem pequenas ocasiões dentro deste depoimento em que Edson é amparado para seguir uma ordem cronológica na estória.

Filha de Edson: Deixa só eu falar um pouquinho. É que nessa época, quando a gente veio pra cá, tinha uma história assim... Eu era criança e ia pra escola e não podia dizer de quem que eu era filha, não podia dar o endereço. Tinha aquela coisa assim: “se alguém te encontrar na rua e te perguntar alguma coisa, você fala isso assim, assim...” Tinha todo aquele terror... (Christine em trecho do depoimento de Edson Nogueira da Silva para a Comissão Municipal da Verdade)

Da mesma forma, Christine também estava presente na entrevista feita para esta dissertação e participou em alguns momentos, auxiliando na narração de trechos que às vezes não eram lembrados por Edson.

Estratégias de produção de efeitos estéticos

Motta (2013) afirma que existe uma “infinidade de recursos utilizados na linguagem narrativa” (Motta, p.203, 2013) que possibilitam a intriga dentro das histórias. Esses recursos são as figuras de linguagem, os efeitos de sentido, a cronologia, a verossimilhança, metáforas, estratégias de indução, os dispositivos dramáticos, o suspense entre outros, que reforçam a marca da própria narrativa que já é por si só carregada de efeitos de sentido estéticos que vão causar no receptor afinidade ou não com a trama. “Esses efeitos catárticos suscitam estados de espírito diversos: surpresa, espanto, perplexidade, medo, compaixão, riso, deboche, ironia, etc.” (MOTTA,2013, p.203).

[...] Tem um que estava desaparecido, que foi até o Batistinha, mas ele foi pra Iriri, porque ele estava sendo muito ameaçado, aquela coisa e tal. Então, aconselharam ele, porque ele era capixaba, e ele foi morar em Iriri. Deixou a casa dele, que era entre Ramos e Penha... Hoje até tem o Complexo do Alemão ali, mas naquela época não tinha não. Deixou a filha, que era casada, morando na casa dele, mas depois ele teve que vir ao Rio, pra resolver um problema, e à noite... De madrugada, cedo, já de manhã, entraram duas pessoas na casa dele, e a pessoa já sabia dos hábitos da família, porque o genro dele foi à padaria buscar pão, deixou a porta da cozinha entreaberta, e sempre fizeram isso. Entraram dois caras lá, que já sabiam de tudo, e foi lá no quarto dele. Ele estava dormindo, com a mulher dele, chamada Dona Neuza, né? Chegaram e mataram ele, dormindo, e falaram pra dona Neuza: “não dá com a língua nos dentes não, que vai morrer todo mundo”. (trecho do depoimento de Edson Nogueira da Silva para a Comissão Municipal da Verdade)

Durante o depoimento de Edson, pudemos perceber esses efeitos de sentido. Nesse trecho, mais especificamente, o narrador volta a falar do “Batistinha”, mas desta vez contando como foi o dia da morte do líder sindical. O drama e o suspense prendem o receptor. Os detalhes trazem o realismo do fato narrado. A última frase transporta o leitor para dentro do contexto violento da ditadura e causa empatia com o depoimento. O ex-ferroviário descreve a cena da morte de um dos líderes sindicais, morto, não em um campo de batalha, mas dentro da própria casa enquanto dormia.

Precisamos destacar também a preocupação de Edson em detalhar o que lhe vem à memória, objetivando criar uma coesão narrativa mesmo tendo se passado cinquenta anos do golpe militar. Nas afirmações de Ricouer e Agambem, é cobrado da memória das vítimas sobreviventes que esclareçam os fatos como forma de fazer justiça àqueles que já não podem mais. Cabe ao narrador aqui “carregar sozinho a tarefa de tecer a intriga”. (MOTTA, 2013, p.205).

Dêiticos espaço-temporais

Esse conceito aplicado por Motta é justamente a precisão com que as datas e o tempo transcorrido, algumas com especificações, estão presentes dentro da narrativa. “Os dêiticos são particularmente importantes para observar a construção da referencialidade narrativa e compreender a relação comunicativa”. (MOTTA, 2013, p.202).

No depoimento de Edson, percebemos várias dessas referências sobre a greve de 1954, ainda no governo Getúlio Vargas. Há também citações dos dias em que os soldados começaram a prender os sindicalistas, o dia 31 de março de 1964, véspera do golpe e o próprio dia 1 de abril do mesmo ano. Essas são “igualmente estratégias de linguagem cujo objetivo é repassar uma ideia de vigor, veracidade”. (Motta, 2013, p.202).

Ainda se enquadra nessa perspectiva trabalharmos a “identificação sistemática” que dialoga com a questão da referencialidade quando os personagens usam dentro de suas narrativas nomes próprios ou de instituições para causar no receptor uma ideia de precisão e realidade.

Aí, eu voltei pro Rio, fui trabalhar no Rio. Então, começaram a acabar com as ferrovias, o Ramal de Friburgo, que ia pra Cantagalo, Cordeiro, né? Desativaram o Ramal de Friburgo, e eram três trilhos, porque era uma serra, subia muito, e esse trilho do meio, a sapata do freio pegava nele ali. Esse Ramal começava em Porto das Caixas, os trilhos foram todos empilhados em Porto das Caixas, fez aquele montão de trilho lá. Aí, foi feito... A via permanente deu aquele material como inservível; então, foi pro Departamento de Material, que fez a licitação pra venda dos trilhos, e quem ganhou a licitação foi uma forja lá do Rio Grande do Sul. Umas carretas vieram pegar os trilhos, lá em Praia Formosa. Porque eles faziam o seguinte... Aí, começou a roubalheira. (trecho do depoimento de Edson Nogueira da Silva para a Comissão Municipal da Verdade)

Nesse trecho Edson demonstra seu conhecimento sobre a ferrovia, desde que iniciou o trabalho na rede da Leopoldina, na cidade do Rio de Janeiro e começou a entender como eram os procedimentos dos ramais ferroviários. Isso tudo revela a intenção de Edson de causar no leitor uma aproximação com a realidade. “Os dêiticos assumem, portanto, um papel determinante e precisam necessariamente ser compreendidos como recursos ardilosos e estratégicos da coconstrução de sentido”. (Motta, 2013, p159)

Princípios éticos

Motta (2013) destaca a questão moral que está por trás das narrativas. Esse fundo moral ou razão ética é observado pelo autor como “o impulso cultural não apenas de narrar, mas de dar aos eventos um aspecto de narratividade”. (Motta, 2013, p.205). Ou seja, existem questões anteriores à própria narrativa que dão a ela um pano de fundo para avançar no verdadeiro conflito presente na estória narrada. Os aspectos ideológicos, mitológicos, os desejos e esperanças inspiram os relatos, principalmente aqueles que já aconteceram em determinada época. Apesar de terem importância, esses aspectos são manifestações que ficam na superfície narrativa de outros temas ainda mais profundos e latentes às narrativas. Para entendê-los, porém, é preciso conhecer tudo que cerca essa superfície para chegar às “ideologias de fundo”.

De acordo com Motta (2013), o fundo ético e moral está presente dentro de toda narrativa, seja ela fática ou fictícia. As histórias infantis e os contos de fada são exemplos dessa moral que vai sendo construída para cada personagem, seja para o bem ou para o mal. Dentro do jornalismo, os preceitos éticos também servem para ajudar na seleção do que é noticiado. São fatos que vão mostrar algum consenso cultural arraigado na sociedade em que seu desvio transgride as regras morais ou éticas.

Observa-se que o depoimento de Edson, assim como outros relatos de estórias fáticas, também é baseado nessas regras. Vimos durante a análise que vários aspectos inseridos na fala do narrador e já discutidos acima são cercados de uma “comoção simbólica” pautada pela luta contra um regime visto como ilegal e imoral desde o princípio pelos sindicalistas. Mesmo sabendo que a Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora não tem objetivo punitivo, Edson reivindica e enfatiza, mais uma vez, duas histórias, ao final de sua fala, que são, no ponto de vista do depoente, narrativas silenciadas e que as pessoas precisam saber.

Então, eu fazia questão de relatar esse fato, porque o Zé de Souza, inclusive, a família dele nem indenização recebeu. O Batistinha morreu dormindo, e o negócio não foi levado à denúncia, por medo de matar a família toda. A pessoa já estava no pós-ditadura. Não, ainda era ditadura. Mataram ele, e ficou por isso mesmo. Então eu quero dar ênfase a esse fato para a comissão da verdade, porque o Zé de Souza foi morto, ninguém sabe o que aconteceu. Sabem que foi o DOPS, né? Lá eles falaram que ele pulou da janela, que ele se suicidou. (trecho do depoimento de Edson Nogueira da Silva para a Comissão Municipal da Verdade)

Estudou-se neste capítulo o depoimento de Edson Nogueira da Silva cedido à Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora em 2014. Porém durante esta pesquisa sentiu-se a necessidade de voltar no personagem e conhecer o homem por trás do testemunho. Com a câmera e o gravador em mãos obteve-se outro depoimento. Acompanhado da filha Christine, Edson falou do período e compartilhou novamente suas memórias. Apesar de ser outro momento narrativo, alguns fatos foram recorrentes. Ressalta-se que as duas entrevistas estão dentro dessa dissertação uma como anexo e a outra como apêndice e que fazer história oral com o protagonista deste trabalho criou uma paixão pelas histórias de vida e o estudo das narrativas.

No próximo item, iremos mostrar a importância da Estrada de Ferro Leopoldina e a resistência do sindicato dos ferroviários no golpe de 1964.

5.2 A ESTRADA DE FERRO LEOPOLDINA – UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA

A atuação dos sindicalistas da rede ferroviária no golpe de 1964 faz parte da história da Estrada de Ferro Leopoldina (EFL). Esta pesquisa reúne aqui dados sobre seu surgimento e, sobretudo, a importância dos ferroviários na história do país, em movimentos de resistência ao longo das décadas.

A Estrada de Ferro Leopoldina foi construída em 1871 diante da necessidade das fazendas de café da Zona da Mata mineira de escoar a produção para as cidades do Espírito Santo e Rio de Janeiro. Além disso, era necessário maior agilidade para trazer de volta os produtos manufaturados e impulsionar a economia que caminhava a passos lentos na época.

O ponto de partida para a criação oficial da EFL situa-se em 10 de outubro de 1871, através da Lei no 1.826, da província de Minas Gerais que autorizava seu Presidente a conceder subvenção quilométrica (de 9.000\$000) ou a garantia de juros sobre o capital de 2.400:000\$000 à empresa que se organizasse para construir uma estrada de ferro entre Porto Novo do Cunha, na margem do Paraíba, onde existia um ramal da Estrada de Ferro D. Pedro II e a Cidade de Leopoldina. Através do Decreto 4.914, de 27/03/1872, oficializou-se a concessão e o privilégio de exploração durante 50 anos para a construção de uma estrada de ferro com bitola de 1,0 metro, partindo de Porto Novo do Cunha até Santa Rita de Meia Pataca (atualmente a cidade mineira de Cataguases), com ramal para a Cidade de Leopoldina. (PAULA, 2000, 87)

O objetivo dessa nova estrada de ferro era ligar algumas cidades importantes para a rota do café e para isso uma lei da então província de Minas Gerais foi autorizada pelo Governo Imperial com investimento inicial de nove mil contos de reis [moeda do século XIX no Brasil]. A companhia responsável pela concessão foi à companhia Leopoldina, dando o mesmo nome à nova linha.

O empreendimento deu certo, e a empresa incorporou alguns pequenos trechos e ampliou sua malha ferroviária. A EFL conseguiu uma extensão de 2.127,582 km graças à concessão de diversos trechos da linha férrea, principalmente em Minas onde chegou a ter 844,117 km.

No dia 08/10/1874 as três primeiras estações da Leopoldina foram abertas ao tráfego, nos quilômetros 3, 12 e 27, denominadas São José, Pântano e Volta Grande e, em julho de 1877, a linha atingia a meta inicial, passando por Santa Rita de Meia Pataca e parando em Leopoldina, que distava 120 km de Porto Novo. Em outubro de 1877 o governo concedeu à EFL preferência para a construção do prolongamento da via férrea de Cataguases até o vale do Jequitinhonha, inaugurando-se em 1880, a estação de São Geraldo e em 1885, o trecho até Teixeiras (na Zona da Mata mineira). (PAULA, 2000, 90)

A história da ferrovia em Juiz de Fora dialoga com a da EFL já que os comerciantes da cidade mineira também sentiam a necessidade de alavancar a produção e o desenvolvimento econômico da região. A ideia inicial das lideranças era construir uma linha ferroviária que ligasse Juiz de Fora ao Piauí que era vista como uma grande produtora agrícola da época.

No dia 22 de setembro de 1884, os testes com a nova linha férrea começaram e passava sobre a ponte do Rio Paraibuna a primeira locomotiva a vapor da Estrada de ferro Juiz de Fora-Piauí. Os trabalhos se estenderam durante todo aquele ano, mas um contratempo mudou os planos iniciais dos mineiros. Ao chegarem perto do Piauí, a linha deveria passar dentro das propriedades de um grande fazendeiro da região. Essa rota não foi autorizada pelo proprietário, o que obrigou a empresa a fazer um desvio que impossibilitou a chegada da linha à cidade. Mesmo assim a estrada foi inaugurada dois anos mais tarde com as estações Faria Lemos e Rio Novo. A estrada de Ferro Juiz de Fora-Piauí nunca chegou à cidade de Piauí, mas o nome permaneceu como uma homenagem ao Imperador Dom Pedro II.

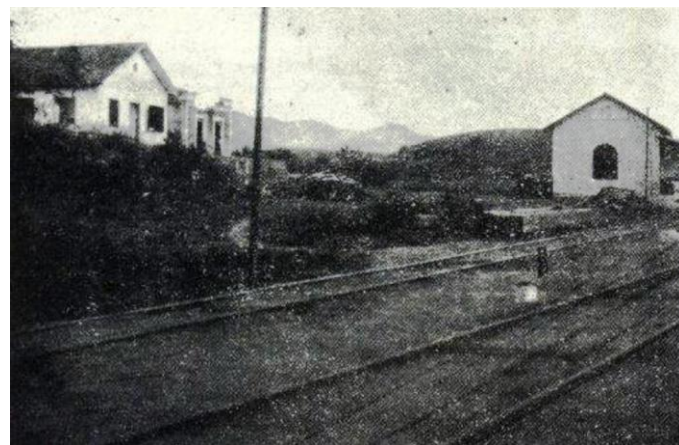
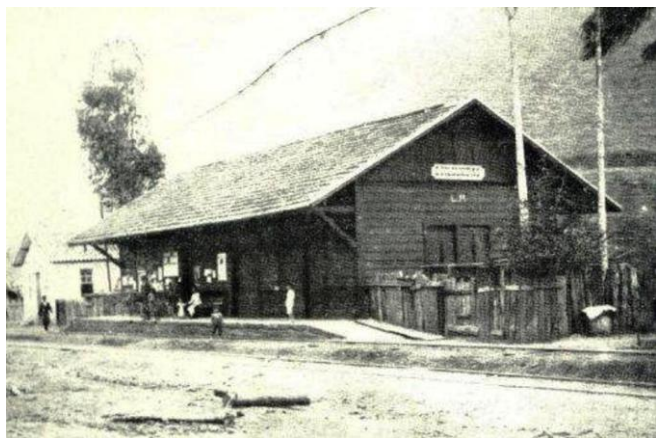


Figura 29: Cia. E. F. Juiz de Fora Piauí (1884-1888)

A partir desse momento começa a expansão das linhas pelas cidades do interior da zona da mata mineira. Em Rio Novo, foi aprovado um decreto que permitia a ligação da cidade com a Estrada de Ferro União Mineira em Furtado de Campos.

Ao perceber o potencial das cidades do interior de Minas, a EFL procura expandir suas linhas em direção à Zona da Mata. A primeira aquisição foi a Estrada de Ferro Rio Novo, mais tarde à Estrada de Ferro Juiz de Fora-Piau foi incorporada Leopoldina, que já havia sido comprada pelos ingleses e levava o nome de The Leopoldina Railway Company Limited.

Em agosto de 1887, a EFL começa a caminhar em direção ao Rio de Janeiro com a compra das linhas que ligavam a Ferrovia Cantagalo. Esse trecho conectava Porto de Caxias a Macaé. Nos anos seguintes a Leopoldina incorporou outras linhas localizadas na capital carioca e também no Espírito Santo.

O grande número de incorporações trouxe problemas financeiros para a Leopoldina. Além disso, com a crise de 1929 a 1936 (período da depressão mundial) os custos com material e salário dos funcionários já absorviam mais de 50% da renda bruta da empresa o que ocasionou baixa no orçamento da EFL que não conseguia crescer mais de 5% ao ano.

Durante e após a Segunda Guerra Mundial, novas dificuldades surgiram, fazendo com que os auxílios governamentais ficassem cada vez mais comuns. A partir de 1o de junho de 1945, os aumentos de salários passaram a ser custeados pelos recursos provenientes do aumento de tarifas concedido pela Portaria 378 (13/03/45) do Ministério da Viação. Em 1946, em virtude de uma greve geral dos trabalhadores, que reivindicavam melhorias salariais, foi decretada a intervenção federal na empresa, pelo Decreto-Lei 9.265-A, que durou de 18 de maio a 3 de outubro desse ano. Os trabalhadores ficaram sob controle direto das autoridades públicas. O texto do Decreto revela, ao mesmo tempo, os conflitos latentes com os trabalhadores e a importância da ferrovia. (PAULA, 2000, 103)

Por conta dos salários baixos e condições insalubres de trabalho, as greves começaram a ser constantes na Leopoldina e passaram a ser apoiadas por órgãos como o federação dos trabalhadores e a própria imprensa que recuaria anos depois julgando as greves como uma forma de ataque ao governo.

As reivindicações dos trabalhadores da Leopoldina já eram fortes na década de 30 quando realizaram a primeira greve após a constituição de 1934. O manifesto, que durou três dias, paralisou os trens e exigia um quadro de carreira.

Em maio de 1946, houve outra grande greve, com a intervenção do governo federal, colocando os trabalhadores da empresa sob o controle direto das autoridades públicas. Ainda nesse ano, o governo propôs a uma comissão formada por ingleses e brasileiros, a

remodelação da empresa, prevendo a injeção de capital. A comissão fora reconhecida pela direção da empresa, no entanto, não se mostrara interessada na compra de novos equipamentos. Calculava que mesmo recebendo um montante equivalente a 13 milhões de libras, não indenizaria convenientemente seus acionistas. (PAULA, 2000, 110)

Em 1948, outra greve foi deflagrada, dessa vez pedindo que a EFL virasse uma estatal. “Felizmente, para a direção da Leopoldina, o governo brasileiro também estava preocupado com a sua situação. Isso fez com que se iniciasse o processo de negociação para a sua compra”. (PAULA, 2000, p.110)

Pela Lei 1.288, de 20/12/1950 a Leopoldina Railway foi encampada. O Governo brasileiro pagou 10 milhões de libras esterlinas, de acordo com as cláusulas 2a e 3a do Contrato, pela Estrada de Ferro, com todo o seu material fixo e rodante, instalações auxiliares, bem como todas as propriedades imobiliárias da Companhia do Brasil, estranhas à via férrea. Combinou-se que o material do almoxarifado e dos armazéns de abastecimento seria pago pelo preço de custo. O Governo desobrigava a Empresa de ônus, cujos pagamentos só seriam devidos condicionalmente, conforme a cláusula 4, alíneas a e b.67 A implementação do acordo aguardaria, agora, a aprovação do Congresso Nacional, após o encaminhamento de uma Mensagem e Exposição de Motivos do Ministro da Viação, em 10/10/1949. Através de alguns trechos dessa Mensagem, podemos observar, dentre outras coisas, a total subserviência do Governo Brasileiro à direção da Leopoldina Railway. (PAULA, 2000, 116)

A encampação parecia uma saída razoável para a empresa, que estava cheia de dívidas, mas os sindicalistas entenderam que seus direitos trabalhistas haviam sido perdidos para os cofres de Londres. No entanto o sindicato não conseguiu reverter a situação.

Nos anos 50, a RFL já tinha expandido ao máximo suas linhas e tornou-se a ferrovia mais extensa do Brasil e cercava aproximadamente 80 mil quilômetros de área em todo país. Toda essa expansão surtiu efeito na urbanização das cidades, principalmente no Rio de Janeiro onde vários bairros foram construídos no entorno da linha férrea.

O tráfego suburbano produziu e moldou diversos bairros no Rio de Janeiro. A linha (hoje incorporada à Super Via, empresa privada) tinha a extensão do centro do Rio (Barão de Mauá) até a Penha, com 11,94 km e do centro até Duque de Caxias, com 19,176km, compreendendo as seguintes estações: Barão de Mauá, Triagem, Manguinhos, Bonsucesso, Ramos, Pedro Ernesto, Penha, Penha Circular, Braz de Pina, Cordovil, Lucas, Vigário Geral e Duque de Caxias. Em 1960, eram transportados, em média 80 mil passageiros, em 130 trens diários nos dois sentidos. (PAULA, 2000, 120)

De acordo com o desenvolvimento da EFL, crescia também o espaço dos sindicalistas da ferrovia perante a sociedade, principalmente nos anos de 1950 com o governo Getúlio Vargas e a situação financeira do país.



Figura 30: Jornal O Globo de 21 de abril de 1955



Figura 31: Jornal O Globo de 03 de setembro de 1958

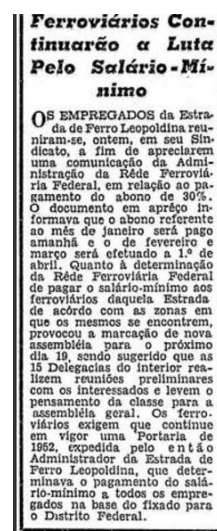


Figura 32: Jornal O Globo de 13 de março de 1959

Mais tarde, em 1964, o sindicato se torna um símbolo de luta contra a repressão da ditadura militar. Ao fim desta dissertação reservamos um espaço para contar essa história de resistência que veio à tona no depoimento de Edson Nogueira da Silva, um dos sindicalistas da Leopoldina, cujo depoimento é objeto de análise nesta pesquisa. Pretende-se consolidar aqui, a partir das memórias do ex-ferroviário e de pesquisa documental, como foi a repressão ao movimento dos sindicalistas, naquele dia primeiro de abril em que o trem atravessou o caminho da ditadura e atrasou por uns minutos a deflagração do golpe. Além disso, buscou-se nesta pesquisa identificar possíveis registros não só sobre a ação dos ferroviários, mas também sobre o destino de José de Souza, personagem revelado no testemunho de Edson a Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora.

5.3 – UM TREM NO CAMINHO DA DITADURA MILITAR

Durante o golpe militar, o meio sindical foi um dos setores mais atingidos pelo regime autoritário. Os sindicalistas faziam resistência política antes mesmo da intervenção militar. As paralisações e greves tinham o objetivo de pedir melhores condições de trabalho para os funcionários da estrada de ferro. O movimento tornou-se constante e estampava as capas dos jornais na década de 50 e 60. O jornal O Globo foi um dos periódicos que cobriram as intervenções sindicais deixando claro em suas manchetes a opinião contrária ao

movimento. A principal forma de reivindicação era, além de cruzarem os braços, a paralisação dos trens em locais estratégicos para que o protesto ganhasse força e atingisse o máximo de pessoas a fim de chamar a atenção para o sindicato.



Figura 33: Jornal O Globo de 20 de dezembro de 1960



Figura 34: Jornal O Globo de 28 de agosto de 1961

A capa do dia 26 de agosto de 1961, o jornal dá uma notícia afirmando que os sindicalistas querem a volta de Jânio Quadros. Em seguida os trabalhadores são colocados como articuladores comunistas no texto “Comunistas tentam uma paralisação geral nos transportes da Guanabara” (O GLOBO, 26 de agosto de 1961). Já em 31 de janeiro de 1962 os ferroviários, vistos como subversivos pela mídia, ganham uma manchete sob a acusação de participarem de movimentos comunistas como os que aconteceram em Cuba. Esse fato ocasionaria, apenas dois anos depois, as prisões dentro dos sindicatos feitas por militares tendo como respaldo justamente o rótulo colocado pela imprensa.



Figura 35: Jornal O Globo de 31 de janeiro de 1961



Figura 36: Jornal O Globo de 26 de agosto de 1961



Figura 37: Jornal O Globo de 2 de agosto de 1963

Na ditadura, o posicionamento dos ferroviários não seria diferente do que já ocorria anos antes: os sindicalistas faziam oposição à intervenção militar e travariam uma batalha frente à tentativa de instalação do golpe. Essa oposição de diversos sindicatos, além do da Leopoldina, ocasionou, já no dia 31 de março de 1964, algumas prisões de seus representantes que foram posteriormente torturados e perderam direitos de exercer suas profissões.

As prisões aconteciam sob a acusação de que os movimentos contra o golpe nada mais eram do que um disfarce dos “agitadores comunistas”. Na madrugada do 1º de abril de 1964, as sedes sindicalistas foram invadidas e os profissionais obrigados a cair na clandestinidade. “Os relatos são de cassação de direitos trabalhistas, aposentadorias compulsórias, afastamentos e mesmo desaparecimento de quem pudesse representar qualquer tipo de ameaça ao poder militar naquele momento”. (THOMÉ, 2015, in Memórias da repressão: relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora, 2015, p.162).

O sindicato era tão forte que articulou um plano contra a saída das tropas de Juiz de Fora em direção ao Rio de Janeiro no dia 1 de abril. O combinado era que as mensagens fossem codificadas e transmitidas via telégrafo direto para a estação de ferro “passavam pelo telégrafo da estação de ferro um rádio com os dizeres: Joana está muito mal. Isso é a véspera da greve. A Joana tá morta, quer dizer, a greve”. (Edson Nogueira da Silva em depoimento para esta pesquisa).

O comunicado partiu do Almirante Cândido Aragão. O telégrafo chegou às mãos de Edson, depoente analisado nesta pesquisa, que era o responsável pelas rotas que os trens faziam e mantinha contato direto com a casa de maquinas. Escrito no documento estava a ordem para atravessar o trem que ia sentido Rio de Janeiro no caminho das tropas do general Mourão Filho. Em depoimento Edson revela que atrasaram as tropas, pelo menos, em meia hora. O destino do maquinista José de Souza foi trágico. Preso pelos militares, ele foi levado ao DOPS e jogado do oitavo andar. Sua morte foi dada como suicídio tanto para os sindicalistas, como para seus familiares.

Lembro de tudo. Primeiro de abril de 1964 foi quando nós atravessamos o trem lá na Engenheiro Bicalho, que era via importante que ligava a Presidente Vargas ao cais do porto, passando pela Novo Rio Rodoviária e foi quando mataram o Zé de Souza. Jogaram ele do oitavo andar porque ele foi o maquinista. (Edson Nogueira da Silva em depoimento para esta pesquisa)

No documento abaixo, disponibilizado dentro do site “Brasil Nunca Mais”, está descrita a atividade do sindicato e de Walter Portilho, visto como líder dos sindicalistas e apontado pelos militares de ser comunista e fomentar as agitações sindicais que desencadeavam as greves feitas dentro da Leopoldina. Sobre o dia 1º de abril de 1964, o documento acusa Walter Portilho de chefiar os trabalhadores que invadiram as oficinas onde ficavam as locomotivas. Nesse dia o apito da locomotiva foi retirado, o que impossibilitava a chamada para o serviço do trem, a agulha do desvio da via férrea arrancada, o que bloqueava

a passagem na linha, e, além disso, removeram peças que eram importantes para o funcionamento das locomotivas.

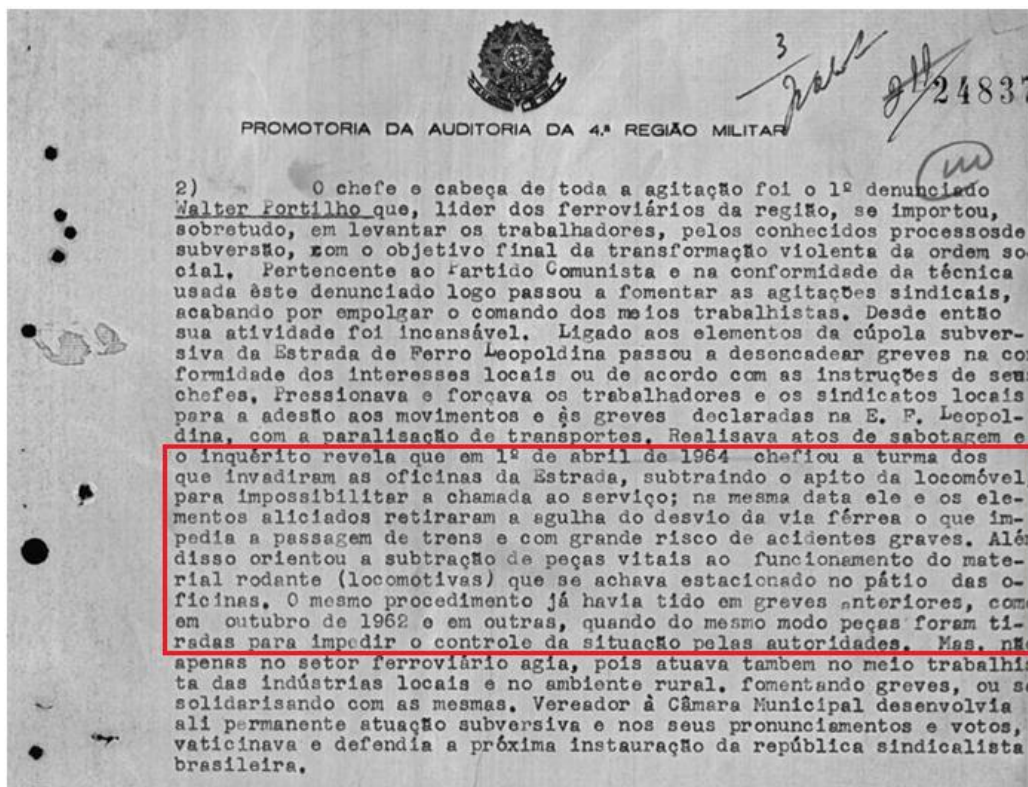


Figura 38: Documento da promotoria da auditoria da 4ª Região Militar disponível no site Brasil Nunca Mais

Em alguns documentos, em que estão contidos depoimentos que os militares obtiveram durante o regime, outra testemunha, Antero de Souza, descrito no documento abaixo como chefe das oficinas, conta como aconteceu a resistência dos ferroviários e cita os nomes de quem estava à frente da luta contra o golpe.

A testemunha Antero de Souza, Chefe das Oficinas, fls. 84, diz: " que no dia 2 do corrente (Abril), teve conhecimento por intermédio do Chefe da vigilância que uma comissão de empregados das oficinas, tendo à frente os representantes do Sindicato, senhores Walter Portilho e Antonio Martins Gonçalves, substituto eventual do sr. Walter Portilho, entrou no recinto das oficinas e retirou a agulha da chave que dá acesso à linha principal, o copo do apito da locomotiva, os fusíveis da locomotiva 2136, que se encontrava no patio das oficinas e a torneira da descarga do vidro do indicador da locomotiva de nº 194, também estacionada no patio das oficinas; que o depoente conhece os senhores Walter Portilho, Ulisses Incerti e Antonio Martins Gonçalves, podendo informar que são elementos agitadores, que estão à frente de todas as greves existentes".

Figura 39: Testemunho de Antero de Souza disponível no site Brasil Nunca Mais

Neste outro depoimento do Tenente Coronel do Exército, Adhilvo Paiva e Silva, fica clara a ação para coibir qualquer tipo de manifestação contra o golpe. No texto está descrita, entre outras coisas, a ação das Forças Armadas para prender os sindicalistas logo que ficaram sabendo que havia circulado um telegrama dando a ordem para que o trem parasse perante as tropas no dia 1º. Está citado também o nome de José de Souza e mais uma vez sua morte dentro do DOPs.

Os indiciados eram conduzidos à presença do depoente por escolta do DOPS, sendo certo que uns vinte por cento que foram soltos posteriormente não foram apresentados pelo DOPS; que o depoente pode informar que a escolta levava e trazia a esc, trazia os réus, sendo certo que alguns deles eram levados pelo depoente; que o depoente não notou nada de anormal nos réus que vinham do DOPs, não observando sivicias ou maus tratos; que o depoente ouviu dizer através dos réus que havia morrido no DOPs um tal José de Souza, que teria sido ferroviário, que os depoentes, após ouvir os interrogados, os liberava pelo seu IPM, motivo pelo qual muitos foram postos logo em liberdade. (Trecho do depoimento do Tenente Coronel do Exército, Adhilvo Paiva e Silva. In: Brasil Nunca Mais)

Não existiu notícia sobre o sumiço de José de Souza. Sua morte foi cercada pela imposição da ditadura que arranjava argumentos para silenciar as morte, colocando a culpa nas próprias vítimas. José de Souza permaneceu desconhecido até o outro lado de sua história ser revelada por Edson à Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora.

Levaram o Zé de Souza lá para o DOPS, que era próximo à praça Tiradentes e eu sei que ele foi atirado lá do oitavo andar. Foi assassinado. Era o maquinista que movimentou o trem para impedir a passagem do Mourão Filho com as tropas dele. (Edson Nogueira da Silva e depoimento para esta pesquisa)

Outro documento encontrado foi o da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, Instituto de Estudo da Violência do Estado - IEVE Grupo Tortura Nunca Mais - RJ e PE dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964. Aqui encontra-se descrito exatamente o dia da prisão e da morte de José de Souza, além da versão dada pelo laudo do IML confirmando o suicídio.

JOSÉ DE SOUZA

Mecânico e ferroviário, era membro do Sindicato dos Ferroviários do Rio de Janeiro.

Preso no dia 8 de abril de 1964, para averiguações sobre suas atividades no Sindicato. No dia 17 de abril, às 5:00 horas, após intensos interrogatórios, foi divulgada nota oficial, onde dizia que José havia se suicidado, atirando-se pela janela do 3º andar do prédio da Polícia Central do Rio de Janeiro.

O corpo de José entrou no IML no mesmo dia de sua morte, com a Guia nº 30, da 5ª D.P. com a seguinte informação: “atirou-se da janela da sala do Serviço de Atividades Anti-Democráticas do DOPS.” (sic)

A necrópsia foi feita pelos Drs. Vicente Fernandes Lopes e Elias Freitas que confirmaram a versão de suicídio, com esmagamento do crânio. Seu corpo foi retirado por seu primo, Edson Campos, sendo enterrado pela família, em 18 de abril de 1964.

Figura 40: documento da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, Instituto de Estudo da Violência do Estado - IEVE Grupo Tortura Nunca Mais - RJ e PE dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964

Esse outro documento, talvez o único confiável, deixa claro que José de Souza foi assassinado logo que os militares o retiram o trem e o levaram para o Dops do Rio de Janeiro. Sua morte, dada como suicídio, nunca foi esclarecida para a família. Sem filhos e sem esposa, Edson conta que José de Souza já tinha o pai falecido e uma mãe que morava no interior.

[...] o pai já tinha morrido, a mãe coitada. Eles moravam na roça, depois vieram para Juiz de Fora, mas eu não consegui localizar eles aqui em Juiz de Fora. Então, não aconteceu nada. O cara foi assassinado e não houve indenização nem coisa nenhuma. Para todos os efeitos ele suicidou. Assim que eles faziam. E eu falei, eu não vou suicidar, eu vou embora. (Edson Nogueira da Silva em depoimento para esta pesquisa)

No dia 26 de maio, o Serviço de Relações Públicas do III Exército, sediada em Porto Alegre, dava uma nota oficial, tentando justificar o assassinato do passageiro de um táxi, o comerciário Alexandre Brandão, morto pelo sentinela de uma unidade militar daquela cidade.

Os militares alegavam nessa nota que "é universalmente consagrado o direito do sentinela usar sua arma no cumprimento do dever". (O direito à vida de um homem inocente parece, a nós, inimigos da ditadura, um direito, este sim, universal).

Segundo o motorista do táxi, sr. Agenor de Matos Guimarães o sentinela teria disparado quando o táxi era manobrado diante da barreira para dar volta, tendo o tiro atingido o veículo pela frente e o projétil ferido o comerciário depois de atravessar o para-brisa. O motorista teria ouvido o sentinela lamentar-se: "Como foi acontecer isso? Eu atirei para cima." A versão dada pelos militares é a de que o táxi teria ultrapassado a barreira, por imprudência do motorista e que o disparo teria atingido o veículo por trás, a 40 centímetros do solo. Num ou noutro caso, o que não se explica é como um tiro disparado para o ar ou para o solo teria atingido o comerciário Alexandre Brandão.

Nisso tudo, porém, uma coisa é novamente demonstrada: o clima de terror implantado pela ditadura, além de produzir a torto e a direito vítimas inocentes, atingiu já as próprias fileiras do aparelho repressivo policial-militar, que frequentemente não consegue conter o nervosismo e o medo que o dominam. Este crime não pode ser tributado à imperícia do sentinela e, assim, reduzido a um fato isolado. Ele é mais um produto da máquina de terror montada pela ditadura dos exploradores.

Sebastião Santos, camponês do Estado do Rio, preso juntamente com o sargento Severiano Vianna Côlon (assassinado), foi também assassinado em consequência das torturas a que foi submetido, morrendo no cárcere.

Edson Luiz - morto na Guanabara em 28/3/68, numa invasão do Restaurante Calabouço.

José Guimarães - morto pelo CCC, órgão político de direita, orientado pelo exército, em São Paulo no mês de setembro de 1968.

João Roberto - estudante universitário e vice-presidente da União dos Estudantes da Paraíba. Foi encontrado morto, após ter sido barbaramente torturado pelo DOPS, num rio, com o corpo todo esfaqueado.

Sra. Martha - operária, depois de um aborto feito pelos policiais, morreu na semana seguinte.

Bernardino Saraiva - sargento, morto no Rio Grande do Sul.

Carlos Schirner - comerciante, morto em Minas Gerais.

Fernando de Araújo Ferreira - morto em São Paulo.

José de Souza - ferroviário, morto na Guanabara.

Luís Cláudio - estudante, morto na Guanabara.

Nilton - ferroviário, morto em São Paulo.

Pedro Domienne - funcionário público, morto na Bahia.

Pedro Inácio - camponês, morto na Paraíba.

Manoel Alves de Oliveira - sargento, morto no Rio de Janeiro.

Eliseu Melo - operário, morto pelas torturas em São Paulo.

-ooooo-

CHAEI
CHARLES
SCHREIER



Figura 41: Documento do site Brasil Nunca Mais

Durante esta pesquisa, achou-se necessário buscar detalhes sobre o dia em que o trem atravessou o caminho da ditadura militar. Foi uma busca por um fato inédito contido no depoimento de Edson e que é, sem dúvida, uma parte de muitas outras histórias que ainda permanecem silenciadas.

Buscamos revelar o acontecimento por meio de um trabalho de investigação cheio de percalços em sua trajetória. A história desta vez não estava dada. As peças foram sendo montadas a cada documento encontrado e também por parentes daqueles que não existem mais. A falta de registros sobre o José de Souza, sobre o episódio do dia 31 de março de 1964, sobre a estrada de Ferro Leopoldina e até mesmo sobre o nosso personagem, o Edson, que teve os documentos destruídos durante a ditadura criou uma atmosfera desafiadora nesta dissertação. Sem dúvida não se tinha a intenção de provar a veracidade ou não da estória contada por Edson. Pelo contrário, seu depoimento mostrou os rumos que esta dissertação seguiria ao percebermos em sua narrativa rastros de memória de um momento de extrema violência, de mortes silenciadas, e também o relato de um fato ainda desconhecido pelo país. A intenção foi afinal mostrar que ainda existem histórias sobre a ditadura vindas de pessoas comuns e que trazem consigo registros de memória importantíssimos sobre 1964 e que nunca estiveram presentes nos livros de história, nos romances ou jornais. A Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora foi o primeiro passo para que a cidade enxergue sua participação no golpe assim como o restante do país. Defende-se nessa pesquisa a importância da memória, da história, da narrativa, da quebra de silenciamento, mas acima de tudo das resistências.

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas sobre o golpe de 1964 que vêm à tona 50 anos depois dos anos de chumbo chegam carregadas de significados. Em Juiz de Fora, ressignificar esse período implica entender como era a época, o período e a atmosfera em que vivia a população. Essas memórias por sua vez vêm alicerçadas pela lembrança e pelo esquecimento após cinco décadas em que permaneceram silenciadas. É preciso entender que essa narrativa de rememoração é mais complexa visto os vários fatores que influenciam a memória, principalmente quando essa é traumática.

Buscar essas memórias, como pudemos perceber, não é um trabalho fácil para as comissões e muito menos para seus depoentes. Cada volta ao passado significa viver novamente fatos que, naturalmente a memória os ajuda a esquecer. Neste sentido, as comissões da verdade se tornaram imprescindíveis nesse trabalho de investigar as violações de direitos humanos que aconteceram no país. Mesmo sem a intenção de punição, só o fato de trazer à tona histórias contadas pela primeira vez, somente cinquenta anos depois, já cumpre seu papel de quebra de silenciamento, aproxima os mundos, revela realidades tão distintas e provoca mudanças.

Observou-se que os silenciamentos sobre as mortes e prisões eram uma prática estimulada pela ditadura. Os meios de comunicação e parte da sociedade que legitimaram a ação dos militares viram o país ser vítima de um golpe que instaurou o silêncio e fez com que a sociedade fosse guiada pelo medo. Anos depois muitos sobreviventes ainda guardam suas versões dos anos de chumbo, momentos ainda desconhecidos pelo Brasil, como o do trem que atravessou à frente das tropas no dia da deflagração do golpe.

Observamos, a partir do arcabouço teórico e da análise presente nesta dissertação, que o depoimento como narrativa, a partir da memória, testemunho e da história oral, torna possível a ressignificação do passado e alimenta outras possibilidades narrativas dentro de um determinado contexto.

Para entendermos como o trabalho da CMV-JF ressignifica esse momento ditatorial, foi necessário ir a fundo nas teorias que se debruçam sobre a ressignificação do passado e o testemunho para entendermos as complexidades que recaem sobre as vítimas sobreviventes do golpe ou de qualquer momento traumático. É sobre esse indizível que Walter Benjamim fala ao escrever que os soldados voltavam mudos do campo de batalha. Um sentimento que não poderia ser traduzido em palavras, mas que era presente na memória.

Na narrativa de Edson, sobre a resistência do sindicato dos ferroviários da Estrada de Ferro Leopoldina, entendemos, seguindo os conceitos de Luiz Gonzaga Motta, que a ressignificação de uma narrativa vem carregada da experiência vivida pelo personagem naquele momento histórico. Sua biografia e identidade pessoal se misturam às diversas histórias que estão dentro do depoimento. Assim, percebe-se que todos os acontecimentos, principalmente do 1º de abril, vão sendo costurados por uma visão muito particular do narrador, que se insere na narrativa de forma a torná-lo um dos protagonistas da história.

Conclui-se que a ligação de Edson com a ferrovia cerca sua própria história nos anos de chumbo. A resistência vem aliada a um conceito muito próprio de quem trabalhava na rede. É a visão de um sindicalista sobre os militares. Existem nessa narrativa vários pontos, já abordados na análise, que demonstram a necessidade do narrador de se aproximar do que considera realidade e se apropriar da narrativa.

Entendemos também que é necessário um olhar diferenciado e analítico quando se trabalha com a análise de uma narrativa, principalmente quando já se passaram muitos anos do fato ocorrido. Nenhuma narrativa é ingênua e oferece leituras plurais e variados pontos de vista. Na história oral de Edson Nogueira da Silva, levamos em consideração a própria leitura que a personagem faz do golpe militar. Suas lembranças, seus receios, sua visão e o lugar em que se coloca diante da narrativa.

Por fim, gostaríamos de ressaltar o ineditismo dessa dissertação. Os meios de comunicação não apuraram a história do trem que atravessou as tropas militares em 1964 e esse fato permaneceu desconhecido até o depoimento de Edson para a CMV-JF o qual também é único já que apenas o ex-ferroviário cita o episódio. Mesmo com a revelação de resistência feita naquele primeiro de abril o fato permaneceu sem a atenção merecida pelos meios de comunicação, principalmente os de Juiz de Fora. Esse trabalho dedicou-se a mostrar a história por trás da história. Trata-se aqui de uma ressignificação das narrativas sobre esse período, marcado por violações dos direitos humanos em depoimentos que descrevem, sob diversos aspectos, as interrupções que os depoentes tiveram em suas vidas e os recomeços que construíram posteriormente.

REFERÊNCIAS

A COMISSÃO DA VERDADE NO BRASIL: por quê? O que é? O que temos de fazer?. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/> <acesso em: 03/10/2015

AGAMBEM. Giorgio. **O que resta de Auschwitz.** São Paulo: Boitempo, 2008

ALBERTI, V. **História oral: a experiência do CPDOC.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

AMORIM. Célia Regina Trindade Chagas. **Oralidade e riso na primeira página do Jornal Pessoal: Um recorte cultural da Amazônia.** 2002. 134 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica, São Paulo, 2002.

BAGGIO, Roberta Camineiro. **Marcas da Memória: a atuação da Comissão de Anistia no campo das políticas públicas de transição no Brasil.** São Leopoldo: Ciências Sociais Unisinos, 2012. Vol. 48, n. 2 (mai.-ago., 2012), p.111-118. Disponível em: . Acesso em: 06/06/2016.

BERGER, Christa. **Proliferação da memória: a questão do reavivamento do passado na imprensa.** São Paulo, Intercom, 2005.

BIBLIOTECA DIGITAL UFMG: Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/VGRO6YEGE4/tese_de_jos_marcello_salles_giffoni.pdf?sequence=1> acesso em 10/12/2016

BLASENHEIM. Peter L. **As ferrovias de Minas Gerais no século dezanove.** Cambridge University Press, Journal officie: institute of Latim American Studies, 1994.

BRASIL NUNCA MAIS: Disponível em:< <http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>> Acesso em 25/10/2015

CASADEI, Eliza Bachega. **Jornalismo e Ressignificação do Passado: Os fatos históricos nas notícias de hoje.** 1.ed.- Curitiba: Appris. 2012.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE – RELATÓRIO – volume I – dezembro de 2014

_____ volume II - textos temáticos - dezembro de 2014
_____ volume III- mortos e desaparecidos políticos - dezembro de
2014

COMUNIDADE DA COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE DE JUIZ DE FORA.
Disponível em <https://www.facebook.com/comissaoverdade?ref=ts&fref=ts>. Acesso em 25 ago. 2014.

Correio da Manhã: Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/artigos/correio-da-manha/>. Acesso em 05 dez 2015.

Diário Mercantil: Acervo da Comissão Municipal da Verdade. Disponível em: <https://www.dropbox.com/home/Mat%C3%A9rias%20de%20Jornais>. Acesso em: 08 dez 2015.

DUARTE, Jorge, (org). **Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público** – 2. Ed. /2009.

FICO, Carlos. **O golpe de 1964**. 1.ed – Rio de Janeiro: Editora FGV. 2014.

FRÓES, Hemílcio. **Véspera do primeiro de abril**. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

GAGNEBIN. Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Editora 34 LTDA, 2006.

GASPARI, Elio. **A ditadura Envergonhada**. São Paulo. Companhia das letras. 2002.

GINZBURG. Jaime. **Escritas da Tortura**. Disponível em: http://lacua.au.dk/fileadmin/www.lacua.au.dk/publications/3_di__logos_latinoamericanos/6to_rtura-ginzburg.pdf. Acesso em 26/11/2016

GUGGISBERG. Sonia. **Testemunho e memória: a fragilidade da potência documental**. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/docorpo/article/view/2915/1705>. Acesso em: 25/11/2016

HALBWACHS. Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Revista dos tribunais LTDA, 1990.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória – arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

_____. **Culturas do passado-presente**. 1 ed.- Rio de Janeiro: Contraponto Editora Ltda.

_____. **Resistências a memória: os usos e abusos do esquecimento público**. São Paulo, Intercom, 2005.

Comissão Municipal da Verdade. **Memórias da repressão: relatório da Comissão Municipal da Verdade**. Juiz de Fora, MAMM, 2016.

KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda: jornalistas e censores do AI-5 à constituição de 1988**. São Paulo, Boitempo, 2014.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Editora Unicamp. 1988. 1.ed. – São Paulo: Boitempo. 2012.

MACHADO, Juremir da Silva. **1964 Golpe midiático-civil-militar**. Porto Alegre/RS, Meridional Ltda, 2014.

MATTOS, O. **A cidade e o tempo: algumas reflexões sobre a função social das lembranças**. In: *Espaço e Debate*, n.7.

Maurício resgatando o passado: Disponível em <http://mauricioresgatandoopassado.blogspot.com.br/2016/02/ferrovias-0-fotos.html> acesso em 10/12/2016>

_____ <http://mauricioresgatandoopassado.blogspot.com.br/search/label/Interven%C3%A7%C3%A3o%20Militar>< acesso em 10/12/2016>

_____ <http://www.ferrovias.com.br/portal/memoria-ferroviaria-2/>

_____ <http://mauricioresgatandoopassado.blogspot.com.br/search/label/Trens%20e%20Ferrovias>< acesso em 10/12/2016>

MEDINA, Jorge L.B. **Gêneros jornalísticos: repensando a questão**. Revista Symposium, Ano 5, n 1, janeiro-junho. 2001

MEDINA, Cremilda. **Entrevista: um diálogo possível**. São Paulo: Ática, 2002.

MEMÓRIAS DA REPRESSÃO: Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora. Juiz de Fora: MAMM, 2015.

MEMÓRIA VIVA. **O PASQUIM**. Disponível em <http://memoriaviva.tumblr.com/>.

MUSSE, Christina Ferraz. **Imprensa, Cultura e Imaginário Urbano**. Juiz de Fora: Funalfa, 2008. Acesso 25.01.2016

MUSSE, KEARA, ARANTES, XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da comunicação. Disponível em <http://pesquisafacomufjf.files.wordpress.com/2013/05/telejornalismo-e-memc3b3ria-narrando-a-cidade-pelas-histc3b3rias-de-vida-musse-christina-ferraz-keara-raruza-arantes-haydc3aae-santana.pdf>. Acesso em 30 dez.2015.

MUSSE e SALLES. Christina Ferraz. Helena da Motta. **Trajetória da Comissão**. In: Memórias da repressão: relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora

NORA, Pierre. **Memória: da liberdade à tirania** Disponível em: <<http://www.celat.ulaval.ca/histoire.memoire/histoire/cape2/nora.htm>>. Acesso em: 08set. 2015.

O Dia. A revolta dos Marinheiros. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/brasil/2014-03-25/a-revolta-dos-marinheiros.html>< acesso em: 01/01/2017

O GLOBO. Acervo digital. Disponível em< <http://acervo.oglobo.globo.com/>> Acesso em: 08/01/2017

ORLANDI, Eni P. **As formas de silêncio: no movimento dos sentidos**. São Paulo: Unicamp, 2007.

PAULA, Dilma Andrade de. **Fim da Linha: A extinção de ramais da Estrada de Ferro Leopoldina, 1955-1974**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2000.

PEREIRA, ASSIS, ANTONIOLI. **Desafios do jornalismo: novas demandas e formação profissional**. Curitiba: Appris. 2014.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Traduzido por Dora Rocha Flaksman. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf> Acesso em 25 ago. 2014.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo Guimarães. **Dicionário de comunicação.2**. Edição. São Paulo: Ática, 1995.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2008

SANGLARD, TRISTÃO. Marise, Fernanda. **Relatos da ditadura: memórias divulgadas pela imprensa brasileira a partir dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade**. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/19846924.2014v11n1p51/27175>

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva** – São Paulo: Companhia das letras. 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **A história como trauma**. In: NESTROVSKI, Arthur & _____ . Márcio, orgs. **Catástrofe e representação**. São Paulo: Escuta, 2000
_____. Márcio. **Narrar o trauma- A questão dos testemunhos de catástrofes históricas**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pc/v20n1/05.pdf>. Acesso em 28/11/2016

STARLING. Heloisa Maria Murgel. **Silêncios da ditadura**. Disponível em: www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/download/17393/13255. Acesso em 28/11/2016

THOMÉ, REIS, VALADARES. Cláudia, Marco Aurélio, Marcela. **De general a ativistas das letras- o cronismo de Cosette de Alencar nos primeiros anos de ditadura**. XIII Encontro Regional de Comunicação. Juiz de Fora. 2015.

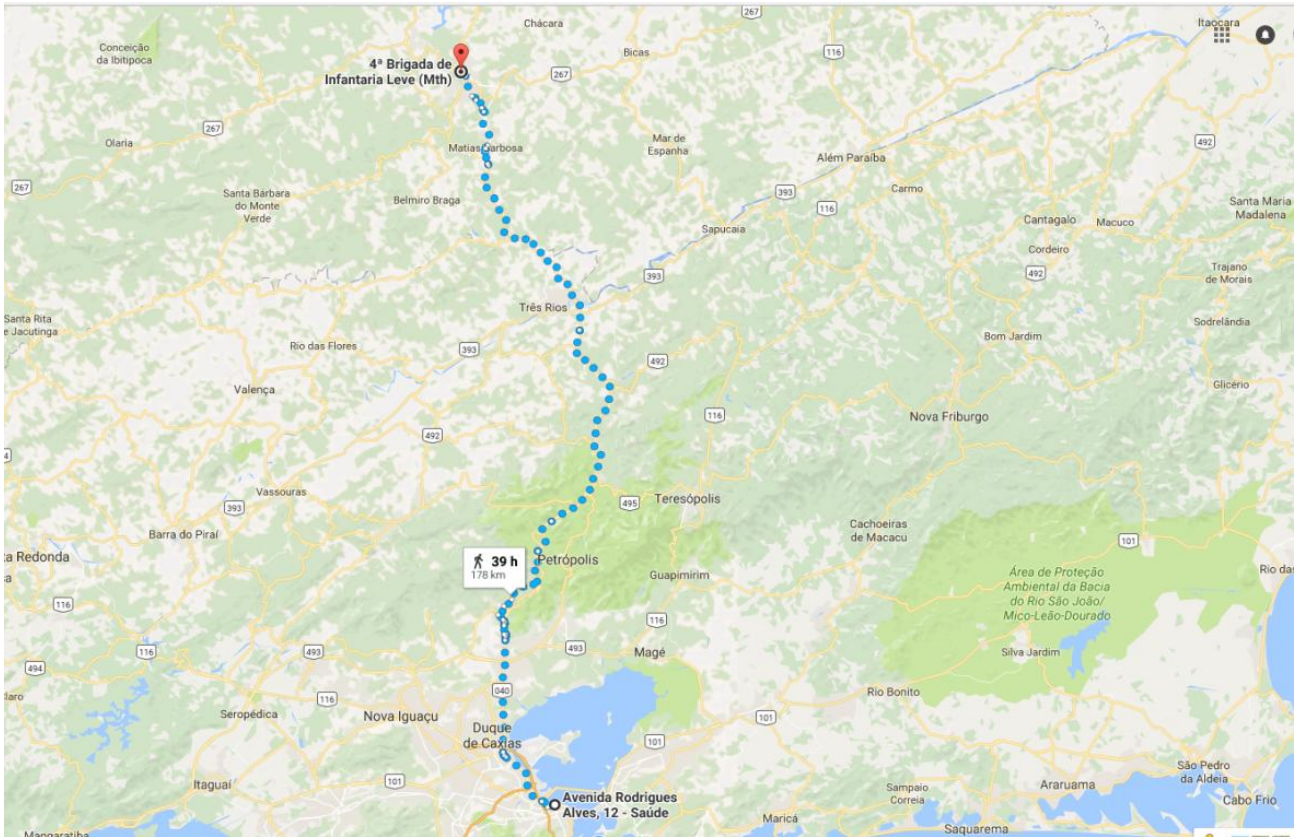
THOMÉ. Cláudia de Albuquerque. **Sindicalistas na mira do regime autoritário**. In: Memórias da repressão: relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora

THOMPSON, Paul. **A voz do passado – história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMSON, Alistair. **Recompondo a memória: questões entre a relação entre a História Oral e as memórias.** Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/11216/8224>. Acesso em 26/11/2016> | acesso em 05/11/2016>

Ultima Hora: Arquivo Público do estado de são Paulo. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/>. Acesso em: 03 dez 2015

APÊNDICE A - Rota do General Mourão ao sair de Juiz de Fora e encontrar o trem da Estação de Ferro Leopoldina na Rua Engenheiro Bicalho na cidade do Rio de Janeiro



APÊNDICE B - Entrevista Edson Nogueira da Silva Para esta pesquisa concedida em 04/09/2015

Edson: Assassinaram ele. Então, ele era a pessoa mais importante para a gente, na época. Era o Batista, Demístocles Batista. Mas, não foi aproveitado. No livro não consta, no livro da punição que foi distribuído. Inclusive, eu sou anistiado político. Aquele processo, auditoria da quarta região militar é muito grande porque são muitos fatos que surgiram na época. Então, a OAB aproveitou só o negócio do Zé de Souza. Acho que vou falar sobre o Batista. Foi assassinado, dormindo.

(Filha interrompe): Pois é, mas o Batista é mais pra frente, na década de 80 . Então, meu pai faz uma militância desde 1953. Então, de 53 até 1964, que foi quando aconteceu o golpe aconteceram outros episódios de repressão. (filha)

Edson: Na época do Getúlio Vargas, o chefe de polícia dele era um tal de Filinto Miller, que era um nazista declarado e fizeram muita covardia, inclusive com a esposa de Luiz Carlos Prestes.

Glória: O interessante é a gente mostrar o que não foi relatado ainda. Seu Edson, eu vou pedir para o senhor se apresentar, falar seu nome completo, a sua profissão hoje e a sua profissão na época, em 1964 - (Hoje eu sou aposentado) - o local e a data do nascimento do Senhor.

Edson: Edson Nogueira da Silva, nascido em 28 de março de 1932, na cidade de Rio Novo. Num povoado que, inclusive, a Estação lá era muito importante – Furtado de Campos. Então, tinha um trem que saía de Juiz de Fora ia para Furtado de Campos e voltava. Tinha outro trem que vinha de São Geraldo a Juiz de Fora e voltava. Eu sou filho de ferroviário, meus avós foram ferroviários e eu queria ser ferroviário. Fui ferroviário na rede ferroviária Leopoldina. Eu tinha um tio que era telegrafista e ele cismou que eu tinha que ser telegrafista. Então, aos treze anos eu já era telegrafista. Só que eu não era empregado da rede. Só fui ser empregado da rede depois que eu servi o exército. Quando eu dei baixa entrei para a Leopoldina como telegrafista. Devido à falta de vaga aqui no interior, me mandaram para o Rio. Perguntaram se eu aceitava. Eu respondi, eu quero trabalhar, não posso ficar escolhendo. Fui trabalhar no Rio de Janeiro, na estação de Cordovil como telegrafista. Isso foi em 1953. Em 1954 houve uma greve no tempo de Getúlio Vargas. Essa greve foi porque nós não ganhávamos nem um salário mínimo. Salário mínimo naquela época era 800 reais. O Getúlio passou para 1.200,00, mas nós ferroviários fomos excluídos desse aumento. Aí houve uma greve, naquela época. Eu não tinha nenhum ano de casa, mas participei da greve também. Então eu já era grevista.

Glória: E esse histórico do senhor como militante, como é que começou? Começou nessa época da greve?

Edson: Começou. Aí eu já fiquei conhecendo Antônio dos Santos, que era o presidente anterior do sindicato. Depois, em 1954, nós elegemos outra diretoria. Então naquela época disseram que eu não tinha nem um ano de casa e já era grevista. Já está fazendo greve? Pra ganhar 800 reais? O salário mínimo é 1.200,00. Eu vou ficar ganhando 800 reais aqui? Não, então eu vou procurar outra empresa que me dê um emprego de 1.200,00 reais que é o salário mínimo. Não tem problema nenhum. A única coisa que podem fazer comigo é me demitir. Mas, não me demitiram. E aí foi desenrolando. Isso foi em 1954. Depois Getúlio suicidou e a partir daí houve uma porção de transferente. Eu fui transferido para Cataguases. O Batista, que era o nosso presidente foi transferido para São Geraldo, o Aroeira que era um dos diretores do sindicato foi transferido para Macaé. Então fizeram uma limpeza geral. Mas, não demitiram não, certo?

Glória: E nesses anos pré-Golpe Militar como foi? O que o senhor lembra dessa época?

Edson: Eu me lembro de tudo. O pré-militar é o seguinte. O nosso sindicato era muito forte. Foi feito assim, ferroviário, aeroviário e marítimo. Deram o nome até de PUA – Pacto de União e Ação – e depois teve um congresso lá em Pernambuco, na cidade de Jaboatão. Jaboatão era conhecido pela Moscouzinha Brasileira, porque tinha comunista pra dedéu lá. Tinha muito comunista. Eu também entrei nessa. O prefeito de Jaboatão era do partido comunista. Então, houve lá um congresso, naquela época, que os ferroviários participaram, inclusive eu participei também. Então, o nosso sindicato era muito forte. Todo mundo aqui desse sindicato foram de avião e ninguém pagou não. Naquela época o nosso sindicato era muito importante. Ajudava a decidir muita coisa sobre o negócio da reforma agrária, das ligas camponesas. O Brasil estava, vamos dizer assim, saindo do período que só quem tinha terra que mandava. Fazendeiros. Então naquela época já começou a surgir os movimentos nacionalistas, socialistas e o estava no auge.

Glória: Isso tudo, antes do golpe, né?

Edson: Antes do golpe. Isso foi em 1963. Então quando terminou aquilo lá, nós saímos mais fortalecidos ainda e aquilo começou a preocupar muito as pessoas que vieram a dar o golpe futuramente. Mourão Filho. Para os militares o Brasil estava comunista. Tanto é que quando eu fui julgado na quarta auditoria militar de Juiz de Fora – eu e os outros mais – a gente era

acusado, naquela época, de receber dinheiro, vamos dizer – da Rússia, da União Soviética. A gente era acusado disso, mas sem provas, sem nada. Tanto é que, na época, eu fui julgado. O partido, chamado de Partidão, mandou o Antônio Modesto da Silveira, que era um advogado, para nos defender em Juiz de Fora, na quarta auditoria. Nós fomos absolvidos porque eles exageraram tanto nas acusações que depois não tinha como provar coisa nenhuma.

Glória: Mas essa acusação já foi de 64 pra frente, né?

Edson: De 64 pra frente, pelos militares. Aí, nós já estávamos na Ditadura Militar.

Glória: Essa acusação era uma tentativa de acabar com o sindicato, com algum movimento de vocês?

Edson: O sindicato acabou na Ditadura Militar. Houve intervenção em todos os sindicatos, muitas prisões. O nosso presidente que era o Demístocles Batista teve que se exilar no Uruguai, depois esteve no Chile. Depois, com a derrota do Allende, que era o presidente do Chile – que foi o primeiro socialista ganhado pelo voto – foi assassinado pelo Pinochet, que comandou a política do Chile por muito tempo. Mataram muita gente, morreu muita gente no Chile. Porque o Chile naquela época era pró-nazista. Hitler, inclusive mandava soldados militares lá pro Chile pra treinar o povo Chileno. Os soldados chilenos foram treinados pelos nazistas naquela época. Então, eles estavam com tudo. E as perseguições em cima, prisão e você embarcava num automóvel ia passar numa barreira, todo mundo tinha que apresentar identidade. Então minha família foi para Recife – Pernambuco, minha esposa e minha sogra eram de lá – e eu fui morar nesse lugar lá que chama São Lourenço da Mata, que hoje tem até um estádio Municipal lá. Estádio da copa do mundo foi lá. Mas eu fiquei impedido de ir porque na hora do embarque eles iam me pedir documento e como que eu ia fazer? Eu estava sendo cassado naquela época. Tinha ordem de prisão contra mim. Então, o partidão resolveu e fizeram umas identidades falsas e eu fui pegar o ônibus da empresa São Geraldo – me lembro até hoje – lá em Leopoldina. Eu não fui ao Rio. Então me aconselharam: Vai para Leopoldina e lá você pega o ônibus. Mas aí já fui com identidade falsa e fiquei lá em Pernambuco com identidade falsa. Depois que eu voltei.

Glória: Quantos anos que o senhor ficou lá?

Edson: Ficou até 80. Lá em Pernambuco? Não, depois eu vim para Espírito Santo pra cidade de Domingos Martins arranjei um trabalho lá e fiquei. E a família também. Nós viemos de Recife e fomos morar no Espírito Santo. A Cristina tinha 11 anos nessa época, né Cristina

(Filha)? Tinha um pouco mais. Foi em 1977, aí nós moramos no Espírito Santo algum tempo. E ela participou de tudo (a filha).

Glória: Eu queria que o senhor me contasse do Primeiro de Abril de 1964. O que o senhor se lembra desse dia?

Edson: Lembro de tudo. Primeiro de abril de 1964 foi quando nós atravessamos o trem lá na Engenheiro Bicalho, que era via importante que ligava a Presidente Vargas ao cais do porto, passando pela Novo Rio Rodoviária e foi quando mataram o Zé de Souza. Jogaram ele do oitavo andar porque ele foi o maquinista.

Glória: Aí eu queria que o senhor contasse nesse dia. Vocês saíram para trabalhar normalmente? Como que foi esse dia?

Edson: Não, nós já estávamos em greve. Porque quando o Mourão Filho chegou com a tropa dele de Juiz de Fora, aqui já estava tudo resolvido. O Castelo Branco já era presidente da República e os generais, aquela turma toda. Naquela época tinha o Geisel, Mourão Filho e outros mais. Então o negócio estava pegando mesmo pra valer. Quem pôde escapar escapou. Eu fui outro que saí fora e me mandei e todos os outros também. Batista foi para o Uruguai, que era o presidente do Sindicato e ficou lá algum tempo e depois voltou. Então, no dia primeiro de abril, foi quando as tropas do Mourão Filho chegaram no Rio de Janeiro, ele não pôde passar porque o trem estava atravessado. Aquilo foi um Deus nos acuda, vamos dizer assim. Aí prenderam o maquinista que era o Zé de Souza. Levaram o Zé de Souza lá para o DOPS, que era próximo à praça Tiradentes e eu sei que ele foi atirado lá do oitavo andar. Foi assassinado. Era o maquinista que movimentou o trem para impedir a passagem do Mourão Filho com as tropas dele.

Glória: Sr. Edson, como que foi esse comando? Veio de alguém, de algum lugar? Estava combinado atravessar o trem quando ele fosse passar? Como que aconteceu?

Edson: Não estava combinado não. Nós tínhamos naquela época o Cândido Aragão, que era Almirante. Ele comandava os fuzileiros navais. Ele mandou uma pessoa lá para que atravessasse o trem na linha e eu era encarregado naquela época. Porque isso já tinha acontecido uma época - na renúncia de Jânio Quadros já houve um problema desses - que o trem foi atravessar lá também para impedir a movimentação. Ao atravessar o trem na rua, o Mourão Filho não conseguiu passar com a tropa dele. Mas ele saiu e foi conferenciar com o Castelo Branco, com o Geisel, Costa e Silva, essa turma de general. Então falaram, vamos

fazer o seguinte: Quem vai tirar o trem? Não tinha maquinista para tirar o trem porque já tinham levado o Zé de Souza. A esta altura ele já estava morto na DOPS. Então não tinha maquinista para movimentar o trem e naquela época quem podia fazer saiu fora também. Não esperou por nada não. A essa altura eu e outros já tínhamos caído fora. Fomos para lá em Saracuruna, depois conseguimos passar para Petrópolis, subindo uma estrada de paralelepípedo que tem lá. Saracuruna era roça. Fomos pra lá no dia primeiro mesmo. A gente se mandou porque a cana estava dura né? Esperar o quê né? Fomos para Petrópolis e depois para Juiz de Fora. Viemos para Juiz de Fora porque eu morava aqui. Não conseguiram pegar a gente não. A verdade foi essa, porque se pegasse eu acho que não estaria contando história mais não. Porque eles estavam a fim de matar mesmo. Tanto é que quando eu fui preso, que já tinha passado um tempo, muito tempo. Eu fui demitido em 1972. Eu fui preso a mando do Major José Félix (a filha diz que foi em 1976). E os policiais que prenderam na época, me algemaram. Como eles acharam que eu tinha que andar muito depressa, me empurraram. Eu fiquei indefeso porque estava com as mãos pra trás. Algemado. Aí bati com a boca no chão, sangrou, perdi três dentes. Quando me entregaram ao major Félix eu reclamei ao major o que fizeram comigo. Eu com a boca toda sangrando ainda. Aí ele falou assim, mas você tá vivo né? Também se estivesse morto para nós era a mesma coisa. Falou assim comigo. Tanto é que no meu depoimento tem isso aí também. Mas quando a gente depois foi responder na quarta auditoria em Juiz de Fora – tem um lugar que chama praça do canhão? Logo atrás assim é a auditoria – então era uns vinte e tantos. Naquela época meu irmão era vivo e também era ferroviário, foi preso e respondeu também. Naquela época, os advogados aqui em Juiz de Fora não estavam nem querendo defender os subversivos, porque a gente era subversivo, financiado por potência estrangeira. Então, o partidão mandou o Antônio Modesto da Silveira lá do Rio para vir defender a gente aqui. Tanto é que no dia do negócio da verdade, ele esteve aí. Tenho até uma fotografia com ele. Então, a gente foi absolvido por que as denúncias eram tão...

Glória: Mas quando chegaram para prender o senhor o que eles falaram? Não falaram nada? Chegavam e prendiam, como que era?

Edson: Primeiro me entregaram ao Major. O Major falou... (filha interrompe) – Edson Nogueira da Silva, brasileiro com 32 anos, filho de Manoel Silva. E aqui, as acusações pelos fatos delituosos seguintes: Como elementos ligados ao comando geral dos trabalhadores, órgão ilegal, subversivo, que recebeu ajuda e subsídio de nação estrangeira de organização estrangeira e de caráter internacional, inclusive por confissão de seu presidente que era o

Riani. Ligados ao partido Comunista do Brasil, os aqui denunciados, de modo ativo, deliberado e consciente. Mediante ajuda estrangeira de caráter internacional para submeter os estados unidos do Brasil à comunização escúria e alienígena de caráter internacional, para tanto, dentro da trama subversiva para a tomada do poder sob o comando direto de Evert Maranhão Rodrigues e de Erval Aroeira, no âmbito ferroviário nacional. Os denunciados executaram sua parte de elaboração da guerra psicológica, armaram o sindicato dos ferroviários da estrada de ferro Leopoldina, os vários pontos de deslocamento do leito da estrada em várias cidades constituindo e mantendo milícia organizada do tipo militar. Caracterizaram que as estações estavam armadas e que tinham munido todo mundo lá de armas pela finalidade combativa e subordinação hierárquica. Assim, desde os dias anteriores à revolução de 31 de março de 1964, em expansão ao plano nacional de subversão de guerra psicológica que tomou conta do país e se estendeu pelos sindicatos citadinos e do campo após as ordens pessoais de Erval Aroeira e do comando geral de Evert Maranhão Rodrigues. Os denunciados se equiparam de armas, armazenaram-nas e ficaram prontos para entrar em ação armada. Um dos exemplos de constituição de milícia do tipo militar com subordinação hierárquica eram os rádios passados por um ou outro dos cabeças citados. Quando desejavam a greve geral de paralisação de obstaculação das forças armadas ou de ensaio revolucionário subversivo passavam pelo telégrafo da estação de ferro um rádio com os dizeres: Joana está muito mal.

Edson: Isso é a véspera da greve. Depois da greve ela morreu. A Joana tá morta, quer dizer, a greve. – filha interrompe – A Joana está muito mal era o sinal de alerta aos ferroviários. O sinal de preparação para a greve ou para a luta. Quando vinha o sinal de ação direta, o rádio dizia, Joana faleceu hoje às sete e trinta.

Edson retoma: Quer dizer, a greve começou às sete e trinta.

Filha continua: Nessa hora que a Joana faleceu, o sistema ferroviário estava paralisado. Do processamento emerge todos os sistemas de comunicação da parte subversiva que cabia aos denunciados. No dia da revolução de 31 de março de 1964, após o rádio que Joana falecera, ao longo da estrada de ferro, os denunciados chefiaram os assaltos e tomadas de propriedades do estado, o saque e a depredação, dando início à contrarrevolução e armados tomaram as estradas, o controle das estações, algumas estradas de rodagem me volta de suas cidades, prontos para obstaculizar qualquer movimento das forças militares de Minas Gerais.

Edson: Mas aí houve um exagero nisso aí porque muita coisa não aconteceu não. Isso é eles falando, né? Isso é eles denunciando, não é isso?

Filha: Isso é a denúncia. Exemplo cabal foi o de Bicas, onde os denunciados daquela cidade onde Erval Aroeira estava pessoalmente presente e deu as ordens de armarem-se e esperar a hora da tomada de poder, onde a executaram com risco de vida para as crianças e outros civis. Tudo executado pelos denunciados, funcionários de uma estrada de ferro nacional e de interesse estratégico militar, pondo em desenvolvimento uma das forças mais nefastas da guerra psicológica, a comunicação do homem do campo, formando um formidável exército para a implantação pela doutrinação marxista lenista de uma doutrina incondizente com a formação de nossa nacionalidade. Tudo se acha suficientemente apurado como se vê nos inclusos e PMS, pelo que é oferecido o presente, a fim de ser os denunciados punidos como de justiça. Isto posto pede espera a essa promotoria militar que se digne vossa excelência recebida e autuada esta ordenar a citação dos acusados para se verem processar e julgar sob pena de revelia, procedendo-se a inquirição de testemunhas e aos demais atos até o final. Então, isso aqui era uma denúncia grande, mas, como o pai fala, não foi pra frente por que era uma coisa... Edson interrompe – Era tanta mentira que ninguém acreditava. Filha retoma – Essa coisa das armas. Existia sim essa comunhão de pessoas dos sindicatos que eram fortes, mas essa coisa das armas não.

Edson: Isso não existia não. Inclusive, na véspera do golpe militar, no automóvel clube do Rio de Janeiro, o João Goulart deu uma palestra lá para os sargentos das forças armadas. Tanto é que quando o Mourão Filho veio, ele não trouxe nenhum sargento com ele. Os sargentos forma alijados disso aí por causa da reunião que teve com João Goulart lá no automóvel clube. (não consegui entender bem esta palavra alijados. Acho que é avisados).

Então, o Mourão Filho quando veio só pegou oficiais e cabos, sargentos não. Sargento, ele não trouxe um com ele, com medo da sargentada porque os sargentos estavam batendo palmas para João Goulart.

Glória: Parte dos militares era contra o golpe e a favor do Jango?

Edson: É, mas não tinham as armas, que eram os sargentos. Naquela época, os sargentos tiveram a reunião com o João Goulart e, como se diz, jurou fidelidade a ele. Tanto é que o Mourão Filho não quis saber deles não. Não, vocês ficam aí no quartel, guardando o quartel. Vocês não vão com a gente não. O exército não era unânime nessa situação. Inclusive a

marinha, que o Cândido Aragão que era o almirante e comandante dos fuzileiros navais. Ele que mandou botar o trem na linha, atravessar o trem. Mandou lá, uma pessoa de confiança dele e nós mandamos, obedecendo a ordem dele. Atravessamos o trem lá e o Mourão Filho veio e não conseguiu passar. Aí mandaram o Mourão Filho levar a tropa lá para o Maracanã e ficaram acantonados lá. E disseram para o Mourão Filho, você já fez a sua parte, o resto agora é conosco aqui. Ele não participou de nada do Mourão Filho. Inclusive quando eles retornaram a Juiz de Fora, não foi ele mais. Foi outro General que levou as tropas para Juiz de Fora porque eles não confiavam nele. Você vê isso tudo aí que eles falaram sobre nós, não existia nada.

Glória: Aí depois, quando o senhor chegou lá levaram o senhor para o General, no dia dessa prisão? Então o senhor não foi preso.

Edson: Eu não fui preso não. Nem eu, nem os outros. Nós fugimos. Nós debandamos. Agora, depois que formalizaram o inquérito, que afastou aquele negócio de morte, a gente compareceu e houve prisões sim. No meu caso, quando eu reclamei ao Major Félix o que eles fizeram comigo, com a boca cheia de sangue e já faltando três dentes, ele disse tá bom você está vivo né? Mas se tivesse morto para nós era a mesma coisa.

Filha interrompe: O pai tem uma coisa que é interessante. Depois que a gente ficou sabendo, numa outra entrevista que o senhor deu, que quando o pessoal do Mourão (esses cabos e soldados que foram para o Rio e ficaram no maracanã), eles não sabem por que ficaram lá. Eles não ficaram sabendo por que ficaram lá.

Edson: Por que eles não participaram das decisões do comando militar.

Filha: E aí teve um repórter da Tribuna que entrevistou o pai e falou isso. Aí o pai falou: Agora que eu estou entendendo o sentido da coisa. Eu já entrevistei um pracinha da época e ele não soube dizer por que ficaram no Maracanã. Então, é uma coisa sem noção mesmo. De um comando que foi feito e era uma doutrinação.

Edson: Para o comando militar, Mourão Filho não era confiável. Ele exagerava um pouco nas coisas. Então até se falava naquela época que o negócio de um plano Coer, que era do Mourão Filho. Fez um livro, um livreto e consta um negócio do plano Coer que era tomada do poder aqui no Brasil. Por que aqui no Brasil, naquela época, os Estados Unidos eles puseram a sétima tropa lá no alto mar. Se fosse necessário que eles interviam com a sétima tropa super armada e para ajudar por que eles não acreditavam muito que iriam ter sucesso aqui dentro. A

revolta militar pró João Goulart. Naquela época, o Brizola, por exemplo, no Rio Grande do Sul, tinha lá um general – Machado Lopes – que apoiava. Tanto é que o terceiro exército eram aliados de João Goulart. Mas, ficaram lá, não vieram. E o Mourão Filho não era confiável. Por isso que ele não participou de mais nada. Ele chegou aqui, colocaram a tropa dentro do Maracanã e acho que deram a passagem para ele: vai embora. Ele não participou de mais nada. O negócio ficou entregue para Giesel, Castelo Branco, Costa e Silva, Figueiredo. Esse era o comando militar. Eles se entendiam, mas o Mourão Filho ficou de fora. Não participou de nada disso.

Filha: Voltando um pouquinho antes do golpe de 64, já tinha todo esse movimento antes dessa militância dos sindicatos que gerou - (Edson: alguns setores das forças armadas também) – e essa coisa da greve existia mesmo e o pai participou sim. Fez parte de um comando de quando eles não queriam deixar o João Goulart assumir. - (Edson: isso já foi na renúncia de Jânio Quadros) – em 61 (filha).

Edson: Ele renunciou. Então o João Goulart era vice-presidente da República, naquela época. Estava lá na China – assuntos de interesse nacionais - e não deixaram o João Goulart voltar. Eles pegaram o Jânio Quadros e botaram ele num quartel e ele ficou lá. O Brizola, naquela época, comandava o Rio Grande do Sul, era o governador do Rio Grande do Sul. E o general Machado Lopes comandava as tropas lá. Então aí o bicho ia pegar mesmo por que o terceiro exército compreendia entre Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná estavam ao lado de João Goulart e de Brizola. Para não correr sangue, acho que eles ficaram foi com medo. Aí, conclusão. Então a gente faz o seguinte, a gente deixa o João Goulart tomar posse, mas como parlamentarismo. Então, o Brasil passou a ser um país parlamentarista e o João Goulart Presidente, mas quem mandava era o primeiro ministro na época, que era o Tancredo Neves. Depois que saiu Tancredo entrou o Brochado da Rocha.

Filha: Mas aí o senhor contou da greve lá de Furtado de Campos, do ramal de Juiz de Fora?

Edson: Naquela época, o ramal de Juiz de Fora nunca fazia greve. Na hora de receber o aumento que a greve proporcionava, eles recebiam, mas eles não participavam de greve. O trem continuava de Furtado de Campos, do ramal de Juiz de Fora e ia e voltava tranquilamente. Naquela época eu fui escalado. Eu e meu irmão para obrigar o pessoal aqui a fazer greve também.

Glória: Eu vou pedir para o senhor contar depois que o senhor foi preso. Fugiu? A família do senhor foi exilada? Eu queria que o senhor contasse dessa parte para frente.

Edson: Quando eu fui lá para Recife.

Glória: Então, o senhor foi depois da prisão?

Edson: Foi depois. Foi depois de julgado, inclusive, na quarta região militar. Mas aí eles recorreram - a junta militar - e não concordaram que a gente tinha sido absolvido. Aí deu um alerta para eles: sai fora por que eles vão prender vocês outra vez.

Glória: Mas na época, o senhor morava no Rio?

Edson: Eu morava em Juiz de Fora e trabalhava no Rio.

Filha: mas teve uma época. Logo depois de 64, o senhor estava morando no Rio. Então, o senhor continuou com a militância, com as reuniões e com um monte de coisas lá. E nessa época, houve uma perseguição forte do senhor, que o senhor era transferido de estação. Eles não deixavam o senhor fixar numa estação.

Edson: Aí trabalhava pouco tempo numa estação e mandavam para outra. Eu trabalhei em 35 estações que você não tinha a menor possibilidade de trabalhar. Não tinha instalação sanitária, água potável, não tinha nada, luz elétrica. Uma meia dúzia não tinha luz elétrica.

Glória: Isso durante o processo? E nisso o processo estava rolando?

Edson: Rolando. Então a própria rede ferroviária tomou e aí já puseram intervenção da rede ferroviária. E a gente ia para uma estação, trabalhava lá uns tempos e ia para outra.

Filha: Sempre que tinha uma pior mandavam ele. Mandavam para uma estação muito ruim que não dava condições de voltar em casa. Era muito distante, não tinha condições de vir dormir em casa.

Edson: Nem visitar semanalmente, não podia. Não tinha condição para isso.

Filha: Então isso foi uma perseguição que aconteceu.

Edson: Perseguição branca né. Manda pra aqui, manda para ali, para ver se esse cara some. Acho que a intenção deles era essa. Às vezes ele enjoa disso aqui e vai procurar outra coisa e acabou acontecendo mesmo.

Glória: O senhor saiu como foi? O senhor foi demitido?

Edson: Eu fui demitido em 1972. Foi quando fui para Recife.

Filha: Mas teve esse período de ser transferido e de acontecer algumas reuniões lá em casa também. Lá em Caxias.

Edson: Eu fui morar em Caxias e lá juntou a turma outra vez e reunia lá em casa. E dava o nome de aparelho. Morava no Bairro 25 de agosto. Aí não tinha muito medo não.

Glória: Essas reuniões eram com outros ferroviários e sindicalistas?

Edson: Era o que fazer. Como lutar contra isso. A gente não via perspectiva nenhuma. A maioria tinha medo também. Quem tem, tem medo.

Filha: E essas pessoas que frequentavam essa reunião, todo mundo era do sindicato e todo mundo era - ideologicamente de esquerda (Edson) – porque nessa época não podia.

Edson: Ideologicamente a gente era socialista, partido de esquerda e até hoje eu sou de esquerda. Isso eles não conseguiram tirar da minha cabeça não.

Glória: Depois dessa passagem do senhor por Caxias o que aconteceu?

Edson: Aí eu fui demitido em 72. A barra pesou outra vez e foi quando a família foi na frente para Pernambuco e eu não pude ir por que você ia embarcar tinha sempre um cara da DOPS, pedindo identidade. Então eu não podia aparecer. Aí com o partido Comunista do Brasil eu consegui uma identidade falsa, mas me aconselharam a pegar o ônibus lá em Leopoldina. Lá era menos fiscalizado. Interior né? Viajei para Recife, embarcando em Leopoldina. A família já estava lá e ficamos um tempo lá.

Filha: Essa época já foi uma época que o senhor já não estava mais em atividade e se distanciou de todo mundo também. O Pai ficou isolado e não tinha mais contato.

Glória: Foram quantos anos lá?

Filha: Foram mais ou menos uns 5 anos.

Edson: Cinco ou seis anos. Eu fiquei lá pegando uns biscates.

Filha: Esse período morando em Caxias eu era criança e era um período muito denso e tinha muito medo.

Edson: A reação era muito forte e você não podia externar sua opinião para qualquer um. Tinha hora que você ouvia certas coisas e tinha que ficar calado.

Filha: E aí tem coisas que eu avalio que foram importantes do golpe. Por exemplo, a família do José de Souza eram pessoas do interior, da roça. Era um casal de filhos e a família não questionou.

Edson: O pai dele chamava Cristiano de Souza. O pai dele já tinha falecido.

Filha: Então a mãe dele não questionou nada. Inclusive ele não era anistiado.

Edson: Ele foi assassinado e não teve indenização

Filha: Não teve nada por que a família não questionou por ser pessoal da roça. Esse período pós isso, que continua nesse movimento muito escondido que fazia essas reuniões lá em casa. Tem outra passagem lá no Rio que foi a denúncia da carga extra. Aquela carga pesada pela metade.

Edson: Foi a roubalheira. Tá pior que esses caras da lava jato. Mas só que, naquela época ninguém podia falar nada. Roubaram o que quiseram e nada aconteceu. Essa época eu trabalhava em Praia Formosa. Quando arrancaram os trilhos acabaram com as estradas de ferro. Antigamente usava fazer isso. Acaba com as estradas de ferro que acaba com os comunistas. O primeiro ramal a ficar sem os trilhos do trem foi Nova Friburgo e os trilhos vieram todos para Porto das Caixas para depois tomar um fim qualquer. Aí a ladroagem imperou ali. General de pijama, engenheiro. Eram 11 plataformas, vagões abertos. Eles colocavam meia lotação iam para Niterói. Niterói tinha balança. Pesavam aquela meia lotação e vinham embora para a Praia Formosa. Mas antes eles paravam em Porto das Caixas, onde estavam aquele monte de trilhos, completavam as caixas. O vagão pegava 42 toneladas, mas constava que foram só 21, vamos supor. Essas outras 21 era roubo. Eram 11 vagões com 21 toneladas a mais que não constava. Numa dessas que o vagão chegou em praia Formosa tinha um tal de Rangel que era o balanceiro. Ele perguntou, o que eu faço com isso. Se eu fosse você, eu fazia processo disso porque isso é uma roubalheira sem vergonha. Mas, você faz o que você quiser por que eu não vou interferir no seu trabalho. Eu faria diferente, mas você sabe o que vai fazer. Então, ele denunciou a roubalheira.

Filha: Mandou pesar tudo de novo. Passou na balança tudo de novo.

Edson: Mas aí essa balança era uma balança particular na cidade de Lima, perto de São Cristóvão. Santo Cristo que chama lá. Eu era encarregado chefe da estação Foi eu que processei tudo. Eu sei que foi um pega pra capá danado. Foi em 1972. O Rangel que era o encarregado da balança apareceu morto depois, por que matavam mesmo como se fosse um acidente de automóvel, atropelamento. Ele apareceu morto no cais do porto. Outro, que era um tal de João Alfredo, do departamento material – que também ficou enrolado nesse negócio – apareceu morto em Queimados, atropelado. Tinha um outro que era do serviço de segurança e também apareceu atropelado. Tinha um camarada lá, um tal de Bueno, que falou olha só, você é a bola da vez. Que eu iria aparecer morto também. Foi quando eu tirei férias. Fui na chefia e falei vocês me dão umas férias por que eu estou com um problema de doença na família. Tirei as férias e não voltei mais ao trabalho. Depois eu fui demitido.

Glória: Essas mortes que o senhor falou, a do maquinista, por exemplo, e as outras mortes. Eles matavam, mas forjavam para dar alguma satisfação né?

Edson: É, eles falam que o Zé de Souza suicidou né? Dizem que ele pulou da janela. Eu duvido.

Glória: Quando aconteceu esse falso suicídio, com o que essas notícias chegavam para vocês no sindicato e na ferrovia? Chegava para vocês que ele tinha suicidado? Como que era?

Edson: Disseram que ele suicidou, né?

Filha: Não chegava notícia assim não. Ficava-se sabendo.

Edson: Não chegava não. A gente ficava sabendo através da imprensa e aí falavam qualquer coisa.

Glória: Mas aí para vocês, pra família, esse tipo de informação não chegava?

Edson: Não. A gente ouvia através da imprensa. A imprensa noticiava e para todos os efeitos o Zé de Souza suicidou, pulou da janela. Eu que conhecia muito o Zé de Souza, falei que ele nunca iria fazer uma coisa dessa.

Filha: Se a família procurasse tinha essa motivação: foi suicídio.

Edson: Mas a família, o pai já tinha morrido, a mãe coitada. Eles moravam na roça, depois vieram para Juiz de Fora, mas eu não consegui localizar eles aqui em Juiz de Fora. Então, não aconteceu nada. O cara foi assassinado e não houve indenização nem coisa nenhuma. Para

todos os efeitos ele suicidou. Assim que eles faziam. E eu falei, eu não vou suicidar, eu vou embora.

Filha: O pai pediu férias. E depois disso não podia voltar. Era uma coisa que não era pra voltar.

Edson: Se eu voltasse eles iriam me matar também e falar que eu fui atropelado por que eu passei a ser cabeça do negócio da denúncia. Foi quando a gente foi parar lá em Pernambuco.

Filha: Agora, esse tempo todo foi uma vida de militância, de ter os companheiros, de se reunir.

Edson: Mas aí a gente não tinha condições de nenhuma reação por que os homens estavam bravos mesmo. A fim de matar mesmo.

Glória: Quando o senhor voltou, depois desses cinco anos, já estava na época da abertura política ou não?

Edson: Você fala quando eu voltei de Recife? Eu vim para o Espírito Santo e fui trabalhar lá. Ficamos lá uns cinco ou seis anos, até que os homens entregassem o poder. Foi quando nós viemos para Juiz de Fora que já tinha acabado, vamos dizer assim.

Glória: Quando vocês voltaram para Juiz de Fora já tinha terminado?

Filha: A coisa já estava caminhando para a anistia.

Edson: Já estava encaminhando para a anistia, o Figueiredo já maneirou um pouco, o Geisel antes do Figueiredo também. Aí já estavam matando mais ninguém. Foi quando eu voltei para Juiz de Fora.

Filha: Antes um pouco disso, que o senhor fala que tudo o que o senhor tinha de papel, por volta da década de 70, o senhor teve que jogar fora, né?

Edson: Sim. Queimei, enterrei livros.

Glória: Mas isso tudo por medo, né?

Edson: Claro. Quem não tem medo. Você vê seu companheiro morrendo assim, depois falam que foi acidentado, o carro passou por cima, foi atropelado. Você não vai ter nem como

encontrar o culpado. Aí eu vim morar em Juiz de Fora novamente e entrei para a construção civil. Fui ser pedreiro, depois mestre de obra. 20 anos eu fiquei nessa...

Filha: E naquela época não tinha essa facilidade que existe hoje. Hoje a gente encontra qualquer pessoa pela internet, né? Isso não existia. Tinha uns lugares, por exemplo, o Espírito santo era uma terra sem lei.

Edson: A gente não estava na capital. A gente estava numa cidadezinha do interior, Cariacica.

Filha: Quem mandava era quem tinha um revólver. Você ficava né, mas não dizia nome. Quando a gente foi morar em Recife falavam, não fala para ninguém o nome do seu pai.

Edson: Para todos os efeitos eu era chofer de caminhão. Eles perguntavam para minha mulher, cadê o seu marido? Por que eu vim na frente e depois que eles vieram. Ah o meu marido trabalha no caminhão. Mentira, só para não dizer por que não se sabia com qual intenção a pessoa estava perguntando. Nunca dizia realmente onde eu estava.

Filha: E era sempre nessas cidades periféricas.

Edson: Cariacica era uma cidade pequena. Agora está tudo grande.

Filha: Agora tem uma coisa que o pai estava contando e acabou não contando, que na posse do Jango – que eles não queriam deixar ele tomar posse – teve 15 dias de greve no Brasil. Isso em 1961, depois da saída do Jânio Quadros.

Edson: Tudo começou lá, naquela época.

Filha: O sistema ferroviário parou e ficou 15 dias totalmente parado, a marinha também e o pai tinha vindo para esse ramal Juiz de fora em Furtado de Campos. Furtado de campos é uma cidade que não existe mais. Era um lugarejo que não existe mais. Lá era entroncamento de trem e o pai que comandou essa greve. Ele veio para cá e comandou essa greve. Foi a primeira vez que o ramal parou.

Edson: Isso já foi no período da renúncia do Jânio Quadros e com a posse do João Goulart como Presidente Parlamentarista.

Filha: Nessa época minha mãe estava grávida, eu estava para nascer por que eu sou de 1961. E foi o exército prender o pai. Cercaram a casa e ficaram lá de prontidão, três dias, esperando ele aparecer. A minha mãe grávida de 7 meses. Eu já nasci com emoção.

Edson: Aí fizeram um estardalhaço danado lá. Colocaram metralhadora em direção à minha casa. O meu pai subiu para ver e foi dar assistência à nora dele, que era minha esposa, depois não pôde descer e teve que ficar. Ficou preso lá em casa. Não pôde descer. Tinha uma escada. Minha casa era um sobrado. Isso já foi na renúncia do Jânio Quadros.

Glória: Mas qual era a acusação?

Filha: O pai comandou a greve.

Edson: Fui eu que comande a greve. Por que eles não faziam greve.

Filha: Parou tudo e aí eles foram lá – foram me prender (Edson) – e o exército não tinha um dois e sim vinte, em volta da casa toda.

Edson: A casa dos meus parentes foram todas revistadas na época. Olharam até em cima do forro para saber se eu estava escondido lá. A gente chamava de período de chumbo.

Filha: E o pai já tinha fugido e andou quantos quilômetros a pé pai? – Trinta e Cinco (Edson) – Trinta e cinco quilômetros a pé por dentro do mato, escondido.

Edson: Até que eu alcancei Rochedo de Minas. O chefe da estação lá era meu amigo. Era da patota também. Me levou para a casa dele. Tomei um banho por que eu estava todo sujo de andar no meio do mato – estava sujo, sem comer, sem dormir (filha) – com uma fome danada. Almocei lá com ele. Aí fui para a estação com ele. Tinha dois policiais na estação. Eu falei e aqueles polícia lá? Ele falou que o melhor para esconder de polícia é ficar no meio deles. Vamos lá. Lá ficamos 15 dias com tudo parado.

Filha: O pai ficou lá, não falava o nome. Não podia falar o nome por que os caras estavam lá vigiando, à procura dele.

Edson: Aí, um soldado que estava com um fuzil colocou o fuzil em pé na porta da entrada da estação. O cabo chamou ele e falou, rapaz você fazer uma coisa dessa? Deixa o fuzil aí. Aquele cara de Furtado de Campos aparece – era eu – passa mão nesse fuzil e aí, como é que vai ficar? E eu danei a rir. Eu e ao agente, que era meu amigo achamos foi graça. De que vocês estão rindo? Não é que estavam quase batendo no soldado aí. Ele não pode deixar o fuzil assim não. Fato pitoresco, engraçado até. E por azar deles eu falava: eu quero viver para ver a morte de vocês todos. E já morreu todo mundo e eu estou vivo. E boa memória. Eu tenho a memória boa.

Glória: Senhor Edson, eu queria que o senhor falasse para mim... todas essas entrevistas que o senhor deu, depoimento para comissão municipal da verdade, qual a importância desses fatos, dessa história que antigamente estava silenciada? Muita gente conhecia e estão contando coisas que ninguém sabe ainda. Qual a importância disso para o Senhor?

Edson: Minha parte ideológica. Sei o que eu sou na vida. Eu acho que é importante esse relato para futuramente – como tem a história de Tiradentes e outras mais – a minha vai entrar nisso também. Mas não é vaidade. É que a nação precisa de saber o que aconteceu, o que eles fizeram. Saber da verdade. Então é justamente, a comissão da verdade. Se é para dizer a verdade vamos dizer. Eu já estou com 83 anos e comigo eles não podem fazer mais nada. Eu espero que eu ainda viva mais uns 50. Mais uns cinco eu ainda vou chegar. Hoje a gente pode rir, mas naquela época o negócio estava feio. A gente vivia sempre acuado.

Filha: Viviam-se acuado em relação a esse poder que os militares tomaram para eles, mas em relação às pessoas também. Por que você era discriminado pelas pessoas, comunista era comedor de criancinha. – Chamavam de comunista safado e outras coisas mais. (Edson) – então, as pessoas, os vizinhos alijavam quem era comunista e eram capazes de denunciar.

Edson: Até os próprios parentes tinham uns e outros que eram contra a gente. A gente evitava tocar no assunto com eles por que não eram confiáveis não. A família era muito reacionária. Reacionário, sequitário. Mas acabou e eu continuo vivo, consegui acabar de criar minha família. Trabalhei 20 anos na construção civil. A minha paixão era a estrada de ferro. Eu aos 13 anos já era telegrafista. Eu fui impedido de continuar. É uma vida. Vinte anos que eu trabalhei na rede ferroviária e o que eu realmente tinha vontade de ser era ferroviário. Mas depois eu voltei a ser ferroviário. Hoje eu sou aposentado como ferroviário por que eu fui anistiado.

Filha: A pasta do pai foi levada pelo DOPS.

Edson: Inclusive eu fui prejudicado com isso. Quando eu fui demitido em 72, eu já tinha um tempinho trabalhado – o exército contava um ano – eu tive no Rio antes de conseguir entrar na Leopoldina trabalhei num restaurante lá. Depois juntou com mais 20 anos de ferroviário e eu me aposentei. Mas a DOPS sumiu com minha documentação – Chama-se fé de ofício – desapareceu e isso tem me dado algum problema. Na Leopoldina não consta nem que eu fui empregado.

Filha: O pai tem declaração e tem tudo no diário oficial. Mediante essas coisas a gente tem toda a documentação que foi publicada no diário oficial de quando ele entrou, de quando passou a ser estatutário. De quando foi demitido. Tem todo o histórico, mas na rede não tem nada.

Edson: Desapareceram com minha fé de ofício. Então, teve uma vez que o INSS pediu informação – por que ficou o arquivo lá no décimo andar do prédio da rede, onde é a prefeitura. A prefeitura tomou posse de lá. –mas conservou o décimo andar que era o arquivo e minha documentação desapareceu tudo desse arquivo. Quando o INSS pede informação, não tenho para dar.

Filha: A gente já fez buscas aqui e onde tem os outros arquivos da rede e em lugar nenhum consta. Já entrei em contato com o arquivo nacional também não estão lá.

APÊNDICE C – autorização de imagem de Edson Nogueira da Silva e Edna Christine Silva



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO USO DE IMAGEM E VOZ

Neste ato, e para todos os fins em direito admitidos, autorizo expressamente a utilização da minha imagem e voz, em caráter definitivo e gratuito, constante em fotos e filmagens decorrentes da minha participação no projeto a seguir discriminado:

Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCom) - Universidade Federal de Juiz de Fora
Título do projeto: "NARRATIVAS SOBRE O GOLPE DE 64: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS DEPOIMENTOS DA COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE"

Pesquisador: Glória Maria de Oliveira Baltazar

Orientador : Cláudia Thomé

DECLARA que são fidedignas as informações prestadas em seu relato sobre as violações de direitos humanos ocorridas entre 1964 e 1985, assinando abaixo a presente.

Autoriza a utilização de imagens colhidas nos depoimentos.

Requer que seu nome seja mantido em sigilo.

Nome: EDSON NOGUEIRA DA SILVA

RG.: _____ CPF: 045 799 126 - 91

Telefone1: (32) 3235 1636 Telefone2: (32) 88 31 8564

Endereço: Rua Barbosa Lima 060/102

[Assinatura]
Assinatura

JFORA , 04/09/2015
(Local) (data)

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO USO DE IMAGEM E VOZ

Neste ato, e para todos os fins em direito admitidos, autorizo expressamente a utilização da minha imagem e voz, em caráter definitivo e gratuito, constante em fotos e filmagens decorrentes da minha participação no projeto a seguir discriminado:

Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCom) - Universidade Federal de Juiz de Fora
Título do projeto: "NARRATIVAS SOBRE O GOLPE DE 64: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS DEPOIMENTOS DA COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE"

Pesquisador: Glória Maria de Oliveira Baltazar

Orientador : Cláudia Thomé

DECLARA que são fidedignas as informações prestadas em seu relato sobre as violações de direitos humanos ocorridas entre 1964 e 1985, assinando abaixo a presente.

() Autoriza a utilização de imagens colhidas nos depoimentos.

() Requer que seu nome seja mantido em sigilo.

Nome: EDNA CHRISTINE SILVA

RG.: _____ CPF: 437 006 416-00

Telefone1: (31) 8832 8564⁰¹ Telefone2: (31) 9198 1027

Endereço: AV. PRESIDENTE ITAMAR FRANCO, 060/102

Assinatura


JFORA (Local) . 04.09.2015 (data)

ANEXO A - documentos retirados do site Brasil Nunca Mais para esta pesquisa

147.

1096

Adilvo Paiva e Silva


PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO ESTADO DA GUANABARA
 CIDADE DO RIO DE JANEIRO

TESTEMUNHA

ADHILVO PAIVA E SILVA, natural do Estado da Guanabara, com qua-
 renta e seis anos, casado, Tenente Coronel do Exército, residindo
 à, digo, trabalhando na Diretoria de Vias de Transportes do Mi-
 nistério da Guerra, sabendo ler e escrever. Aos costumes disse
 nada e prestou o compromisso legal. Inquirido sobre a denúncia,
 disse: que o depoente presidiu o IPM da Leopoldina, procurando
 incidir a sua investigação no que concerne a subversão, não ten-
 do se preocupado em perquirir a corrupção por ter entendido que
 a Delegação de Poderes que recebeu apenas se referia à subversão
 que o Sindicato da Leopoldina estava infiltrado de elementos co-
 munistas, sendo certo que o elemento de ligação entre o Sindica-
 to e o chefe comunista da Guanabara, Mário Alves, era Heri Reis,
 elemento ligado ao Jornal Novos Rumos, que conferenciava nas ca-
 sas de Herval, de Batista e de Uberahy, sendo certo que alguns
 dos indiciados confessaram ao depoente que contribuíam com meios
 para o Partido Comunista; que o depoente se lembra que entre os
 que confessaram esse fato estavam Herval Arueira e Anauri, sendo
 certo que Joaquim Orlando de Oliveira embora confessando o mar-
 xismo afirmou que não contribuía economicamente para o Partido
 Comunista, e Joaquim afirmara que eventualmente contribuída; que
 o depoente não encontrou nas investigações que fez nenhum ideolo-
 go sem participação ativa; que foi o ex-deputado estadual pelo
 Estado do Rio Aristoteles de Miranda Melo quem levou Joaquim Or-
 lando para o Partido; que é certo que Martineli foi a Cuba após
 a revolução fidelista e também Geraldo da Costa Matos que esteve
 duas vezes em Cuba fazendo conferências da mesma aqui no Brasil,
 tendo estado inclusive atrás da Cortina de Ferro; que o interro-
 gando não fez o Curso de Guerra Revolucionária na Escola Superior
 Militar, não podendo consequentemente dar o seu conceito, havendo,
 entretanto, nos autos, um livro que trata do assunto; que o Sindi-
 cato da Leopoldina controlava a Guanabara, Estado do Rio, Es-

Espirito Santo e Minas e uma palavra de ordem do senhor Herval Arueira era obedecida imediatamente, sendo passada pelo telegrafo da própria Estrada; que entre as reformas defendidas pelo Sindicato estava a Reforma Agraria; que entretanto era instrumento dos elementos agitadores que faziam dela um veiculo eleitoral, inclusive pela não extinção dos ramais anti-econômicos; que no Congresso realizado no Recife, inclusive com participação dos representantes do Presidente da República de então e de alguns membros do Sindicato da Leopoldina cujos nomes estão nos autos, chegou-se a cantar a Internacional; que a agitação agraria se fazia mais fora da Guanabara que não possui terras para tanto; que entretanto as greves politicas, nas quais interveio Herval Arueira, visavam a subversão; que depois que Heber Maranhão assumiu a direção da Leopoldina, o ex-Deputado Leonel Brizola começou a atuar diretamente sobre a mesma com seus propósitos subversivos; que o depoente não pode informar o conteúdo da reunião politica realizada em Barão de Mauá, na qual compareceu o ex-deputado Leonel Brizola; que o depoente conhece bem o pretexto revolucionário da Reforma Agraria, não estando informando de outras reformas que faziam parte do programa de subversão, mas sabe que o senhor Herval Arueira era um dos que pregava os metodos violentos para a reforma agraria; que o depoente não pode informar com relação aos Manifestos de proselitismos mencionados na denuncia; que Heber Maranhão ao investir-se no cargo de Interventor da Leopoldina baixou uma Portaria no sentido de só se admitir na ferrovia elementos que fossem seleccionados pelo Departamento de Ensino, Seleção e Treinamento que fazia realizar testes, nos quais só eram aprovados quem aderisse às reformas pleiteadas; que Coaracy de Oliveira escreveu um artigo ameaçando as funcionarias de terem de fazer um striptise das funcionarias, digo, das que não aderissem às greves, sendo certo que os grevistas usavam de violência para a-



aqueles
o aspec
o depoe
em vist
Rubens
comunis
maiores
var com
nista;
Carvali
procede
brasa
pelo Co
foi le
se tre
co, se
tir os
cia às
confer
cento
que Jo
acompa
poente
Cachoe
purou
seu re
versão
da pol
datist
da Lec
de le



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO ESTADO DA GUANABARA
CIDADE DO RIO DE JANEIRO



aqueles que furassem as paredes; que o depoente não pode apurar o aspecto subversivo com relação a Milson Ferreira da Silva; que o depoente considera que Wander Esquierdo não é comunista, tendo em vista os depoimentos tomados no IPM; que o depoente sabe que Rubens Gomes do Amaral embora tivesse na policia confessado ser comunista negou-o no IPM, não tendo o interrogando conseguido maiores provas sobre êle; que o depoente não conseguiu nada provar com relação a Walter Gonçalves, embora suponha ser êle comunista; que no Comício do dia 13 de Março o dirigente Helvécio de Carvalho Alvim veio de braço com os ferroviários na passeata que procedeu ao comício; que Saturnino Silva fez rodar o trem "Manda brasa" sem conhecimento da direção da Estrada, no tempo dirigida pelo Coronel Mauro Moreira que por ter mantido a abertura sindical foi demitido; sendo substituído pelo réu Heber Maranhão; que esse trem tinha por finalidade restabelecer um ramal anti-econômico, sendo certo que com esse restabelecimento se procurava garantir os votos dos empregados desse ramal; que Saturnino comparecia às aulas de Meri; que Geraldo da Costa Matas fez diversas conferências em Niterói, em São Paulo e no Estado do Rio, sendo certo que Geraldo era Secretário da Federação dos Ferroviários; que José Ferreira tinha atitude secundária nesses fatos todos, acompanhando e prestigiando os dirigentes sindicais; que o depoente só apurou atividade subversiva de Enedir Gonçalves em Cachoeira de Macacú, Estado do Rio de Janeiro; que o depoente apurou fatos de Delio em Nova Frigurgo e não aqui, sendo certo que seu relatório nem fala em Delio como participante direto de subversão; que quando os ferroviários abandonaram a ferrovia no dia da ^{revolução} ~~relação~~ levaram armas para Caxias, em casa de Uberahy; que Batista era deputado federal e era um dos cerebros da subversão da Leopoldina; que os jornais da época publicaram que na posse de Heber Maranhão na Interventoria houve pregação comunista. Re-

Reperguntado pelo doutor Promotor, disse: que o depoente pode afirmar que uma tónica da atividade subservia dos acusados eram os Manifestos Grevistas que existem em profusão nos autos; que em 1962 houve mais greves que meses do ano; Reperguntado pelo defensor dos acusados Saturno e Batista, disse: que após o caso dos "Marinheiros" no Sindicato dos Metalurgicos, os ferroviários ficaram de alerta, Batista chegou os ferroviários, sendo certo que Batista mandou atravessar uma composição para impedir o tráfego no meio da Avenida que passa pela Leopoldina; que o depoente não pode apurar muita coisa sobre Batista porque não o ouviu, estando o mesmo asilado. Reperguntado pelo defensor do acusado Helvécio, disse: que o depoente foi quem interrou todos os indiciados no IPM, sendo certo que houve outras testemunhas ouvidas na polícia que o depoente considerou de menor valia; que foram tomados depoimentos na Guanabara na Diretoria de Pessoal da Engenharia e Material com todas as formalidades legais; que o depoente leu o livro sobre Guerra Revolucionária constante dos autos especialmente na parte relativa à Leopoldina; que o réu Helvécio foi visto de braços com os ferroviários, como dito, através de um filme; que por várias vezes o depoente viu a projeção desse filme; que o depoente não viu no filme nenhum dispositivo militar do Exército garantidor da ordem mas soube através da imprensa que havia dispositivo militar. Reperguntado pelo defensor do acusado Heber, disse: que o depoente não interrogou Heber Maranhão porquanto o mesmo estava asilado por ocasião do interrogatório; que Heber Maranhão participou ativamente do dispositivo da Leopoldina na época da revolução, sendo certo que esteve na casa de Uberahy, quando para lá foram empregados fugidos, armas e explosivos; que Heber Maranhão escreveu uma tese defendendo a administração da Leopoldina pelos próprios ferroviários; que Heber Maranhão foi Interventor na Leopoldina uns três ou quatro meses, não havendo

depoente Helvécio

t
v
t
u
r
c
t.
d
c
p
re
ho
ne
m
fi
in
ou
do
un
pre
do
alg
na
cia
que
fer
rav
lib



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO ESTADO DA GUANABARA
CIDADE DO RIO DE JANEIRO



havendo necessidade de greve, porquanto os empregados mandavam; que ess, digo, que no tempo do doutor Heber Maranhão houve três manifestos importantes, dois que precederam à revolução e um outro no dia da revolução, sendo certo que tais manifestos não levavam a assinatura de Heber; que o réu Heber Maranhão passou um telegrama no dia trinta de março concitando os ferroviários a se unirem contra reacionários; que o telegrama foi passado para várias cidades e o depoente em várias dessas estações conseguiu cópias desse telegrama; que o telegrama estava assinado pelo Interventor e se não foi êle quem assinou é sinal que os empregados mandavam na Estrada. Reperguntado pelo defensor dos demais acusados, disse: que haviam greves trabalhistas no lado de greves políticas para encobrir a real situação do sub-serviço; que em relação à denúncia de corrupção apresentada por Herval a fls. 117, houve um inquérito no qual ficou completamente inocentado o Coronel Mauro Moneira; que os réus que contribuíam para o Partido Comunista confessaram através de depoimentos; que não havia especificamente um plano de tomada do poder embora essa tesse estivesse intrinseca nos atos subversivos; que os réus foram primeiramente ouvidos no DOPS e depois no IPM; que os indiciados eram conduzidos à presença do depoente por escolta do DOPS, sendo certo que uns vinte por cento que foram soltos posteriormente não foram apresentados pelo DOPS; que o depoente pode informar que a escolta do DOPS levava e trazia a esc, trazia os réus, sendo certo que alguns deles eram levados pelo depoente; que o depoente não notou nada de anormal nos réus que vinham do DOPS, não observando sifias ou maus tratos; que o depoente ouviu dizer através dos réus que havia morrido no DOPS um tal de José de Souza, que teria sido ferroviário; que o depoente após ouvir os interrogados os liberava pelo seu IPM, motivo pelo qual muitos foram postos logo em liberdade. Nada mais disse, nem lhe foi perguntado. Lido e acha-

A. de Almeida

achado conforme, assinam com o doutor Juiz. Eu,
 Escrivão Substituto, o datilografei. Eu, EM TEMPO: pelo depoente
 foi requerida a juntada de cópia de seu relatório, do IPI, e
 que foi deferido pelo doutor Juiz. Eu, *[Signature]*
 Escrivão Substituto, o datilografei. Eu, *[Signature]*
 Escrivão, o subscrevo.

3529
 A. G. L. de M. L. M. P.

Jus. W. S.,
 N. 1 - 11 - 11

- [Signature]*
- [Signature]*
- [Signature]*
- [Signature]*
- [Signature]*
- [Signature]*
- Geraldo da Costa Mattos.:
- Walter G. Mendes
- [Signature]*
- Coaracy de A. S. V.
- Luiz de F. S. V.
- ~~*[Signature]*~~
- [Signature]*
- Osório Cláudio Mattos
- Jose Ferreira
- [Signature]*
- [Signature]*
- Henrique de S.

G. e. J. H. o. F. n. f. d. d. o. i. r. e. c. e. a. e. t. r. n. h. d. e. U. t. a. e.

ANEXO B - entrevista de Edson Nogueira da Silva à Comissão da Verdade de Juiz de Fora (CMV-JF)

Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora
Depoimento de Edson Nogueira da Silva
Entrevistado por: Christina Musse e Roberto Cupolillo
Juiz de Fora, 12 de dezembro de 2014.
Entrevista 24
Transcrito por: Mariana Meirelles de Azevedo
Revisão: Rute Dalloz Fernandes Elmor

Edson: Meu nome é Edson Nogueira da Silva.

Christina Musse: Sua ocupação, sua atividade profissional.

Edson: Eu era telegrafista, mas quando eu fui demitido eu já era assistente.

Christina Musse: Trabalhando na Estrada de Ferro Leopoldina?

Edson: Trabalhando na Estrada de Ferro Leopoldina.

Christina Musse: E também, o local e a data do seu nascimento.

Edson: Bom, eu sou nascido em Rio Novo, no dia 28 de março de 1932.

Christina Musse: Quando é que o senhor entrou na Estrada de Ferro Leopoldina?

Edson: Eu praticamente nasci lá, porque meus avós eram ferroviários, tios ferroviários...

Christina Musse: E era de uma família toda de ferroviários?

Edson: É, toda de ferroviários.

Christina Musse: Então a ferrovia era muito importante no município de Rio Novo?

Edson: Era a vida, né? Era a vida. Principalmente Furtado de Campos. Hoje acabou a estrada de ferro e tem poucos habitantes, mas naquela época morava muita gente, porque era um centro ferroviário. Lá, inclusive, tinha oficina de conserto de vagões, essas coisas todas, então...

Betão: O senhor trabalhava com o quê, na ferrovia?

Edson: Eu trabalhava com o quê? Não, eu aprendi frequentando, passei a minha infância toda dentro de uma estação, porque os parentes, meu avô, tios, era todo mundo ferroviário. Eu tinha um tio, que se chamava Antônio, que viu meu interesse em querer aprender telégrafo... Ele escreveu o alfabeto Morse e mandou decorar. Falou: “decora isso aí, quando você decorar vou te ensinar, pra você manipular o aparelho”. Um aparelho telegráfico. Então, eu decorei rapidamente, em poucos dias e... Quando eu pedi emprego na Rede, na Leopoldina, em 53, disseram pra mim que só tinha vaga no Rio. Eu disse: “eu vou para o Rio, eu quero trabalhar.” Meu negócio era ser ferroviário (risos). Então eu fui para Cordovil, é uma estação

entre Brás de Pina e Lucas, Parada de Lucas. Era Cordovil, Parada de Lucas, Vigário Geral e depois Caxias. Trabalhei em todas elas, trabalhei em 35 estações. Em 54, houve uma greve, eu participei dessa greve, porque a turma que entrou na época da transição ficou fora do aumento. O Getúlio Vargas elevou o salário mínimo para mil e duzentos, e nós continuamos com 800. Então, essa greve não foi só de funcionário público, foi a rede total, a Leopoldina total fez a greve em solidariedade à gente também, porque o negócio era união e havia união. Então, meu chefe falou comigo: “você entrou outro dia mesmo, não tem nem um ano de casa e já está fazendo greve?” Falei: “mas pra ganhar o que eu ganho e me mandar embora, é a mesma coisa”.

Christina Musse: O senhor já pertencia a algum sindicato?

Edson: O sindicato da Leopoldina era muito forte. Nós tínhamos um líder, que era o Batistinha, ele era advogado até. Demisthoclites Baptista, mas na intimidade nós chamávamos de Batistinha, e nesse período, 54, nessa greve, ele foi mandado pra São Geraldo, eles queriam espalhar o pessoal, pra acabar aquela hegemonia que havia. Eu fui pra Cataguases, eu fui transferido pra Cataguases.

Christina Musse: Isso foi quando? A greve foi em 54, e a sua transferência foi quando?

Edson: Foi mais ou menos por aí também, 54, 55. Primeiro fizeram processo e tudo. Então, fui pra Cataguases, mas trabalhei pouco tempo lá. Comecei a correr estações, dando férias, folgas, e trabalhei como falei, em 35 estações e vim trabalhar em Furtado de Campos depois, também. Mas, aí, já foi no tempo do João Goulart, que já pedia para o Sindicato. E eu fui pra Furtado de Campos, porque o pessoal do ramal de Juiz de Fora não fazia greve. Era um furão mesmo (risos). Eu tive que dar um chega pra lá neles e conseguimos paralisar também.

Christina Musse: O senhor era filiado a algum partido?

Edson: Não, eu não era filiado, mas pra todos os efeitos eu era do partidão, o PCB, mas não era filiado. Não usava muito isso não, né? Hoje usa.

Christina Musse: É. Em 61 o PCB também, clandestino...

Edson: Hoje eu sou PT, é o partido mais de esquerda que tem hoje, né?

Christina Musse: Mas no sindicato dos ferroviários o comando era ligado ao partidão.

Edson: É, ao partidão, mas não era muito, era assim... Havia certa... Eles exploravam a parte de liderança da pessoa e, desde que a pessoa cumprisse o troço bonitinho e tal, liderava as greves... Porque o Batistinha... Depois eu vou contar que ele foi assassinado. Ele fez a união do pessoal do sindicato. É greve, é greve mesmo e acabou. Então, tinha o Batistinha, que era presidente do sindicato dos ferroviários, tinha o presidente do sindicato dos aeroviários, que pertencia à Panair. Já ouviu falar da Panair? E tinha os marítimos, e então a greve se ramificava, parava tudo, paravam os aeroviários, os marítimos. Existia naquela época... Já ouviu falar do Lloyd, o Lloyd Brasileiro? Eles faziam cabotagem, né? Das capitais do Brasil. E tinham alguns que iam até para o exterior.

Christina Musse: Mas nesse período, em que vocês tinham sindicatos tão fortes nessa área de aeroviários, ferroviários, os marítimos também; isso já no governo João Goulart. E essa mobilização, como era vista durante o período do governo do Jango?

Edson: Para o público?

Christina Musse: Por vocês próprios ou pelo o próprio governo.

Edson: A gente estava cumprindo a missão da gente, né? Porque a gente não faz greve de graça, sem um motivo, não é verdade? E motivo havia muitos, tanto na parte financeira, como também perseguições, essas coisas todas. E tudo era mantido. Bom, aí nós já estamos em 64?

Christina Musse: Estamos em 61, governo do João Goulart... Um pouco antes do golpe.

Edson: Então, o Jânio Quadros... Eles contam o seguinte, que o Jânio Quadros, tentou... Ele e o Collor tentaram governar sozinhos, e você sabe que não consegue. A Dilma, por exemplo, ela foi obrigada a se aliar ao PMDB, que era o maior partido, ainda é, e sempre foi aliado. Eles não têm liderança para disputar a presidência. O vice-presidente que é do PMDB, mas ele está indo a reboque do PT.

Christina Musse: E na época, o senhor acha que o Jânio quis governar sozinho, e acabou levando à renúncia...

Edson: É. Ele queria governar sozinho. Falava-se muito em golpe militar naquela época, eles falavam que o Mourão Filho tinha um plano Cohen.

Christina Musse: Plano Cohen, o que era isso?

Edson: Já ouviu falar?

Christina Musse: Não.

Edson: O plano Cohen... Depois foi denunciado por ele, que os comunistas queriam tomar o poder aqui no Brasil, e esse era o plano Cohen, mas eles nunca conseguiram, não é? O João Goulart estava na China, na época, e não deixaram que ele voltasse para Brasil, ele foi para o Uruguai. O Brizola, lá no Rio Grande do Sul, era o governador, e tinha o general Machado Lopes, que era o comandante da terceira região: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, os três estados. Então, o Brizola enfrentou, em a aliança com Machado Lopes, que era comandante do terceiro exército... Ficou um empasse, né? Vai ter que sair para o pau, vai ter que brigar. Então, eles acabaram fazendo um acordo: Em vez de o João Goulart tomar posse como presidente, tomaria como primeiro ministro. Não, primeiro ministro foi Tancredo Neves. Adotou-se o parlamentarismo, não é isso? Foi adotado o parlamentarismo. Ele entrou como presidente, mas sem força nenhuma, quem mandava era o primeiro ministro, no regime parlamentarista, não é isso? Conclusão: O João Goulart tomou posse como presidente, depois houve um plebiscito e voltou o presidencialismo novamente. Bom, mas aí, depois, nos dias que antecederam ao golpe, ele fez uma reunião no Automóvel Clube, no Rio, com os sargentos. Só participaram os sargentos. O Mourão Filho não trouxe nenhum sargento quando eles vieram desembarcar na Guanabara, no Rio, naquela época. Aí, o negócio que pegou foi o seguinte: Eu estava indo carregado, nesse dia, e o Cândido Aragão, que era Almirante, era aliado do João Goulart... E ali o trem atravessava a Barão de Mauá, atravessava Engenheiro Bicalho e tinha a Praia Formosa. E nós metemos um trem ali, pra segurar as tropas do Mourão Filho. Tinha um maquinista, o tal de Zé de Souza, e eu falei com ele: “Ô Zé. Sobrou para você. Você que vai ser o maquinista para botar esse trem lá, porque os outros caíram fora”. “você está mandando, então eu vou”. Ele entrou na máquina, puxou e atravessou. O Mourão Filho, quando veio com a tropa, não pôde passar.

Christina Musse: Isso na altura de que lugar ali, chegando ao Rio?

Edson: Você sabe onde fica a Rodoviária Novo Rio? Mais ou menos a um quilômetro dali tem a Estação da Leopoldina, numa rua que se chama Engenheiro Bicalho, aquela rua, que pega do cais do porto até a Rua Getúlio Vargas. Então, atravessamos o trem lá na rua, e o troço pegou foi aí; eles Levaram o Zé de Souza, levou ele preso. Quem conseguiu escapar, como eu e outros escapamos, fomos lá pra Saracuruna encarar aqueles brejos. Levaram preso, o Zé de Souza. Eles jogaram lá do oitavo andar do DOPS, jogaram da janela do oitavo andar. Não precisa nem falar que ele morreu né? Morreu. E o primeiro crime que eles fizeram foi esse.

Christina Musse: No dia 31 de março?

Edson: No dia 31 de março. Não, aí já era primeiro de abril. Ele foi jogado lá de cima, do oitavo andar do DOPS, ele foi a primeira vítima, porque até então não tinha, o Mourão chegou aqui sem dar um tiro. Mas aconteceu um fato interessante; mandaram o Mourão levar as tropas lá pro Maracanã. Aí ficaram lá, dentro do Maracanã, as tropas que vieram de Minas... Vieram todos naqueles caminhões, e não andava direito aquilo não, eram ainda da guerra de 45. E então, foram pro Maracanã, ficaram acantonados lá. E o Mourão foi ver, pra se entender com seus generais:... Figueiredo, Castelo Branco, essa turma. Aí disseram pra ele: “Mourão, o negócio aqui já está definido. você mantém as suas tropas lá, porque já está tudo resolvido, o Castelo Branco vai ser o presidente”. Ele que queria ser o presidente, mas não era bem visto não.

Christina Musse: Por quê?

Edson: Porque ele era golpista, ele era golpista, sempre foi! Tanto é que ele criou esse problema de plano Cohen, que era a tomada do poder pelos comunistas.

Christina Musse: E o senhor, quando foi lá para Saracuruna, lá para os brejos, como o senhor disse, o senhor ficou quanto tempo escondido?

Edson: Ah, sim! Eu fui pra casa do tal de Prudêncio, que também fazia parte, mas não dos sindicatos, só acompanhava. Aí, levou a mim e outros três lá pra casa dele. Naquela época

Saracuruna era só mato, tinha pouca casa até. Tinha a estação. Depois eu peguei um ônibus que vinha de Mauá; Mauá foi a primeira estação ferroviária, e então tinha um ônibus que ia de Mauá a Petrópolis, nós embarcamos nesse ônibus, e de Petrópolis eu vim pra Juiz de Fora. Os outros seguiram outros caminhos: Recreio, Porto Novo, Além Paraíba. Aí, passado algum tempo, já estava tudo mais ou menos normalizado, do jeito que eles queriam; os militares. Então, começou a prisão, foi fácil pegar a gente, a gente já estava trabalhando, era só ir à estação. E foi quando eu fui preso, que me quebraram os dentes.

Christina Musse: Como foi?

Edson: Fui algemado... Naquele dia eu estava de folga, então nós fomos pescar, eu e o tal de Arnaldo Zamagna, que é até meio parente do Riani, do Clodesmidt Riani, a mulher dele que era sobrinha do Riani. O Zamagna também estava junto comigo, e neste dia nós fomos pescar.

Christina Musse: Isso aqui em Juiz de Fora?

Edson: Lá em Furtado de Campos. Eu estava de folga nesse dia. E, quando eu cheguei lá na estação, me prenderam; os policiais estavam lá, me prenderam, me algemaram. Eles acharam que eu estava andando devagar, me empurraram, com algemas, eu não tinha como proteger o rosto, eu bati com a boca no chão e quebrei os dentes. Tive que botar dentadura. Aí, eu reclamei com o Major Felix, José Felix, que foi presidindo o IPM naquela época, e me entregaram a ele, fui entregue a ele. E eu reclamei com ele: “Quebraram meus dentes. Boca sangrando”. “Mas você tá vivo, né?” “Estou”. “É, porque se tivesse morto era a mesma coisa para nós”. O cara falou assim. Aí, me levaram para Ubá. A Comissão de inquérito se instalou lá no sindicato, na sede da Delegacia Sindical dos Ferroviários em Ubá. Lá que foi instalada a comissão de inquérito, com esse Major Felix. Aí, vieram aquelas perguntas todas né? Aquelas perguntas lá de Pernambuco... Porque lá era centro ferroviário, tinha oficina, essa coisa toda. Jaboação era considerado a Moscouzinha brasileira, porque tinha comunista pra dedéu (risos), tinha muito comunista, sabe? Depois nós estivemos lá, houve lá um congresso...

Betão: O senhor estava sendo interrogado em Ubá?

Edson: Em Ubá.

Betão: Esse interrogatório durou vários dias?

Edson: Não, não. Só me perguntaram: "o senhor quer ir para hotel ou quer ir pra cadeia?" eu disse: "Vou para o hotel". Dormir na cadeia nada. Foi a única coisa que ele abriu mão, foi isso. Mas botou um policial, botou um soldado lá na porta da pensão, pra não deixar a gente fugir. No dia seguinte nós viemos pra Juiz de Fora e eu fui preso, lá no RO, que era lá em Benfica e o Riani estava preso lá. Num xadrez desativado, que não tinha água nem no banheiro, nem água para beber, então ficamos presos lá. Tinha que pedir, ao corpo da guarda, água pra beber. E tinha um safado, o tal de Ferrugem, que eu pedi água a ele e ele trouxe. A gente tinha uma caneca de alumínio que eles deram pra gente, e ele trouxe a água na caneca, mas só que tinha um peixinho. Então, ele pegou essa água onde? No centro do quartel tinha um aquário, ele enfiou a caneca lá, água suja, o pessoal cuspiu tudo. Quando eu levei à boca, que eu comecei a beber, eu vi o peixinho, aí eu falei: "poxa, você pegou essa água lá no aquário, poxa rapaz, que isso!" ele falou: "mata a sede também", e eu disse: "mas isso não tá certo não". E eu tive um desarranjo intestinal e desidratei. Aí, eles me internaram na Santa Casa. Fui internado na Santa Casa com o nome de José de Tal, nem sobrenome me deram, só deram José. E puseram um guarda na porta do quarto da Santa Casa, porque eu desidratei, passei mal do intestino. Fiquei lá uns quatro dias mais ou menos, e no quarto dia não tinha mais soldado nenhum, lá. Aí, a minha irmã foi levar cigarro pra mim, porque eu fumava naquela época e eu perguntei pra ela: "você não viu polícia aí não?" e ela: "não, não tem não". Aí, eu falei: "então, vai a casa e pega roupa pra mim, que eu vou embora." Não sei qual a intenção deles não, aí eu fui embora, fui embora e a minha família mudou pra São Lourenço da Mata.

Christina Musse: Essa sua primeira prisão foi em que ano?

Edson: Foi em 64.

Christina Musse: Ainda em 64?

Edson: É, foi em 64. Foi mais ou menos uns três meses depois do golpe.

Christina Musse: Aí o senhor perdeu seus dentes, foi preso aqui em Benfica. Ficou internado na Santa Casa esses quatro dias e conseguiu sair.

Edson: É. Mas não colocaram meu nome lá não, colocaram José de Tal. E eles ficaram apertados comigo, porque eu desidratei. Cheguei lá e entrei no soro direto.

Christina Musse: E quando você foi ouvido em Ubá, eles queriam saber o quê do senhor?

Edson: Ubá? Ah sim, foram perguntas. Foi assim: “O senhor participou do congresso lá em Jabotão?” Eu falei: “Participei sim” “E o que eles queriam?” “Ah, o negócio era do sindicato né?” “Não, era o partido comunista.” E eu falei assim: “Não, tinha muito comunista sim, mas não foi do partido comunista, foi do sindicato dos ferroviários.” Aí, depois fiquei sabendo que o Partidão também estava naquilo lá. Foi quando o Roberto Freire já denunciava o Luiz Carlos Prestes. E ele tomou o lugar de Luiz Carlos Prestes, porque ele se dizia comunista, e ele foi candidato à eleição pra presidência da república. Como é que pode né, o cara era comunista, foi secretário do partido comunista, botou o Prestes pra fora, passou o mandato pro partido comunista e depois veio a derrocada da União Soviética. Aí, ele pegou e extinguiu o partido comunista, e criou o PPS. Só que o PPS é da direita, não é verdade? É aliado à direita, como é que pode? Um cara que se dizia comunista de repente virou oposição.

Christina Musse: Senhor Edson, nessa época em que o senhor foi preso, em 64, o senhor era casado, já tinha filhos?

Edson: Já,

Christina Musse: E a sua família? Sofreu alguma ameaça?

Edson: Não, eles foram me prender lá em Furtado de Campos. Foi um aparato militar, mas não me acharam. Acharam depois, porque eu já estava cansado de ficar no mato. A Estação Tupi estava desativada, era uma estação intermediária entre Furtado de Campos e Guarani. Foi então, que eu estava dentro do armazém e chegaram os caras lá. Eu já contei a história, que um parente bateu na porta, mandou que eu caísse no mato, e eu saí correndo, porque os caras foram beber café em uma fazenda lá. Tudo arranjo desse parente. Aí eu falei: “vou pra Rochedo”. Porque lá era o agente Geraldo Rocha... Nós trabalhamos juntos no Rio, ele também foi castigado com a remoção para Rochedo de Minas. Então, eu fiquei lá. Isso foi na Renúncia de Jânio Quadros, em 61, em que nós paramos quinze dias de greve. E então, o exército foi lá prender a gente, me prender. Eu saí fora. Mas prendeu esse tal, que era parente

do Riani e o tal de Niacir também. Eles foram presos, mas não me acharam, porque eu fui para Rochedo a pé, por 35 km, de Tupi a Rochedo. Eu saí de madrugada, meio dia e meia eu já estava lá em Rochedo. Fui pedir abrigo ao Geraldo Rocha, que trabalhou comigo no Rio, e os policiais já estavam todos lá na estação, dois policiais. Acharam que eu ia pra lá mesmo, mas eu não fui pra estação. Teve um trecho, em que eu achei uma vara de anzol, sem barbante, sem linha, sem nada, e pra eles não descobrirem que era eu, eu ficava ali pescando e eles passavam e seguiam. Aí, eu fui pra Rochedo e fiquei num lugar chamado Matadouro e o Geraldo foi lá. Tinha o tal do Don, que trabalhava nos correios em Rochedo. Eu chamei: “Ô Don, vem cá!” ele até se assustou. Eu falei: “chama o Geraldo em particular e fala pra ele que eu estou aqui, mas não deixa ninguém ouvir. Dali a pouco, o Geraldo Rocha chegou e disse: “Vamos lá pra casa”. E eu, todo sujo, aquele capim gordura, cheio de carrapicho... (risos). Nós temos mais ou menos o mesmo corpo. Ele me mandou tomar um banho e vestir uma roupa dele. Aí, eu almocei com ele, e ele falou: “vamos lá pra estação”. Eu disse: “tá doido? Lá, está cheio de policiais”. E ele disse: “esconder da policia? Você tem é que ficar no meio deles, porque aqui ninguém vai te procurar”. E fomos pra estação. E ele me apresentou aos policiais como ajudante dele, como se eu trabalhasse lá em Rochedo. Eles ficaram por uns 15 dias e nós ficamos lá os 15 dias, os 15 dias que durou a greve, até o João Goulart tomar posse. E eu fiquei com eles. Até aconteceu um fato interessante: Um soldado...era um cabo e um soldado. Um soldado pegou o fuzil e colocou encostado na porta. Aí, eu dei uma dura nele. Falei:” Ô rapaz, aquele cara de Furtado de Campos aparece aqui e pega essa arma, como é que fica?!” O cara de Furtado de Campos era eu. (risos).

Christina Musse: Agora, sua família sofreu ameaça nessa época, em 61.

Edson: É. Em 61.

Christina Musse: Quando o senhor ficou então, de certa forma, foragido em Rochedo?

Edson: É. Depois, em Rochedo, quando acabou a greve, eu fui pra Bicas, e lá tinha um delegado sindical chamado Elston Silva que levou a gente em Juiz de Fora. Lá, tinha um advogado do sindicato, o tal de Boanerges, Dr. Boanerges. Ele me levou ao juiz e me deram um habeas corpus. Eu me apresentei em Furtado de Campos, com o habeas corpus, mas queriam me prender... Eu falei: “não, espera aí!” Falaram: “o que é isso?” E eu disse: “habeas corpus” “Ah, me deixa ver”. E eu disse: “Não, você vai ver na minha mão, aqui”. E se

rasgassem, jogassem fora e me levassem preso? Aí, o sargento falou: “é habeas corpus mesmo, deixa isso pra lá”.

Betão: Mas em 64, Sr Edson, o senhor foi um dos responsáveis por atravessar o trem lá no Rio de Janeiro, e o Zé de Souza foi uma das pessoas que ajudou naquele processo ali, aí você juntamente com os outros teve que ficar foragido. E a partir daí, o que aconteceu?

Edson: O Cândido Aragão era almirante e ele era contra o golpe militar, então ele mandou o tal de cabo Anselmo ir até lá e falar pra atravessar o trem na linha, na rua, pra não deixar o Mourão passar com as tropas, e nesse dia quem estava encarregado era eu.

Christina Musse: E depois disso o senhor foi para Saracuruna, ficou foragido um tempo. Nessa época a sua família estava onde? Com o senhor no Rio?

Edson: Eles estavam em Furtado de Campos ainda, depois vieram pra Juiz de Fora, e ficaram na casa dos meus pais. A Cristine já tinha quatro anos.

Christina Musse: Mas o senhor conseguiu ser reintegrado ao trabalho? Quer dizer, esse fato da composição de trem que tentou impedir a chegada do General Mourão Filho até o centro do Rio de Janeiro, o maquinista que foi jogado do oitavo andar do Dops, o senhor com os seus colegas, que também tinham uma relação com a questão da composição, fugiram para Saracuruna, depois pegou um ônibus...

Edson: Fomos para Petrópolis e depois para Juiz de Fora.

Christina Musse: E o senhor chegou... A polícia militar e a polícia do exército chegaram a procurar o senhor aqui? Porque o senhor saiu foragido do Rio, três meses depois do golpe. O senhor voltou a trabalhar? O que aconteceu?

Edson: Voltei, voltei a trabalhar. O meu irmão também estava nisso. O Amauri. Ele foi presidente do Tupinambá depois. Ele já faleceu, ele teve um AVC. Então, eles estavam usando o seguinte critério: se eram dois irmãos, mandavam embora o mais novo, porque não tinha família, que, no caso, era ele. Então, ele foi demitido, e foi para o DOPS, no Rio de

Janeiro. Esteve preso no DOPS, lá no quartel do Caetano de Faria, ali perto do Estácio de Sá. Ele foi preso e, depois, foi demitido.

Christina Musse: E ele foi preso acusado de alguma coisa?

Edson: Não, ele também estava no rolo, né?

Christina Musse: O rolo era a questão da composição atravessada para dificultar a chegada das tropas...

Edson: Isso. Então, ele foi demitido. Ele e muitos outros. E eu fui poupado, quer dizer, eu já era casado, tinha onze anos de casa e eu não fui demitido naquela época, continuei trabalhando. Fui mandado pro Rio novamente... Até 72.

Christina Musse: O senhor ficou trabalhando, todo esse período, no Rio de Janeiro?

Edson: É. Até 72

Christina Musse: E, nesse período, o senhor teve algum tipo de atividade, mesmo que clandestinamente, ligada ao Partidão ou ao sindicato?

Edson: Não, a gente participava de reunião e aquela coisa toda, e a essa altura eu já era casado e morava lá em Caxias, no Jardim 25 de Agosto, e a gente reunia lá em casa.

Christina Musse: Eram reuniões do sindicato?

Edson: É.

Christina Musse: E também haviam pessoas ligadas ao partido Comunista, que era clandestino.

Edson: Sim, a gente era assessorada pelo partido comunista, né? E a gente reunia lá em casa.

Christina Musse: Como eram essas reuniões? O que vocês conversavam?

Edson: Era muito variado, mas sempre em torno do golpe militar, como sobreviver a isso tudo, né? Mas depois, a perseguição ficou muito intensa, aí, a família já não estava em Caxias, estava em Furtado de Campos, depois vieram pra casa dos meus pais, aqui em Juiz de Fora. E nessa altura, a minha sogra estava aí, e resolveu levar eles pra Pernambuco, pra viver nessa cidadezinha, São Lourenço da Mata, Rua Adolfo Maranhão, número 65, eu lembro até hoje. (risos) Então, eu fiquei com medo de pegar o ônibus aqui no Rio e fui pra Leopoldina, arranjei uma identidade falsa. Naquela época... O partido me arranjou essa identidade. Eu fui pegar o ônibus lá em Leopoldina, da São Geraldo, era Rio – Recife. Desci lá em Recife, fui pra São Lourenço da Mata. Ela tinha escrito pra mim, me deu o endereço...

Christina Musse: Em São Lourenço da Mata, a sua família foi pra lá, e o senhor se lembra de qual ano foi? Quando sua sogra levou a família pra lá por causa das perseguições?

Edson: Foi mais ou menos em 74. Não, foi em 72.

Christina Musse: Foi o ano em que o senhor foi demitido?

Edson: Foi

Christina Musse: E qual foi a razão da sua demissão?

Edson: Foi problema de greve, né? Eu pertencia ao partido comunista, essa coisa toda, e o pessoal tinha um medo danado de comunista. Tinha mesmo. Eu peguei o ônibus em Leopoldina e fui pra São Lourenço da Mata, que é a 20 km de Recife, e a Cristina já tinha escrito pra mim, me deu o endereço direitinho...

Filha de Edson: Fala do roubo...

Christina Musse: Era isso que eu estava perguntando...

Edson: Aí, eu voltei pro Rio, fui trabalhar no Rio. Então, começaram a acabar com as ferrovias, o Ramal de Friburgo, que ia pra Cantagalo, Cordeiro, né? Desativaram o Ramal de Friburgo, e eram três trilhos, porque era uma serra, subia muito, e esse trilho do meio, a sapata

do freio pegava nele ali. Esse Ramal começava em Porto das Caixas, os trilhos foram todos empilhados em Porto das Caixas, fez aquele montão de trilho lá. Aí, foi feito... A via permanente deu aquele material como inservível; então, foi pro Departamento de Material, que fez a licitação pra venda dos trilhos, e quem ganhou a licitação foi uma forja lá do Rio Grande do Sul. Umas carretas vieram pegar os trilhos, lá em Praia Formosa. Porque eles faziam o seguinte... Aí, começou a roubalheira. Eles botavam meia lotação em Niterói, e lá ele recebia um documento, carimbado, que tinha tara... O total, né? E o peso líquido. Meia plataforma. Então eles voltavam com aquele comboio pra Porto das Caixas e completava a lotação. Então, somente aquela parte, que era meia lotação, que ia pra Niterói, que entrou pra Contabilidade. Essa quantidade de trilho, que eles pegavam na volta, em Porto das Caixas, não foi contabilizada. Chegava a Praia Formosa, onde eu trabalhava, aí, o tal de Rangel, que trabalhava no pátio, me chamou; me chamavam de Nogueira, e ele falou: “ô Nogueira, você acha que tem meia lotação nessas plataformas?” Falei: “não, ela tá completa”. Aí, pegou os manifestos, era um documento, né? E eram 11,11 plataformas completas, 42 toneladas, e só eram contabilizadas 21, porque o documento em que estava exarado o peso, que foi pesado em Niterói (Porque lá tinha balança de pesar vagão), só aquele que constava como vendido, o resto entrou... Lá em Praia Formosa tinha um lugar que chama Santo Cristo, um bairro chamado Santo Cristo, e lá tem uma balança, na Rua Cidade Lima, e ali que eles faziam a divisão do dinheiro. Tinha um que era dono das terras, tinha um engenheiro, que era Fenelon, tinha um general de pijama; porque os aposentados a gente chamava de pijama, né? Mas o Rangel falou comigo: “como é que eu faço então?” E eu disse: “você que é responsável pela balança! você que sabe, mas se fosse eu o encarregado, eu ia botar isso tudo na balança, ia fazer esse processo, porque isso é roubo!” Aí, ele falou: “Então, vou fazer isso.” E fez. Aí, foi processado. Por quê? Se a plataforma constava 11, constavam 21 toneladas na procedência, e chegava a Praia Formosa com 42... Daí que descobriram o negócio. Aí, foi um pega pra capar! O engenheiro foi pra rua, e outros mais, o condutor do trem. O maquinista, na verdade não tava sabendo de nada, mas foi um monte de gente pra rua, inclusive o chefe da estrada de Praia Formosa, que era meu chefe lá.

Christina Musse: Por causa do desvio da carga. Mas no caso, eles demitiram o senhor, porque o senhor tinha denunciado isso?

Edson: Não, aí, aconteceu o seguinte: o Rangel apareceu morto, na Av. Brasil, atropelado. Só atropelava de noite, de madrugada, porque ninguém via.

Christina Musse: E ele era encarregado, o Rangel?

Edson: Ele era encarregado da balança. O João Alfredo, que era do Departamento de material, ele também apareceu morto, como queima de arquivo, lá em queimados, atropelado. Tinha um rapaz que eu não sei o nome dele, ele tinha um apelido, era chamado de *vaca de botina*. Ele fazia o serviço de segurança, e também apareceu morto. E tinha o tal de Bueno, era um guarda grande, que bateu no meu ombro e falou assim: “Você é a bola da vez, hein!”. E eu pensei: “e agora, o que eu vou fazer?” Vou embora, né? Aí, rachei fora. E fui demitido, depois disso que eu fui demitido.

Christina Musse: Então o senhor foi demitido por falta ao trabalho? Porque o senhor saiu, não foi?

Edson: É, abandono de emprego.

Christina Musse: E aí, que nessa época o senhor saiu...

Filha de Edson: Não foi abandono de emprego. Porque o senhor entrou de férias e eles não queriam que o senhor voltasse.

Edson: É. Não constou que foi abandono de emprego. Eles ficariam livres de mim...

Christina Musse: Eles arrumaram uma razão, quer dizer, o senhor já tinha sido avisado por esse segurança da estação que o senhor seria a bola da vez, já tendo três colegas que foram assassinados em circunstâncias suspeitas. Aí, o senhor veio pra Juiz de Fora?

Edson: Vim. Eu vim pra Juiz de Fora.

Christina Musse: A sua família, nessa época, estava aqui ou já estava lá em Pernambuco?
Em 72.

Edson: Em 72? Não, foi depois... Em 74?

Filha Edson: Não, foi em 72 mesmo, mas a gente ainda estava aqui.

Christina Musse: Depois é que vocês foram para lá.

Edson: Ah, é. A memória falhou.

Filha de Edson: Deixa só eu falar um pouquinho. É que nessa época, quando a gente veio pra cá, tinha uma história assim... Eu era criança e ia pra escola e não podia dizer de quem que eu era filha, não podia dar o endereço. Tinha aquela coisa assim: “se alguém te encontrar na rua e te perguntar alguma coisa, você fala isso assim, assim...” Tinha todo aquele terror...

Christina Musse: Mas quem te dizia... Quem dizia pra você não falar de quem era filha?

Edson: A gente falava com ela.

Christina Musse: Porque vocês já sabiam que estavam sempre, de certa forma, sendo investigados...

Edson: Ah sim, tanto é que o Partidão me deu uma identidade falsa.

Christina Musse: Qual o seu nome da identidade falsa?

Edson: É José da Silva... José da silva.

Betão: O senhor, como militante do partidão, chegou a conhecer o Luis Carlos Prestes?

Edson: Eu fui apresentado a ele, o Baptista me levou lá. O Batistinha, que me levou na casa dele...

Betão: Na casa dele? No Rio de Janeiro?

Edson: No Rio de Janeiro, ali perto da Cinelândia, numa ruazinha estreita. Naquele centro tem um monte de ruazinhas estreitas, né? E ele falou: “Você sabe quem é que eu vou te apresentar?” “Não, eu não tenho a menor ideia”. “Vou te apresentar ao Prestes”. E me apresentou ao Prestes como líder ferroviário, porque eu já tinha sido afastado, eu não fui afastado na primeira leva, porque o meu irmão foi no meu lugar.

Cristina Musse: Seu irmão, quando foi preso, ele chegou a sofrer algum tipo de tortura?

Edson: Foi... Principalmente, psicológica, né? Tinha aquele negócio de dar tiro lá dentro, no Caetano Faria... Diziam: “Ó, já mataram um lá!”.

Christina Musse: E ele ficou preso por quanto tempo, seu irmão?

Edson: Ah, ele ficou 40 dias preso.

Christina Musse: Isso em 64, né?

Edson: É.

Christina Musse: Depois ele não foi mais reintegrado.

Edson: Não, não foi.

Christina Musse: O que aconteceu com seu irmão?

Edson: Quando ele saiu da prisão, já saiu demitido. Ele foi se apresentar na Leopoldina e disseram; “Não, você foi demitido”. “Vão fazer assim, verbal?” Aí, pegaram um telegrama... “A ordem é pra não deixar você voltar ao trabalho, porque você já não pertence mais aos quadros da Rede Ferroviária.” Foi assim.

Christina Musse: Dos seus conhecidos, que trabalhavam com o senhor na rede, nessas várias Estações, na antiga Leopoldina depois Rede Ferroviária... O senhor teve algum conhecido que, por exemplo, eles falavam na época, que desapareceu e nunca mais se soube dele?

Edson: Que desapareceu? (pausa). Não. Tem um que estava desaparecido, que foi até o Batistinha, mas ele foi pra Iriri, porque ele estava sendo muito ameaçado, aquela coisa e tal. Então, aconselharam ele, porque ele era capixaba, e ele foi morar em Iriri. Deixou a casa dele, que era entre Ramos e Penha... Hoje até tem o Complexo do Alemão ali, mas naquela época não tinha não. Deixou a filha, que era casada, morando na casa dele, mas depois ele teve que vir ao Rio, pra resolver um problema, e à noite... De madrugada, cedo, já de manhã, entraram duas pessoas na casa dele, e a pessoa já sabia dos hábitos da família, porque o genro dele foi à padaria buscar pão, deixou a porta da cozinha entreaberta, e sempre fizeram isso. Entraram

dois caras lá, que já sabiam de tudo, e foi lá no quarto dele. Ele estava dormindo, com a mulher dele, chamada Dona Neuza, né? Chegaram e mataram ele, dormindo, e falaram pra dona Neuza: “não dá com a língua nos dentes não, que vai morrer todo mundo”. Não apuraram quem matou e ficou por isso mesmo, entendeu? Então, eu fazia questão de relatar esse fato, porque o Zé de Souza, inclusive, a família dele nem indenização recebeu. O Batistinha morreu dormindo, e o negócio não foi levado à denúncia, por medo de matar a família toda. A pessoa já estava no pós-ditadura. Não, ainda era ditadura. Mataram ele, e ficou por isso mesmo. Então eu quero dar ênfase a esse fato para a comissão da verdade, porque o Zé de Souza foi morto, ninguém sabe o que aconteceu. Sabem que foi o DOPS, né? Lá eles falaram que ele pulou da janela, que ele se suicidou.

Christina Musse: E o Batistinha foi que ano? O senhor se lembra de quando foi? Década de 70?

Filha do Edson: Foi na Década de 80.

Edson: Década de 80.

Christina Musse: O Batistinha já foi em 80, então estavam no governo do General Figueiredo?

Edson: Até 85, não foi?

Christina Musse: Foi. Quer dizer, o Batistinha, que tinha sido presidente do Sindicato dos Ferroviários, um dos mais importantes, e esse assassinato dele já ocorreu na década de 80, na época da abertura...

Edson: É, mas tem um fato aí. Ele estava organizando... Logo que acabou a ditadura e o Sarney que era o presidente, não é isso? Aí, foi em 85.

Christina Musse: Foi em 85, quando o Tancredo não assumiu, aí assumiu o Sarney.

Edson: Então, o Baptista, em 85, ainda era vivo e estava organizando uma chapa pra concorrer ao sindicato, e quem estava lá era um interventor, o tal de Mirinho, era conhecido por Mirinho. O Baptista estava organizando a chapa, porque já que estava na democracia

outra vez, vamos organizar novamente, né? Tinha uma juíza no Rio, e eles fizeram o seguinte: anteciparam a eleição, sabe? Aí, não deu tempo de o Batistinha ir, ele não pode concorrer, e lá eles estão até hoje. Hoje quem atua mais é a Associação, que atua ali em São Cristóvão, é a Associação dos Ferroviários e Aposentados (AARFFSA). Hoje a representação sindical é na Associação, porque o sindicato tá nas mãos dos pelegos até hoje.

Christina Musse: E o senhor, depois que foi pra Pernambuco, na década de 70, continuou trabalhando ou não?

Edson: Não, eu fui pra Pernambuco, porque a minha cunhada arranjou, pra mim, um emprego numa empresa de transportes, chamada Don Vital, mas eu fiquei pouco tempo lá, porque eu tive um problema muito sério por não conhecer Recife, e como a empresa era de entrega em domicílio, eu não conseguia trabalhar. Era rua tal, eu saía pra perguntar onde era a rua tal. Então eu saí, fui trabalhar de pedreiro, trabalhei de pedreiro muito tempo. Eu só voltei... Não pra Juiz de Fora, voltei pro Espírito Santo, num lugar que chama Domingos Martins, porque ainda estava na ditadura, não era 85 ainda. E nós três moramos lá uns três anos mais ou menos, e fui trabalhar de pedreiro, e fui um bom pedreiro. (risos)

Christina Musse: E o senhor voltou pra Juiz de Fora, quando?

Edson: Tá lembrando, mais ou menos?

Filha de Edson: Em 79. Em 1979. Foi quando nós voltamos pra cá.

Christina Musse: Ainda era ditadura, período de anistia...

Edson: Em 79. Ainda era ditadura. Nós viemos para o Espírito Santo e depois juiz de Fora.

Christina Musse: Nesse período que o senhor ficou, tanto em Recife quanto, depois, no Espírito Santo, o senhor manteve contato com os seus companheiros do Partidão?

Edson: Não.

Christina Musse: Nenhum contato?

Edson: Nenhum.

Christina Musse: Porque o partidão, nessa época, quer dizer, já estava na clandestinidade há muitos anos, mas a perseguição aos membros do Partido Comunista se acentuou muito na década de 70.

Edson: Pois é, mas acontece que eu podia, por exemplo, dizer pra alguns, que eu estava escondido lá, mas podiam acabar descobrindo, então, eu não falava com ninguém, e eu ainda estava com a carteira de identidade falsa.

Christina Musse: E o senhor trabalhou nessa empresa de transportes em Recife, com a identidade falsa?

Edson: Falsa.

Christina Musse: Porque o senhor era procurado pelos órgãos de segurança.

Edson: Era procurado, mas eu acho que não havia muita necessidade não. Lá em Recife, não. O problema maior foi pra viajar pra lá, né? Eu não vim aqui para o Rio pra pegar o ônibus, eu fui pegar em Leopoldina.

Christina Musse: Mas isso também foi por uma decisão do comando do Partido, com receio que o senhor fosse preso, né?

Edson: Foi. Falou: “ó, segredo aí, hein!”.

Christina Musse: E depois que o senhor voltou pra Juiz de Fora em 79 ainda...

Edson: É, mas aí, fiquei praticamente na clandestinidade, né? Mesmo em Juiz de Fora, porque eu continuei trabalhando de pedreiro. Fiz muita casa em Juiz de Fora. Fui a mestre de obra. Trabalhei em uma empresa aqui, a JJ Engenheiros.

Christina Musse: Aí, já com seu nome mesmo, original?

Edson: Sim, já.

Christina Musse: Ainda era governo militar, ditadura militar, né?

Edson: Não.

Christina Musse: Quando o senhor entrou na JJ, já era depois de 85?

Edson: Era. Aí, eu fui com o nome certo.

Christina Musse: Agora, o senhor nunca mais voltou a ter alguma militância sindical?

Edson: A gente acaba tendo, não tem jeito de não ser. Então, recebi... Depois eu... Tem o tal de Gama, Inácio Gama, tinha o outro, que eu esqueci o nome dele. Ele me viu e tal, lá em Juiz de Fora. Depois me aconselharam a sair de Juiz de Fora, aí, eu fui pra Furtado de Campos. E então, eu dei uma de invasor, não invadi não... Uma casa da Estrada de Ferro, porque não tinha mais Estrada de Ferro, e nesse período, tinha lá aquela pilha enorme de dormente, que tirou de uma... De Juiz de Fora e empilhou tudo lá em Furtado de campos. E esse ferro velho, aquele Zé Alvim, né? E aos domingos, o motorista, o tal de Adair, ia lá buscar os trilhos no domingo, enchia a carreta e levava. Eu falei: “Mas domingo Adair?”. Ele falou: “psiu, fica quieto, não fala nada, se eu estou buscando no domingo é pra ninguém ver”.

Christina Musse: Mas isso o senhor já tinha...

Edson: ...Saído.

Christina Musse: Certo. Isso foi o quê? Na década de 70?

Edson: Não, aí eu não sei nada não.

Christina Musse: Mas essa época, quando essa carreta do Zé Alvim, ia lá a Furtado de Campos, pra pegar os trilhos e dormentes, isso já foi em qual período?

Edson: Foi em 81 quando eu aposentei.

Christina Musse; Aí, o senhor conseguiu se aposentar por contribuir como autônomo?

Edson: Isso. Eu estava como autônomo e meus familiares me ajudavam nisso. Eu pagava sobre dez salários, então, meu irmão e minha irmã me ajudaram a pagar. Agora essa lei da Anistia... Tem aí? A carta? Eu fui anistiado, e eu perdi o tempo de aposentado de 81 a 95, eu perdi esse tempo. Então, recebo hoje só a indenização.

Christina Musse: Aqui: Do Ministério de Planejamento Orçamento e Gestão, Secretaria de Gestão Pública. Conforme o disposto... Ratificou a sua condição de anistiado político, substituindo a aposentadoria excepcional de anistiado político, que vem percebendo referente ao benefício do INSS número tal, pelo regime de reparação econômica, de caráter indenizatório em prestação mensal permanente e continuada sem efeitos financeiros retroativos. Ok.

Edson: Na época que me quebraram os dentes... Depois o Itamar Franco, quando estava no governo de minas, me deu 30 mil.

Christina Musse: Como indenização...

Edson: Pelo Estado...

Christina Musse: Certo. Pela agressão que o senhor sofreu naquela época, em que foi preso pela primeira vez, em 1961 ainda. Quebraram seus dentes em 61, não em 64, foi em 64.

Edson: Que me quebraram os dentes, mas o governo do Itamar já foi depois de 85.

Christina Musse: É, mas ele fez uma indenização para o senhor, porque, possivelmente alguém da polícia militar... Que fez o comunicado...

Edson: É.